

REGES TONI SCHWAAB

**O DISCURSO JORNALÍSTICO DA SUSTENTABILIDADE EM
PROGRAMAS DE RÁDIO SOBRE MEIO AMBIENTE:**

UMA ANÁLISE DO QUADRO MUNDO SUSTENTÁVEL

E DO PROGRAMA GUAÍBA ECOLOGIA

Porto Alegre, RS

2007

REGES TONI SCHWAAB

**O DISCURSO JORNALÍSTICO DA SUSTENTABILIDADE EM
PROGRAMAS DE RÁDIO SOBRE MEIO AMBIENTE:**

UMA ANÁLISE DO QUADRO MUNDO SUSTENTÁVEL

E DO PROGRAMA GUAÍBA ECOLOGIA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para obtenção do título de mestre em Comunicação e Informação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul PPGCOM/UFRGS.

Orientação: Professora doutora Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre, RS

2007



**“Tudo se conecta com tudo o mais;
tudo precisa ir a algum lugar;
a natureza sempre tem razão;
e nada vem do nada”.**

Quatro leis informais da Ecologia – Commoner (1992)

Foto: Reges Toni Schwaab – Rio Uruguai, Porto Xavier (Rio Grande do Sul, Brasil), 2000

AGRADECIMENTOS

Decidi falar do Mestrado usando a metáfora de um rio a ser atravessado, tentando extrair alguma poesia desta comparação. De nada serve a intenção, contudo, se não registrar que no barco disponível para esta travessia não há vela a ser içada e que, portanto, o vento não poderá fazê-lo chegar mais rápido ao destino. É preciso remar. E é uma travessia porque há um objetivo, há uma questão a ser transposta e há um caminho a ser desbravado.

Uma singularidade deste “ir” é saber que se chegará à outra margem, mas sem a exatidão de um ponto calculado previamente para aportar. O que se vê, lá na frente, é o outro lado. Esta “imprecisão final” tempera a situação enquanto se está no barco, de remos em punho.

Se nem no início se está sozinho, muito menos há solidão no navegar. Há os encontros que se materializam pelo caminho, há sonhos, que no fechar dos olhos podem abrir percepções. E no cruzar com outros barcos, idéias e olhares corrigem a rota de navegação.

Pela experiência vivida, os sinceros agradecimentos à minha orientadora, doutora Ilza Girardi. Disponível em todos os momentos, nunca recomendou águas agitadas. Irradiou fraternidade e serenidade, alimentando a paixão pelo Jornalismo e pelo ecológico. A orientação em águas tranqüilas reconhecidamente foi um privilégio, marca de uma pessoa que tem o dom de iluminar caminhos, como um farol.

A gratidão se estende aos professores que encontrei no trajeto, em especial à professora doutora Marcia Benetti Machado. Fez desafios e incentivou. Não era para ter medo do rio nem do barco e era necessário usar corretamente o remo, de forma a cumprir o objetivo. Sua participação na banca de qualificação foi extremamente relevante, somando-se à do

doutor José Antônio Costabeber, também presença neste momento que marcou a primeira etapa da travessia.

Dos colegas, ficaram lembranças dos momentos compartilhados, nas remadas mais espaçadas e nas mais frenéticas. A todos os integrantes do PPGCOM/UFRGS, agradecimentos pelo apoio e pela aposta. À família, imensa gratidão, o obrigado pela ajuda e por compreender este momento. Aos colegas de trabalho da Unijuí FM o muito obrigado pelo incentivo, redobrado quando a chegada ficou mais perto.

Muito obrigado à Ângela Zamin, de quem neste tempo estive quase sempre longe fisicamente, mas muito perto emocionalmente. Por sua condição de também navegante, a vida a dois foi costurada inclusive com conversas teóricas, leituras compartilhadas e avaliações constantes da produção alcançada. Obrigado, de coração, por deixar os meus projetos me guiarem, sendo sempre a maior incentivadora de tudo, com carinho e cumplicidade.

E o registro de um sentimento especial e de agradecimento à Banca Final, professores doutores Christa Berger, Dóris Haussen e Valdir Morigi que se dispuseram a estar do outro lado para avaliar o trabalho agora que cheguei a esta margem.

Aporte aqui puxando o barco e o remo comigo, ainda preciso deles. Há um novo rio ali na frente e é bem maior. Chama-se Doutorado. Isso me faz também agradecer aos que permitiram que em breve eu continue a navegar.

RESUMO

O discurso jornalístico sobre a sustentabilidade é o ponto central deste trabalho composto de três eixos: jornalismo, sustentabilidade e discurso. A pesquisa tem como objeto programas de rádio voltados para a questão ambiental e que têm a sustentabilidade como temática central. São eles o quadro *Mundo Sustentável*, apresentado dentro do programa Revista CBN, da Rádio CBN AM/FM, e o programa *Guaíba Ecologia*, da Rádio Guaíba AM. O estudo é calcado na visão do Jornalismo enquanto construção, um lugar de seleção e de configuração do acervo social de conhecimentos, a partir das escolhas do que é dito e do que é excluído do seu discurso, considerando, ainda, as especificidades do Jornalismo no meio rádio. A sustentabilidade foi escolhida por ser atualmente o ponto central de todo debate sobre meio ambiente. Apesar da noção quase consensual de utilizar a natureza para o desenvolvimento sem impedir que gerações futuras também o façam, há antagonismos no entendimento do que seja este desenvolvimento e de como atingir esta sustentabilidade, representados pelas correntes *ecossocial* e *ecotecnocrática*, adotadas como perspectivas que guiam os discursos. Elas foram reconfiguradas aqui como Formações Discursivas (FDs) e utilizadas para compreender os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre sustentabilidade, considerando, ainda, o estudo das relações de silenciamento e dominância de perspectivas sobre a temática. À luz dos pressupostos da Análise do Discurso francesa foram analisadas seis edições do quadro *Mundo Sustentável* e seis do programa *Guaíba Ecologia*, selecionadas entre todas as que foram veiculadas entre os meses de fevereiro e abril de 2006. No *Mundo Sustentável* foi possível verificar a predominância da visão *ecossocial* e alguns deslizamentos de sentidos, num atravessamento da FD *Ecotecnocrática*. No *Guaíba Ecologia* é perceptível a filiação às duas FDs, muito em função dos sentidos construídos pelos entrevistados do programa.

Palavras-Chave: Jornalismo, Radiojornalismo, Sustentabilidade, Discurso jornalístico.

ABSTRACT

The journalistic discourse on the sustainability is the central point of this composed work of three axes: journalism, sustainability and discourse. The research has as object programs of radio directed toward the ambient question and that they have the sustainability as central thematic. They are the Sustainable World block presented inside CBN Magazine program, CBN AM/FM Radio, and the Guaíba Ecology program, of the Guaíba AM Radio. The study is based in the vision of the Journalism while construction, a place of election and configuration of the social assets of knowledge from the choices that are said and that is excluded from its discourse, considering, yet, the specificities of the Journalism in the radio environment. The sustainability was chosen because it's currently the central point of all debate on environment. Despite the notion almost consensual to use the nature for the development without hindering that future generations also make it. There are antagonisms in the agreement of what development is and how to reach, this sustainability, represented by ecossocial and ecotecno chains adopted as perspectives that guide the discourses. They had been reconfigured here as Discursive Formations (DFs) and used to understand the directions produced for the journalistic discourse on sustainability, considering, yet, the study of the silencing relations and dominance of perspectives on the thematic one. To the light of the estimated ones of the Analysis of the French Discourse six editions of the Sustainable World block had been analyzed and six of the Guaíba Ecology program, selected between all the ones that had been propagated between the months of February and April of 2006. In the Sustainable World it was possible to verify the predominance of the ecossocial vision and some directions landslides, in a trespassing of the DF Ecotecno. On the Guaíba Ecology the filiations to the two DFs is perceivable, much in function of the directions constructed for the interviewed ones of the program.

Key words: Journalism, Radio-journalism, Sustainability, Journalistic Discourse.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Edições selecionadas para a pesquisa	82
QUADRO 2	Identificação dos quadros <i>Mundo Sustentável</i>	82
QUADRO 3	Identificação dos programas <i>Guaíba Ecologia</i>	82
QUADRO 4	Temas do quadro <i>Mundo Sustentável</i>	87
QUADRO 5	Temas do programa <i>Guaíba Ecologia</i>	110

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	FDs presentes no discurso do quadro <i>Mundo Sustentável</i>	109
TABELA 2	FDs presentes no discurso do programa <i>Guaíba Ecologia</i>	133
TABELA 3	FDs presentes em todo <i>corpus</i> da pesquisa	139

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O INTERDISCURSO DA SUSTENTABILIDADE	19
2.1 Visões de mundo e de natureza	21
2.2 A configuração do discurso da sustentabilidade	30
2.3 Sustentabilidade pela ótica das correntes ecotecnocrática e ecossocial	41
3 O JORNALISMO	47
3.1 Jornalismo enquanto sistema	48
3.2 Jornalismo na perspectiva do discurso	57
4 O OBJETO NA PERSPECTIVA DO RADIOJORNALISMO	68
5 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	79
6 UM OLHAR SOBRE OS SENTIDOS E AS FILIAÇÕES	85
6.1 Mundo Sustentável	85
6.1.1 MS1 (veiculação: 4 e 5.2.2006)	87
6.1.2 MS2 (veiculação: 11 e 12.2.2006)	90
6.1.3 MS3 (veiculação: 18 e 19.3.2006)	96
6.1.4 MS4 (veiculação: 25 e 26.3.2006)	100
6.1.5 MS5 (veiculação: 1 e 2.4.2006)	102
6.1.6 MS6 (veiculação: 8 e 9.4.2006)	105
6.1.7 Síntese sobre o quadro Mundo Sustentável	108
6.2 Guaíba Ecologia	109
6.2.1 GE1 (veiculação: 5.2.2006)	111
6.2.2 GE2 (veiculação: 12.2.2006)	116
6.2.3 GE3 (veiculação: 19.3.2006)	118
6.2.4 GE4 (veiculação: 26.3.2006)	122
6.2.5 GE5 (veiculação: 2.4.2006)	125
6.2.6 GE6 (veiculação: 9.4.2006)	128
6.2.7 Síntese sobre o programa Guaíba Ecologia	133

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 135

REFERÊNCIAS 143

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido na perspectiva teórica dos estudos de processos de comunicação e produção de sentido e é composto de três eixos: jornalismo, sustentabilidade e discurso. Parto da concepção do Jornalismo como sistema em constante interação com outras áreas do conhecimento e da vida social e que, por sua vez, necessitam dele para se legitimar. Lanço um olhar sobre a produção jornalística pela ótica da notícia enquanto construção e a partir da visão de que o poder do Jornalismo não reside apenas na projeção social dos assuntos, mas também no enquadramento dado e na produção de significados.

Minha pesquisa analisa dois programas radiojornalísticos sobre meio ambiente e tem o interesse de compreender os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre sustentabilidade a partir das filiações discursivas de jornalistas e fontes, considerando, ainda, o estudo das relações de silenciamento e dominância de perspectivas sobre a temática da sustentabilidade, presentes em cada um deles. Meus objetos são o quadro *Mundo Sustentável*, apresentado dentro do programa Revista CBN, da Rádio CBN AM/FM (Rio de Janeiro, RJ; e São Paulo, SP), e o programa *Guaíba Ecologia*, da Rádio Guaíba AM (Porto Alegre, RS).

Em alguns momentos do texto, quando me referir aos dois, *Mundo Sustentável* e *Guaíba Ecologia*, vou tratá-los como *programas radiojornalísticos*, devendo o leitor ter em mente as peculiaridades de cada um, quadro e programa, respectivamente. Acrescento que, não tendo realizado análises comparativas, a expressão não altera o resultado em si. Cabe destacar ainda que, mesmo com características próprias, há pontos em comum entre ambos. Podem ser classificados como espaços de radiojornalismo especializado em meio ambiente, têm veiculação semanal, apresentação aos finais de semana e propõe a sustentabilidade como questão-chave para o debate.

O quadro *Mundo Sustentável (MS)* existe desde agosto de 2003 e vai ao ar na Rádio CBN nas tardes de sábado e domingo, às 13h50min, e tem como comentarista o jornalista André Trigueiro. Cada edição tem em média 15 minutos, totalizando meia hora por final de semana. O âncora do programa, em São Paulo, conversa por telefone com Trigueiro sobre os mais variados temas da área ambiental buscando produzir uma análise sobre a pauta daquela edição pelo viés da sustentabilidade.

O programa *Guaíba Ecologia (GE)* tem apresentação do jornalista João Garcia e integra a programação das manhãs de domingo na Rádio Guaíba AM, indo ao ar das 9h30min às 10h. Seu foco concentra-se em questões abrangentes da área ambiental, em especial no estado do Rio Grande do Sul e no país, com a sustentabilidade estando presente nas abordagens. O *Guaíba Ecologia* traz sempre um tema central, debatido com um ou mais entrevistados e está no ar desde dezembro de 1999.

Ao pensar na relação Jornalismo e meio ambiente focalizo o rádio como expressão abrangente e intensa de popularização da informação. Isso porque a instantaneidade, a linguagem clara e direta e a popularidade, características do meio, são frutos dos formatos desenvolvidos para aprofundar assuntos, em especial entrevistas e comentários, sem desconsiderar a oralidade e o alcance social do veículo. Os dois programas são exemplos do radiojornalismo enquanto um produto intelectual e assumem a função de mediadores entre o público ouvinte e os diversos temas da área ambiental e seus discursos, socialmente produzidos.

A origem dos dois espaços está ligada ao crescimento da abordagem do “ecológico” no Jornalismo. Desde o início dos anos 90 do século XX, as mídias impressa e eletrônica têm se voltado para o debate sobre as alternativas para o futuro da humanidade, abordando, por exemplo, fontes de energia, biodiversidade, uso racional dos elementos naturais, desequilíbrio ecológico e ameaças à vida no planeta. São recorrentes as matérias jornalísticas sobre alternativas para os problemas atuais e as perspectivas apontadas pela ciência e pelos ambientalistas no que se refere ao futuro, que deve ser pensado pela ótica sustentável. A maior divulgação dos temas da área ambiental fez com que conceitos, até pouco tempo restritos ao universo científico, como aquecimento global, efeito estufa, transgênicos, biodiversidade, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, ganhassem espaço no vocabulário usual.

O conceito de sustentabilidade popularizou-se com a ajuda da mídia, que o levou para a esfera pública. Sua dispersão ocorreu a partir de um entendimento que parece ser o mais difundido: encontrar um ponto de conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação da diversidade ambiental, não comprometendo o ambiente para as gerações futuras. Há, no entanto, diferentes maneiras de se atingir esta sustentabilidade.

É fundamental ressaltar que a noção de sustentabilidade à qual me refiro está relacionada com as práticas da sociedade em relação ao/no ambiente e com a significação que estas práticas assumem no discurso. Elas são configuradas por determinadas visões de mundo (ou ideologias), na relação conflituosa entre as esferas econômica, ambiental e social, dentro do contexto do modelo atual de produção e economia capitalista liberal, cujo foco está no crescimento das nações. Isso gera inclusive visões divergentes sobre como atingir a sustentabilidade, como delinearei no segundo capítulo.

Na formação do discurso jornalístico sobre a sustentabilidade concorrem vários campos: o ambiental, o científico, o empresarial, o político. Investigar este tema obriga a clarear o entendimento vigente sobre o conceito e também adotar uma classificação que permita operar a análise proposta. Optei por trabalhar com o discurso sobre sustentabilidade a partir da classificação em duas correntes de pensamento antagônicas, dois desdobramentos do debate sobre desenvolvimento, modelos de produção e de consumo na sociedade: a *ecotecnocrática* e a *ecossocial*. A primeira é fundamentada no progresso tecnológico como solução para os problemas ambientais e traduzida, em geral, por *desenvolvimento sustentável*. A segunda, a *ecossocial*, tem cunho culturalista e baseia-se nos paradigmas ecológicos. Refere-se ao respeito às atuais e futuras gerações humanas e todas as demais formas de vida, trazendo consigo a necessidade de justiça social entre os homens. Parto desta classificação já feita por outros autores para empreender a minha análise.

Metodologicamente o trabalho está construído no âmbito da Análise do Discurso de linha Francesa (AD), uma vez que interessa verificar o *que* é dito, *como* é dito e *como* isto *significa*, na relação do texto com o contexto, levando em consideração que a AD entende a comunicação como lugar de interpretação, que fica no centro da luta simbólica, na permanente disputa de sentidos.

Emprego dispositivos teórico-metodológicos da AD como ancoragem da pesquisa, uma vez que a AD permite identificar as marcas de cada discurso (lembrando aqui das correntes *ecotecnocrática* e *ecossocial*), com o intuito de compreender o processo de filiação do discurso jornalístico do quadro *MS* e do programa *GE*. Todo discurso se inscreve numa relação ideológica e é, desta forma, tanto um lugar de observação das relações entre língua e ideologia como um lugar de mediação. A análise que proponho volta-se para um campo de conflitos simbólicos e jogos de interesses, dentro da visão que ainda impera, da natureza como um recurso a ser explorado. Ambientalistas e desenvolvimentistas travam uma batalha: de um lado a busca pelo crescimento econômico, e, de outro a preservação ambiental. A idéia de um desenvolvimento sustentável poderia ser um “caminho do meio”.

Tomando por base as contradições entre as correntes *ecotecnocrática* e *ecossocial* sobre sustentabilidade e considerando o Jornalismo como estruturador da realidade, campo de legitimação de discursos e construção de significados, a pergunta que moveu esta investigação foi: Que sentidos são produzidos pelo discurso jornalístico sobre sustentabilidade e como se dão as relações de silenciamento e dominância de discursos sobre o tema no quadro *Mundo Sustentável* e no programa *Guaíba Ecologia*?

O objetivo geral foi compreender a produção de sentidos no discurso jornalístico do quadro *Mundo Sustentável* e no programa *Guaíba Ecologia* e as opções que se fazem nos discursos que neles circulam, verificando as presenças/ausências das correntes sobre o tema nas edições analisadas. Este objetivo foi desdobrado em outros, à procura de compor os passos necessários para a busca pela resolução do problema de pesquisa apresentado anteriormente:

- Identificar as formações discursivas sobre sustentabilidade a partir das marcas presentes no discurso de jornalistas e fontes;
- Verificar, a partir dessas formações discursivas, os sentidos dos textos;
- Analisar os movimentos de dominância e silenciamento dos discursos (correntes) sobre sustentabilidade;
- Averiguar os sentidos presentes no discurso de cada um dos programas.

Mundo Sustentável e Guaíba Ecologia caracterizam-se por um cenário de diálogo, de perguntas e respostas, às vezes de debate, mas, fundamentalmente, um espaço discursivo importante em possibilidades de análise. Para a realização do trabalho, selecionei uma amostra de seis edições de cada um deles, dentro de um período de três meses. De posse dos textos transcritos dos programas selecionados, fiz o mapeamento das formações discursivas sobre sustentabilidade presentes em cada uma das edições. Realizei também uma análise dos movimentos no que se refere à legitimação ou silenciamento das correntes de pensamento sobre o tema que constituem, em síntese, a perspectiva da qual se fala, como vou detalhar nos capítulos seguintes. Os critérios de seleção e trabalho com o corpus serão tema do capítulo 5.

Ao empreender uma busca em bases de dados e bancos de teses e dissertações de domínio público sobre pesquisas que têm como objeto o rádio¹ e a questão da sustentabilidade, verifiquei que havia um espaço ainda a ser explorado. Da mesma forma, os trabalhos da área das Ciências da Comunicação que enfocam jornalismo e meio ambiente, em sua grande maioria, lançam olhar sobre a abordagem em meios impressos, como jornais e revistas, ou se ocupam da televisão. Um exemplo é o recente livro “Quando a palavra sustenta a farsa”, de Mirian Santini de Abreu, publicado pela Editora da UFSC, e que analisa o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável em jornais. E os trabalhos que aliam Análise do Discurso e Rádio não estão, especificamente, preocupados com a temática da sustentabilidade, o que justifica também a realização da minha investigação.

Entre os motivos desta pesquisa, outros fatores também somaram. Estão incluídos, nesta lista, elementos da própria trajetória pessoal e profissional. Minha opção por estudar jornalismo e ambiente foi feita já na Graduação em Jornalismo², quando estudei os processos de comunicação em trabalhos de Educação Ambiental, influenciado pelas minhas primeiras experiências profissionais. Na especialização³ tratei teoricamente da abordagem da temática

¹ Del Bianco e Moreira (1999, p.11) afirmam que os poucos estudos existentes sobre o rádio podem ser agrupados em: (1) análises de conteúdo de programas (ou de programação); (2) relatos da história do veículo; (3) depoimentos de profissionais que acompanharam seu surgimento e (4) textos técnicos. Fora isto, há pesquisas sobre o papel do rádio em temas como cidadania e educação. Um indicativo dos interesses neste meio, apesar de ser preterido em função da televisão e do jornalismo impresso, pode ser verificado nas comunicações apresentadas em Grupos de Pesquisa sobre Rádio e Mídia Sonora em eventos científicos, como a Intercom e o Encontro Nacional de História da Mídia - Rede Alfredo de Carvalho. A investigação sobre linguagem e formatos de radiojornalismo é um campo potencial a ser trabalhado.

² Realizada na Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2001.

³ Pós-Graduação *Lato Sensu* em Humanidades realizada na Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, entre 2002 e 2004.

ambiental no Jornalismo, entrelaçando os paradigmas ecológicos contemporâneos com a sua função social. Agora, no Mestrado, minha meta foi aprofundar conceitualmente a discussão sobre Jornalismo e ambiente, convicto da necessidade de um debate científico sobre o tema e levando em consideração a centralidade do Jornalismo e da comunicação nos processos sociais contemporâneos.

O binômio Jornalismo - ambiente sempre esteve presente nas minhas atividades profissionais como jornalista⁴, na busca por encontrar a melhor forma de abordar, na pauta diária, um tema tão complexo. Esse exercício contribuiu para fomentar a vontade de observar como o tema ganhava espaço no campo jornalístico. No contato com outros profissionais, ambientalistas e pesquisadores das mais variadas áreas, seja em eventos científicos ou até em alguma entrevista jornalística, fui constatando que havia uma preocupação recorrente no que se refere ao papel que cumpre o Jornalismo num cenário denominado por ambientalistas como de crise ambiental e, ao mesmo tempo, sempre interessavam a mim e a muitos destes interlocutores os sentidos presentes na hora de abordar meio ambiente na mídia.

O trabalho que segue está dividido em sete capítulos. Depois desta introdução ao texto da dissertação, o capítulo 2, *O interdiscurso da sustentabilidade*, mostra os elementos que concorrem para o sentido do discurso da sustentabilidade, além de explicar a categorização do pensamento sobre o tema em duas correntes, a *ecotecnocrática* e a *ecossocial*. Acredito que a linha histórica recuperada e a discussão dos conceitos sobre a sustentabilidade deixam claro o ponto de vista que baliza minhas análises posteriores e também revelam as perspectivas de filiação do discurso analisado.

No terceiro capítulo, *O Jornalismo*, dividido em dois subcapítulos, detenho-me na temática do Jornalismo e das teorias que mobilizei para iluminar meu objeto. A compreensão do Jornalismo enquanto discurso finaliza esta parte e encaminha o que será abordado depois, na construção metodológica. Nesses dois pontos a questão da AD assume papel de destaque, pois é por intermédio dos seus dispositivos analíticos que procuro solucionar o problema de pesquisa.

⁴ Primeiro na Assessoria de Comunicação de um Projeto de Reflorestamento e depois como jornalista da Rádio Educativa Unijuí FM, de Ijuí, Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo, *O objeto na perspectiva do radiojornalismo*, o leitor vai encontrar a apresentação do quadro *Mundo Sustentável* e o programa *Guaíba Ecologia*. Uma abordagem sobre o rádio, em especial o radiojornalismo, completa este capítulo, possibilitando uma melhor compreensão do objeto sob esta ótica.

Além desta construção teórica, apresento, no quinto capítulo, *Os caminhos metodológicos*, o detalhamento da metodologia desenvolvida nesta pesquisa e explico questões referentes ao corpus para, na seqüência, dedicar o capítulo 6, *Um olhar sobre o sentidos e as filiações*, à análise de cada um dos programas jornalísticos em separado. O sétimo capítulo contém as considerações finais sobre este estudo desenvolvido dentro da Linha de Pesquisa Comunicação, Representações e Práticas Culturais do PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 INTERDISCURSO DA SUSTENTABILIDADE

A expressão desenvolvimento sustentável parece carregar em si um significado consensual: a criação de um modelo econômico capaz de gerar riqueza e bem-estar, enquanto promove a coesão social e impede a destruição da natureza. Tal modelo buscaria satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Ou seja, utilizar os elementos naturais sem comprometer sua produção, tirar proveito da natureza sem devastá-la e buscar a melhoria da qualidade de vida. Há, no entanto, antagonismos no entendimento do que seja esse desenvolvimento e no que se refere aos caminhos para se chegar a esta sustentabilidade. Parto dessa diferenciação para operar as análises e definir as perspectivas de enunciação dos discursos que são centrais neste trabalho, com estas perspectivas mostrando-se necessárias para compreender os sentidos presentes em cada um dos programas que compõem o *corpus* da pesquisa.

Este entendimento mostra que a Análise do Discurso⁵ (AD) não é incluída neste trabalho apenas como metodologia, mas também empresta conceitos que auxiliam na compreensão do tema da sustentabilidade. Para chegar às formações discursivas⁶ sobre sustentabilidade, foi necessário estabelecer a configuração desse discurso, uma vez que é objetivo compreender o sentido presente no discurso jornalístico. Toda proposta de análise obriga a uma categorização, o que começa a ser feito agora, nesta parte inicial do trabalho. Reuni, neste capítulo, as noções que concorreram para a formação do que em AD se denomina interdiscurso, no caso desta pesquisa, o interdiscurso da sustentabilidade, aquele já-dito sobre o tema. Trata-se de um percurso histórico e conceitual que abre o terreno para a categorização a que me referi anteriormente balizando as análises feitas na parte final da dissertação.

⁵ As questões referentes ao Discurso serão mais bem explicitadas no capítulo 3, subcapítulo 3.2.

⁶ Formação Discursiva (FD) é “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, [...] determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1996a, p.106). Este conceito será aprofundado quando tratar o Jornalismo na perspectiva do discurso (capítulo 3, item 3.2).

A noção de interdiscursividade consiste na recorrência de temas que circulam nos textos e permite interpretar outros discursos, o “já-lá”, como postulou Pêcheux (1995), algo que é acessível pela memória discursiva. Como vou ressaltar no terceiro capítulo, todo discurso é produzido mediante uma formação discursiva e para Maingueneau (1993, p.115), “[...] toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”. Conforme o autor, esse é um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada

[...] a incorporar elementos pré-construídos produzidos fora dela com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também, provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos (MAINGUENEAU, 1993, p.115).

O termo *sustentabilidade* é essencialmente ligado a questões ecológicas. A sua adição à palavra *desenvolvimento* carrega uma carga de significado diferente ao conceito geral, abrindo o leque de interpretações. *Sustentabilidade* deriva da própria organização da vida, do ambiente como um todo. Por esta maneira de ver, a observação do funcionamento da natureza gera padrões que podem ser aplicados para a organização do modo de vida humano. Já *desenvolvimento sustentável* engloba uma noção advinda do campo político-econômico, largamente empregado pelo setor empresarial e governamental como justificativa e qualificação de processos industriais, obras, trabalhos extrativistas e de exploração da biodiversidade, ou promover o desenvolvimento sem prejudicar o ambiente, o que é questionado por correntes ambientalistas.

Em recente obra, Veiga (2005, p.14) afirma ser a sustentabilidade um dos mais generosos ideais surgidos no século XX, “[...] só comparável talvez à bem mais antiga idéia de ‘justiça social’. Ambos são valores fundamentais da época atual por exprimirem desejos coletivos enunciados pela humanidade [...]”. O autor sugere uma série de interpretações sobre o termo desenvolvimento, muitas vezes associado a crescimento econômico, bem como sobre o adjetivo sustentável, na tentativa de não prejudicar em demasia o sistema terrestre.

2.1 Visões de mundo e natureza

Toda a temática da sustentabilidade aqui levantada deve ser entendida de forma contextualizada, fruto de uma transformação histórica que se desenha com mais força desde os anos 50 do século XX. Ciência, economia e sociedade vão sendo ressignificadas por novos paradigmas, entre os quais a compreensão da Terra não como um planeta com elementos separados, mas um sistema no qual interagem dinamicamente organismos vivos e não-vivos. “A teoria dos sistemas vivos envolve uma nova maneira de ver o mundo e uma nova forma de pensar [...]. Significa pensar em termos de relações, padrões e contexto” (CAPRA, 2003, p.21).

A multiplicação, na segunda metade do século XX, dos problemas relacionados à exploração desenfreada dos elementos da natureza e a degradação ambiental com caráter global intensificaram a consciência ecológica, dando origem ao movimento ambientalista. E conforme Castells (1999b, p.141), no último quarto do século XX o movimento ambientalista conquistou posição de destaque “no cenário da aventura humana”. Isto porque, avaliando sua produtividade histórica enquanto movimento social, percebe-se claramente o impacto positivo em valores culturais e instituições da sociedade.

Não é possível avançar na discussão sem um breve apanhado das visões que influenciaram os paradigmas científicos, até chegar às concepções do que aqui vai estar sendo debatido como discurso sobre sustentabilidade. As diferentes concepções de natureza são, de fato, socialmente construídas. Historicamente é possível ver que a natureza foi inserida no conjunto de estruturas que a sociedade criou e procurou dominar para possibilitar sua existência. Por essa razão, a concepção de natureza passou a se dar a partir dessa relação que se mantém com ela. Nos primórdios da História, o ser humano encontrava-se absolutamente identificado com a natureza, sendo, em parte, dominado por algumas de suas manifestações.

O primeiro conceito de natureza é o das culturas antigas, incluídas aí as sociedades pré-mercantis, não organizadas em forma de Estado. Nelas o homem é, antes de tudo, parte do grande organismo da natureza, concebido como totalidade viva e divina, na qual ele é socialmente inserido pelos mitos e ritos sagrados. Conforme aponta Montibeller Filho (2004), desde esse conceito includente de natureza, a história da relação homem/natureza registra o trajeto em direção a um conceito *opositivo*, que em termos de formulação teórica encontra o

seu ponto culminante em Descartes (1596 – 1650), quando este propõe uma ciência puramente racional, a partir da visão mecanicista da natureza, como será referido adiante.

A história da humanidade aponta diferentes concepções com um ponto em comum, o anseio de propósito e ordem na natureza, ou seja, os elementos da natureza teriam uma finalidade e o requisito da ordem seria a ela inerente. Quando a origem e a natureza passam a ser explicadas por meio da narrativa, surge a cosmovisão mítica. Trata-se da primeira grande forma de compreender a vida, uma verdade de intuição e que guarda o lugar do homem no universo, mesmo que simbolicamente. Essa visão é essencial para a constituição da concepção da Antiguidade grega. “Mito vem de narrar, contar o que estava no princípio, buscando as *origens* [...]. São pensamentos mais sentimentais: tratam da caminhada laboriosa da vida humana e seus desafios civilizatórios, situações novas, transformações importantes” (PELIZZOLI, 1999, p.53), como o que pode ser encontrado em obras como *Iliada* e *Odisséia*, de Homero.

A noção de humano como parte do cosmo é fundamental para a visão que se estabelece com os pré-socráticos gregos. Surge a concepção de natureza dinâmica e viva (orgânica e regeneradora). Para desvendar os processos naturais o homem deve se associar a eles. É o início do antropocentrismo, pensamento de base racionalista, segundo o qual a natureza opera por leis e princípios universais, os quais podem ser conhecidos e compreendidos pelo ser humano:

Em torno de 2500 a.C. temos na Grécia, com seu histórico de viagens marítimas, o calendário e cálculos de tempo, a moeda, a vida urbana intensificada, o desenvolvimento da escrita e a política, temos com isto o desenvolvimento de uma forma de pensar que revolucionará mais tarde a face do planeta. É a filosofia – ligada à ciência nascente, ao mesmo tempo em que advinda do mito, poesia e literatura gregas. O interesse cosmológico e astrobiológico são suplantados (ou por outro lado, transferidos), e firma-se a idéia de que a natureza opera por leis e princípios necessários e universais, e que isto pode ser conhecido pela nossa razão (PELIZZOLI, 1999, p.58).

Estas visões teleológicas⁷ de mundo, que predominam até a Idade Média, não fazem oposição à idéia da existência de um Criador e, considerando a natureza uma obra divina, não seria concebível que a ação da humanidade pudesse prejudicar a natureza, causando-lhe danos

⁷ Relacionadas à doutrina que considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins.

irreparáveis. “A natureza, nestas visões, é vista, portanto, como exterior – no sentido de constituir-se numa realidade não humana – sendo pura [...]. Existe por si mesma, independente da atividade humana” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.33). Na concepção teológica essa ordem também derivava de Deus, criador da unidade e harmonia. O homem ocupa o lugar mais elevado na cadeia dos seres e, exercendo controle sobre a natureza, pode fazer tudo crescer e se multiplicar.

A percepção do mundo e da natureza pela via antropocêntrica e teológico-cristã, que fundamenta a exploração em benefício do homem, é abalada posteriormente pelos resultados de pesquisas científicas, sobretudo nas áreas da Biologia, Zoologia, Geologia e Astronomia. Esses estudos mostravam a pequenez humana no Universo e sua igualdade orgânica com outros animais e seres vivos. Com o advento da ciência medieval dá-se a dessacralização e mesmo as concepções criacionistas cristãs permitem, em última instância, a transformação da natureza “[...] num sistema de parâmetros de dependência funcional” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.34).

Ocorre, mais tarde, um corte absoluto entre homem e natureza na ciência. Ele é instaurado pelos princípios do cartesianismo, da divisão e separação, o que abre caminho para o exercício ilimitado da dominação humana. As concepções cartesianas, enquanto fundamento da ciência moderna, consagram a exploração da natureza na busca da quantidade pela qualidade. Esta visão incentiva um olhar analítico e pontual, não considerando o aspecto orgânico e complexo da natureza e sublinhando a objetificação da mesma.

É importante observar que, no entendimento de Descartes (2000), o Deus criador transcende radicalmente a natureza. Segundo o filósofo, Deus foi inteiramente indiferente ao criar as coisas que criou e não se submeteu a nenhuma verdade prévia, numa sucessão de instante por instante. O tempo, afirma ele, é descontínuo e a natureza não tem nenhum poder próprio, a ponto de afirmar que as leis da natureza só estão estabelecidas desta forma em virtude da vontade do “criador”. Para essa transcendência radical de Deus haveria duas conseqüências fundamentais: o livre-arbítrio humano e a independência da ciência, tornando possível uma ciência puramente racional e mecanicista da natureza. E na medida em que a natureza é despojada de toda profundidade metafísica, Descartes pôde eliminar as noções aristotélicas e medievais, concluindo que a natureza nada tem de divino, é um objeto criado,

situado no mesmo plano da inteligência humana, e, por conseguinte, inteiramente entregue à sua exploração.

As crescentes transformações sociais que se sucederam, o crescimento das cidades e a industrialização, trouxeram consigo os primeiros problemas ambientais. A relação predatória na Antiguidade não constituiu reflexos dignos de serem classificados na categoria de desequilíbrio ecológico. Muito pelo contrário, não traziam maiores conseqüências. Já a contar da Idade Média e principalmente na Idade Moderna, a urbanização começa a acarretar danos ao ecossistema, quando a visão mecanicista do ser humano e da natureza passa a guiar também de forma considerável as Ciências e o pensamento. Um exemplo desse processo está no fato de que a população rural passa a

[...] integrar-se à urbana, trazendo consigo toda uma cultura e costumes que procuravam manter, não se adequando à nova realidade. Mantinham, desta forma, a criação de animais domésticos, que produziam mais dejetos sem terem um destino adequado. Portanto, a falta de pavimentação das ruas, o acúmulo de dejetos humanos e de outros animais, juntamente com o lixo, tornou-se um ambiente propício para a proliferação de microorganismos patogênicos, donde surgiram diversas doenças (LAUXEN, 2002, p.22).

Castells (1999a) lembra ainda que a Revolução Industrial (séculos XVII e XVIII) acabou por aprofundar as transformações no mundo do trabalho e trouxe consigo modificações mais perceptíveis na relação homem/natureza:

A matéria abrange natureza, a natureza modificada pelo homem, a natureza produzida pelo homem e a própria natureza humana, pois o desenrolar da história nos força a afastarmo-nos da distinção clássica entre humanidade e natureza, visto que a ação humana de milênios já incorporou o meio ambiente natural na sociedade, tornando-nos de forma concreta e simbólica, parte inseparável desse meio ambiente (CASTELLS, 1999, p.52).

Todo este quadro se completa com o capitalismo, sistema cuja finalidade última é a produção e a autovalorização do capital. Seu desenho estabelece uma dinâmica baseada na técnica produzida por uma ciência moderna e infinita. O capitalismo consolida-se como modo de produção dominante no mundo, inaugurando a era da grande indústria. O mesmo campo científico que é fonte de toda inovação necessária para a engrenagem do capitalismo seguir funcionando, é também o campo no qual surgem os primeiros alertas quanto ao crescimento

indefinido. Filosófica e historicamente, construiu-se um paradigma dominante de um mundo em crise; “[...] determinado por uma forma de relação com a vida, baseada num poder *tout court*, antiético e excludente” (PELIZZOLI, 1999, p.14). Um pensamento de conquista do outro, no domínio, na “[...] afirmação do ego equipado com saber e poder antes que pela solidariedade, doação e respeito ao Outro e pela visão integradora com a natureza e Vida” (PELIZZOLI, 1999, p.14).

A visão mecanicista ainda influencia comportamentos, pois é sabido que grande parte dos problemas ambientais são produzidos pela visão de natureza que a humanidade adotou, ou seja, decorrentes da forma como a percepção do meio foi estabelecida historicamente. Abrir espaço para uma nova concepção passa a ser um dos grandes objetivos dos movimentos que começam a tomar forma contemporaneamente, principalmente a partir dos anos 50 do século XX. Estão filiados no que se pode classificar como cosmovisão contemporânea, fundamentada no entendimento da natureza enquanto rede de relações vivas, na qual a Terra é um sistema complexo de interações entre organismos vivos e não vivos. Esse pensamento advém de uma “ecologização” das sociedades e é fruto dos paradigmas ecológicos fundados primeiro pela grande evolução científica experimentada pela humanidade no último século. Montibeller Filho (2004) afirma que os anos 50 são vistos como os “[...] do ambientalismo dos cientistas, pois é pela via da ciência que emerge a preocupação ecológica em âmbito mundial” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.39), sendo depois adotada como balizadora do que se conhece como movimento ambientalista.

Se a década de 50 foi a do ambientalismo a partir do alerta surgido no campo científico, os anos 60 são descritos como o período das organizações não-governamentais, uma vez que grupos e entidades ecológicas emergiram de forma exponencial neste período. Essas idéias ganharam força com os movimentos de contracultura, tendo, como referência, filosofias do mundo oriental e as correntes esquerdista/socialista, que inspiram idéias e movimentos como o feminista, o esoterismo e o retorno à natureza.

Na área ambiental há, ainda, a influência da *deep ecology* (ecologia profunda)⁸, pensamento que traz como nome central o filósofo e alpinista norueguês Arne Naess. Suas idéias influenciaram de forma considerável o movimento ecológico dos Estados Unidos e da Europa. No Brasil, encontra-se ressonância dessa corrente em textos da filósofa e ambientalista Nancy Mangabeira Unger e do filósofo e teólogo Leonardo Boff. Para eles, com o cientificismo reducionista e o anseio de dominação da natureza, “[...] o Ocidente racionalista deixa de viver a natureza como manifestação do sagrado [...]. Unger defende a idéia de uma nova cosmologia e uma nova ontologia [...]” (PELIZZOLI, 1999, p.23).

Capra (1982) é um dos autores que se lança na interpretação da ecologia profunda com bases na ciência contemporânea, especialmente na chamada nova abordagem sistêmica (o todo, o complexo). Raízes deste pensamento, contudo, estão além da estrutura científica, revivendo uma consciência que é fruto da herança cultural das visões de mundo estabelecidas pela humanidade ao longo de sua existência. Para o autor a estrutura filosófica e espiritual de ecologia verte de concepções orientais, como o taoísmo⁹, que estabelece a unidade fundamental e a natureza dinâmica de todos os fenômenos naturais e sociais.

Grande parte das entidades ecológicas surgiu com os indícios de uma crise ambiental e, por crise, não se entende somente a poluição em áreas isoladas, mas a existência de uma ameaça à sobrevivência dos seres humanos e da biosfera. Começou a ser alimentada a

⁸ De acordo com Arne Naess e George Sessions, são princípios da Ecologia Profunda: (1) o bem-estar e o desenvolvimento da vida humana e não-humana na Terra têm valor em si mesmos. Estes valores independem da utilidade do mundo não-humano para servir aos propósitos do homem. (2) A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a percepção desses valores e também constituem esses valores em si mesmos. (3) Os seres humanos não têm direito de reduzir essa riqueza e essa diversidade, salvo se o fizerem para satisfazer as suas necessidades vitais. (4) O desenvolvimento da vida e cultura humanas é compatível com uma redução substancial da população humana. O desenvolvimento da vida humana necessita dessa redução. (5) Atualmente o grau de interferência humana no mundo não-humano é excessivo, e essa situação vem se agravando rapidamente. (6) Por essa razão as políticas devem ser modificadas. Tais políticas produzirão efeitos nas estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas básicas. As condições resultantes desse processo serão profundamente diferentes das presentes nos dias de hoje. (7) A principal mudança ideológica consiste na valorização da qualidade de vida (moradia em condições de valor inerente) em vez da crença em um padrão de vida mais elevado. Haverá profunda conscientização da diferença entre grande e excelente. (8) Todos aqueles que aderirem aos pontos acima mencionados estarão comprometidos a tentar, direta ou indiretamente, implementar as mudanças necessárias. (NAES; SESSIONS, 1984, *apud* CASTELLS, 1999b, p.148).

⁹ Capra (1982) propõe reflexões sistêmicas a partir da leitura do I Ching, base do pensamento chinês. Segundo ele, os filósofos chineses viam a realidade como um processo de contínuo fluxo e mudança e cuja essência chamaram *tao*. “Na concepção deles, todos os fenômenos que observamos participam desse processo cósmico e são, pois, intrinsecamente dinâmicos. A principal característica do *tao* é a natureza cíclica de seu movimento incessante [...] Os chineses atribuem a essa idéia de padrões cíclicos uma estrutura definida, mediante a introdução dos opostos *yin* e *yang*” (CAPRA, 1982, p.32-33). Conforme essa concepção, todas as manifestações do *tao* são geradas pela interação dinâmica desses dois pólos arquetípicos. Todos os fenômenos naturais são manifestações de uma contínua oscilação entre os dois pólos.

concepção de crises geradas a partir de uma matriz única, como facetas de um mesmo problema, seja inflação elevada, desemprego, crise na assistência à saúde, poluição, desastres ambientais. Isso ocorreu porque a humanidade estaria tentando aplicar, na atualidade, conceitos de uma visão obsoleta para a compreensão do ambiente, a visão cartesiana, a qual não serve mais para o “[...] mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interligados” (CAPRA, 1982, p.14). A multiplicação de usinas nucleares, o acúmulo de gás carbônico e a emissão de poluentes diversos, das mais variadas formas contribuíram para este cenário apontado como dramático e que revela, junto com a crise ecológica, o conflito do capital pós-moderno, causador da destruição das referências éticas. Segundo Boff (1996), é necessária uma referência coletiva para construir uma sociabilidade mínima mediante a qual os seres humanos possam conviver.

Meller (1997) destaca que se tornaram evidentes os efeitos negativos sobre a qualidade de vida da humanidade, ameaçando as condições dos recursos naturais como água, ar, florestas, e começando a comprometer a qualidade de vida das sociedades. Diversos outros problemas ambientais podem ser elencados, tais como a contaminação de alimentos por componentes nocivos à vida em geral, agrotóxicos, adubos químicos sintéticos, hormônios e medicamentos aplicados em animais. São constantemente lembrados ainda a poluição das águas superficiais e subterrâneas, os avanços da desertificação, o desmatamento das reservas florestais originais do planeta e a extinção de espécies animais e vegetais, o efeito estufa, a irregularidade das chuvas e a disputa pelo acesso ao patrimônio genético.

É interessante perceber que o aumento da consciência ambiental foi se justapondo às possibilidades cada vez maiores de promover alterações na natureza. Paralelamente à “ecologização” de algumas “cabeças”, outras empreendem mais destruição em função do advento de novas maneiras de explorar os elementos naturais, dentro das dimensões institucionais da modernidade que são, conforme Giddens (1991), o *capitalismo*, com a acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos; a *vigilância*, no controle da informação e supervisão social; o *poder militar*, com controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra, e o *industrialismo*¹⁰, gerador de transformações da natureza e desenvolvimento do ambiente criado. Este modelo, empregado

¹⁰ O impacto do industrialismo é claramente não limitado à esfera de produção, mas afeta muitos aspectos da vida cotidiana, bem como influencia o caráter genérico da interação humana com o meio ambiente material (GIDDENS, 1991, p.81).

para a geração de riquezas pelo crescimento da economia, origina, na verdade, um crescimento desigual, no qual algumas nações detêm o poderio tecnológico e financeiro e submetem outras à sua lógica, produzindo desigualdades. Atuam, ainda, na transferência de tecnologias, estabelecendo uma dependência que inclui a necessidade de serem abastecidas de matérias-primas naturais das nações menos desenvolvidas. A estas ainda transferem modelos de consumo que, do ponto de vista ambiental, não são, de forma alguma, sustentáveis.

Mesmo nos Estados que permanecem primordialmente agrícolas, a tecnologia moderna é freqüentemente aplicada de modo a alterar substancialmente as relações pré-existentes entre a organização social humana e o meio ambiente. Isto vale, por exemplo, para o uso de fertilizantes ou outros métodos de lavoura artificial, para a introdução de moderna maquinaria agrícola, etc. A difusão do industrialismo criou “um mundo” num sentido mais negativo e ameaçador do que o que foi mencionado – um mundo no qual há mudanças ecológicas reais ou potenciais de um tipo daninho que afeta a todos no planeta (GIDDENS, 1991, p.81).

Desde a institucionalização do movimento ambientalista as conseqüências do modelo capitalista explorador têm sido motivos de alerta. Entram na pauta os desastres naturais que podem advir do aumento da temperatura do planeta, da retirada de florestas e da poluição da água, inviabilizando o consumo. Os fenômenos resultantes das mudanças climáticas globais, tais como aumento das temperaturas, furacões, secas e inundações são as conseqüências mais conhecidas. Para Giddens (1991) as catástrofes naturais e tragédias anunciadas como resposta da natureza inserem-se no conjunto de fenômenos que fazem parte do imaginário coletivo humano desde as culturas pré-modernas: ameaças e perigos emanando da *natureza*, como a prevalência de doenças infecciosas, insegurança climática, inundações ou outros desastres naturais.

Na modernidade, os perigos que se mostram não derivariam do mundo da natureza, mesmo com a existência de ciclones, terremotos e outras catástrofes naturais que ainda ocorrem. O autor argumenta que as relações com o mundo físico são radicalmente diferentes das épocas anteriores – especialmente nos setores industrializados do globo, mas, em certo grau, em toda parte. À primeira vista, os perigos ecológicos que o mundo enfrenta atualmente podem parecer semelhantes às vicissitudes da natureza encontradas na era pré-moderna. “O contraste, contudo, é nítido. Ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento

socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material” (GIDDENS, 1991, p.112).

É central para a modernidade que os riscos podem ser em princípio avaliados em termos de conhecimento generalizável sobre perigos potenciais. “Há confiança em sistemas abstratos, que é uma condição do distanciamento tempo-espaço e das grandes áreas de segurança na vida cotidiana que as instituições modernas oferecem em comparação com o mundo tradicional” (GIDDENS, 1991, p.116). Na condição moderna, os riscos estão na sua intensidade: por exemplo, uma guerra nuclear pode ameaçar a sobrevivência da humanidade. É visível também o risco derivado do ambiente criado ou natureza socializada: a infusão do conhecimento humano no meio ambiente. Há, da mesma forma, para o autor, a consciência bem distribuída do risco: muitos dos perigos que enfrentamos coletivamente são conhecidos pelo grande público. Como adverte Morin (2002), no entanto, essa consciência nem sempre gera ações concretas para o enfrentamento dos problemas:

[...] o século XX produziu avanços gigantescos em todas as áreas do conhecimento científico, assim como em todos os campos da técnica. Ao mesmo tempo, produziu cegueira para os problemas globais, fundamentais e complexos, e esta cegueira gerou inúmeros erros e ilusões, a começar por parte dos cientistas, técnicos e especialistas (MORIN, 2002, p.45).

O pensamento ecológico procura semear uma compreensão da inter-relação entre tudo que há no planeta e a inevitável reação às ações humanas no meio natural. Soares (2003) sublinha que a ecologia “[...] é um saber das relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo com tudo em todos os pontos e em todos os momentos [...] Nada que existe é estático nem isolado do resto [...]” (SOARES, 2003, p.35). Em Boff (1999) também é possível encontrar estas definições quando ele argumenta que o pensamento ecológico é uma resposta à crise generalizada que afeta a humanidade, chamando atenção para o abandono do sentimento fraterno e cordial em relação às coisas da Terra. Para este autor há um descaso para com a situação da população pobre do planeta e a sociedade necessita de uma nova ética que contemple a dimensão total da vida, uma ética civilizatória que priorize o cuidado com a vida em todas as suas manifestações.

Conforme Castells (1999b), os movimentos sociais inseridos na luta ecológica tentam ficar alertas à lógica destrutiva do modelo de produção capitalista liberal e têm cada vez mais

demonstrado um vínculo entre a causa ambiental e as lutas sociais, seja na esfera local ou global, aliado à noção de justiça ambiental, o que pressupõe alteridade como princípio na busca por desenvolver uma nova cultura. Trata-se de uma tentativa de corrigir “[...] formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” (CASTELLS, 1999b, p.144). O autor reconhece o caráter revolucionário do movimento e a função de promover o debate com a opinião pública “[...] para uma reorientação das instituições e políticas no sentido de um sistema socioeconômico responsável do ponto de vista ambiental” (CASTELLS, 1999b, p.142).

Esta visão mais abrangente só é definitivamente difundida na transposição dos anos 70 para 80, dentro do que Leis (1999) denomina de quinta fase (e atual) da ecologia, caracterizada pela inclusão do ser humano na biosfera e levando em consideração problemas sociais, econômicos e políticos junto aos ambientais, fortalecendo o elo com as Ciências Sociais e Humanas, diversamente do que se defendia em 1950, na primeira fase do pensamento ecológico, mais calcado no ecossistema sem a inserção do homem como mais um dos elementos no cenário natural.

2.2 A configuração do discurso da sustentabilidade

Cabe lembrar que a influência de cientistas e de pensadores ambientalistas passa a tomar forma com a institucionalização das idéias ecológicas, principalmente a partir da década de 70. Uma série de atores sociais começa a constituir um movimento ambientalista de âmbito global: grupos organizados que lutam pela preservação, aliados a agências governamentais para debater o tema e um grupo ativo de cientistas que pesquisam a temática ambiental. Destas atuações emerge a busca por uma gestão de recursos e processos produtivos no interior do que se poderia chamar de preceitos de eficiência e redução da poluição, atendendo também aos anseios de grupos que demandavam produtos verdes (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.38). Começa a se desenhar um novo paradigma, a busca pelo sustentável, que passará a dominar debates internacionais nos anos seguintes.

O início da década de 70 do século XX foi momento do reflexo de debates como os defendidos por Paul Ehrlich e Barry Commoner, dois biólogos americanos. Ehrlich escreveu

uma obra abordando o crescimento populacional e os problemas ambientais, prevendo a fome para “[...] centenas de milhares de pessoas [...] se não se controlasse o crescimento da população humana” (LEIS, 1999, p.80). O estudo havia sido encomendado pela organização ambientalista *Sierra Club*. Já Commoner situava-se em outro pólo, ocupando-se dos efeitos da radiação nuclear produzidos pelos testes com bombas e convicto de que “[...] a principal causa da degradação do meio ambiente se devia ao impacto destrutivo da tecnologia” (LEIS, 1999, p.81). Mesmo sem acordos entre os dois, a conciliação das duas visões foi objetivo da comunidade científica que optou por recomendar o crescimento zero como tão necessário à população quando a economia. No começo dos anos 70 repercutia o manifesto elaborado pela revista inglesa *The Ecologist*, que “afirmava a impossibilidade da humanidade continuar indefinidamente no mesmo caminho e a necessidade urgente de estabilizar o crescimento da população e da economia” (LEIS, 1999, p.83).

Estes debates mostraram força já na declaração do chamado Clube de Roma, em 1968. Conforme Meller (2002, p.9), ele reuniu especialistas de várias áreas que discutiram a crise ambiental e o futuro da humanidade diante do crescimento econômico e demográfico. Foi nessa época que a noção de sustentabilidade ganhou suas primeiras interpretações, a partir da constatação da incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. As conclusões foram apresentadas em relatórios, prevendo as conseqüências de uma inércia diante dos problemas ambientais que surgiam. Não obstante essas razões, argumenta a autora, o enfoque ficou voltado apenas para a natureza, não tocando nos problemas que envolviam os países em desenvolvimento, por se acreditar que esse processo poderia interromper um crescimento que, para estes países, não havia se iniciado na época.

A década de 70 ficaria marcada mesmo pela Conferência de Estocolmo, em 1972, na qual restou evidente a preocupação do sistema político e da Igreja Católica quanto aos modos de exploração da natureza que vinham sendo adotados. Visando a um controle, “[...] surgem, no período, diversas agências estatais vinculadas ao meio ambiente” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.39). Segundo Leis (1999), foi o secretário-geral da Conferência de Estocolmo, Maurice Strong, quem pela primeira vez empregou a expressão *ecodesenvolvimento* para definir “[...] uma proposta de desenvolvimento ecologicamente orientado, capaz de impulsionar os trabalhos do recém-criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)” (LEIS, 1999, p.146).

Meller (2002) também dá atenção à Conferência, uma vez que o encontro reuniu 113 países e representou um marco para o surgimento de movimentos ambientalistas. Foram definidos, na reunião de Estocolmo, 23 princípios para conservação e melhoria do ambiente, destacando-se entre eles o uso adequado dos recursos naturais da Terra “[...] para assegurar ao ser humano condições de liberdade, igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, que possibilitem viver com dignidade e bem estar” (MELLER, 2002, p.10). Entre os princípios está, também, o compromisso do homem de proteger o ambiente, garantindo dessa forma a sustentabilidade.

Ter a Conferência de Estocolmo como marco inicial para o uso do conceito de desenvolvimento sustentável, para Leis (1999), está no fato de que, até aquele encontro internacional, boa parte dos ambientalistas era contrária ao crescimento econômico. Houve então um período de transição e, segundo o autor, a defesa passou a ser de um desenvolvimento econômico “[...] pensado de modo sustentável para o meio ambiente” (LEIS, 1999, p.147).

A expressão desta transição talvez esteja no ano de 1980, também tido como marco no histórico da expressão desenvolvimento sustentável. Foi quando, em evento oficial, a Aliança Mundial para a Natureza (UICN), um organismo privado de pesquisa, abordou a questão pela primeira vez. Mesmo assim, os maiores registros do uso do termo sustentabilidade em âmbito mundial são de 1988, quando o conceito apareceu em um informe realizado pela ex-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland para a ONU – Organização das Nações Unidas –, no qual afirmava-se que um desenvolvimento é duradouro quando responde às necessidades do presente, sem pôr em perigo as capacidades das gerações futuras de fazerem o mesmo. Estes preceitos fazem parte do chamado Relatório Brundtland, também conhecido como *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, elaborado pela Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Uniced).

Os anos 80 são claramente marcados pelas conclusões da Comissão Brundtland, temperados ainda pela atuação de Partidos Verdes em alguns países, muitos surgidos na década anterior. Desde então, nos encontros internacionais sobre meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido o centro das discussões. Em um extremo situam-se muitos ecologistas que defendem o crescimento zero para pôr fim ao esgotamento dos recursos. Do outro lado estão aqueles que consideram que o progresso tecnológico permitirá

resolver todos os problemas ambientais. Há, ao mesmo tempo, uma terceira via, que tentaria conciliar essas visões e propor uma alternativa aos dois caminhos opostos.

O Brasil também está inserido nesta discussão desde os anos 70 e a disseminação da preocupação ambiental situa o ambientalismo brasileiro em um movimento multisetorial e complexo. Nas palavras de Montibeller Filho (2004), o intercâmbio entre diversos setores sociais acabou por moldar as organizações ecológicas profissionais que surgiram no final da década de 1980. Sua tarefa não estava restrita à denúncia, mas abarcava ainda a proposição de caminhos que levem à conservação ou restauração de ambientes degradados. Para o autor essa atuação encontra eco nas agências estatais de meio ambiente, poder Legislativo, bem como entre cientistas e empresariado.

As linhas de pensamento que guiam o movimento ambientalista brasileiro registram mudanças no sentido de um interesse pelos problemas ecológicos, mas vinculando neste discurso o tema do desenvolvimento socioeconômico. Diretamente está refletida aí a aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável expresso no Relatório Brundtland, buscando abordar proteção ambiental na sua relação com o desenvolvimento. A própria legislação brasileira já havia incorporado esta dimensão e, em 1981, a Lei 6.938¹¹, em seu artigo 2º, estabelecia que a Política Nacional de Meio Ambiente teria por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, demonstrando o reflexo, também no Brasil, das discussões internacionais travadas neste campo.

A década de 90 registra ainda o surgimento em grande escala do que alguns autores chamam de “mercado verde”. É quando o discurso ambiental passa a ser incorporado com mais força nos setores empresarial, industrial e de serviços, seja para modificar atitudes ou simplesmente para agregar valor, conquistar mercados ou maquiagem práticas antiecológicas. Em 1990 o BCSD¹², Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, lançou um relatório chamado *Mudando o Rumo (Changing Course)*, fixando a sua posição empresarial para desenvolvimento sustentável ao afirmar que

¹¹ Lei 6.938, artigo 2º, de 31 de agosto de 1981. Esta mesma lei considera meio ambiente “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Art. 3º).

¹² BCSD - sigla em inglês para *Business Council for Sustainable Development*, formado por várias dezenas de líderes empresariais mundiais (conforme LEIS, 1999, p.157).

[...] o eixo do desenvolvimento sustentável encontra-se na capacidade de auto-regulação das indústrias multinacionais. Enfatizando o papel do livre mercado, o BCSD acredita que as próprias indústrias sejam mais eficazes do que as regulamentações estatais para promover mudanças que aumentem a eficiência ecológica global (LEIS, 1999, p.157).

Como afirma Montibeller Filho (2004), a partir dos anos 90 o setor empresarial passou a “[...] aproveitar-se de um emergente mercado verde – que valoriza ou impõe ao produtor o cuidado ambiental –” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.39). Para esse autor, este comportamento é reflexo direto do ambientalismo e da postura da ciência e da economia em relação ao desenvolvimento sustentável.

Os grandes eventos internacionais da área ambiental do final do século XX, apesar de criticados por Ruscheinsky (2004, p.19), são os grandes responsáveis por popularizar visões sobre desenvolvimento sustentável, sua principal pauta. Basta verificar a repercussão alcançada pela segunda Conferência Mundial sobre meio ambiente, a Eco-92 ou Rio-92¹³, classificada como a mais representativa reunião sobre Meio Ambiente já promovida. Congregou 100 chefes de Estado e representações de 170 países. “Fez história ao chamar a atenção de todo o mundo para uma questão nova na época: a compreensão de que os problemas ambientais do planeta estão intimamente ligados às condições econômicas e à justiça social” (MOUSINHO, 2003, p.363). A Rio-92 ainda trabalhou a adoção de uma visão que integrasse aspectos ambientais, sociais e econômicos, pregando o desenvolvimento sustentável como meta para o local, nacional e global. Surge, então, a defesa de um caminho do meio, talvez o mais difícil, afirma Veiga (2005).

Uma das resoluções da Rio-92 foi a Convenção do Clima, influenciada por relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado conjuntamente pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Essas entidades apontam principalmente para as conseqüências do aumento dos gases que potencializam o efeito estufa e também para os reflexos da tendência de aquecimento global produzido pelo aumento das temperaturas na Terra. Os estudos acabaram por influenciar a adoção do Protocolo de Kyoto, em 1997. Segundo Goldemberg (2003), a Convenção do

¹³ Nessa época alguns meios de comunicação tiveram que contar com a ajuda de biólogos e educadores para compreender e transmitir a dimensão da Conferência. Aos poucos, mais jornalistas passaram a se ocupar da temática, fazendo surgir cadernos, programas ou editorias específicas de meio ambiente (Trigueiro, 2003).

Clima reconheceu claramente a importância da gravidade do problema que o efeito estufa exerce no clima e fez recomendações genéricas no sentido de reduzir essas emissões. Por outro lado, o Protocolo de Kyoto

[...] deu “dentes” à Convenção do Clima ao estabelecer limites para as emissões e um calendário para que elas ocorressem. [...] determinou que as emissões dos gases deveriam ser reduzidas – globalmente – em 5,2% até 2012, em relação às emissões de 1990. Cotas foram negociadas para os países, sendo que os países em desenvolvimento ficaram isentos delas, em reconhecimento ao fato de que necessitavam crescer e se desenvolver, além de terem contribuído muito pouco para as emissões no passado (GOLDEMBERG, 2003, p.177).

Já os países industrializados ficaram com uma cota de redução 8%. O maior emissor de gases do efeito estufa, entretanto, os Estados Unidos, não ratificaram o Protocolo. Em território estadunidense a redução da emissão de gases é aceita apenas pelo governo da Califórnia¹⁴. Outro ponto importante do Protocolo está no princípio da responsabilidade compartilhada e diferenciada pelo aquecimento global, recomendando que tecnologias “limpas”, não poluentes, sejam desenvolvidas pelos países mais industrializados e transferidas para aqueles em desenvolvimento. Goldemberg (2003) ressalta um terceiro ponto, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite a cooperação entre os países em desenvolvimento. Mediante este mecanismo, as reduções de emissão de gases conseguidas com projetos de desenvolvimento sustentável podem ser contabilizadas por países desenvolvidos para compensar as suas emissões.

As dificuldades de adoção das resoluções da Rio-92, incluindo a não-adesão de grandes poluidores ao Protocolo de Kyoto, foram pauta de evento internacional mais recente. Novamente a temática da sustentabilidade foi colocada em cena em 2002, quando da realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+10, dez anos após a Rio-92. Estiveram reunidos, em Johannesburgo, na África, 104 chefes de Estado, Organizações Não-Governamentais (ONGs), setor empresarial e outros segmentos sociais. A questão central foi “[...] até que ponto o mundo é capaz de mudar o curso para atingir um futuro sustentável?” (MOUSINHO, 2003, p.362). As ações necessárias foram compiladas em um Plano de Implementação Mundial, de dez capítulos, com regras, metas e cronogramas para ação sustentável.

¹⁴ A Assembléia Legislativa do Estado da Califórnia aprovou uma lei exigindo cortes significativos na emissão de CO₂ (gás carbônico) pelos automóveis.

As últimas Conferências levaram para a mesa de debates a crescente exploração da biodiversidade¹⁵ em/de países como o Brasil, buscando tornar essa problemática fator de preocupação em escala mundial. Preocupação essa causada pela degradação originada na exploração dos recursos e a biopirataria, o transporte, sem autorização, de riquezas naturais e genéticas para fins comerciais ou científicos. As discussões puseram em cena um tema delicado: o fato de os países ricos importarem dos países em desenvolvimento as matérias-primas extraídas da natureza, incentivando a degradação. O alerta também leva em conta que os problemas ambientais não respeitam fronteiras internacionais ou sociais, simplesmente avançam. Conforme Boff (2003), enquanto espécie, o ser humano já ocupou 83% do planeta, explorando para próprio proveito quase todos os recursos naturais. “A voracidade é tal que temos depredado os ecossistemas a ponto de a Terra ter superado já em 20% sua capacidade de suporte e regeneração” (BOFF, 2003, p.35). Ambientalistas, como o gaúcho José Lutzemberger (2002), propuseram aprofundar o debate:

Não podemos querer imitar o comportamento predatório dos países ditos “desenvolvidos”, muito ao contrário, devemos procurar freá-los, porque eles estão nos prejudicando. De fato, o “desenvolvimento” dos Estados Unidos e de outros países altamente industrializados só é possível enquanto outras regiões, as “subdesenvolvidas”, mandarem para lá, a preços irrealistas, suas matérias-primas, às custas de seus próprios descendentes (LUTZEMBERGER *apud* OLIVEIRA, 2002, p.46).

Este fenômeno é explicado quando Veiga (2005) se detém no termo desenvolvimento, esclarecendo que ele muitas vezes é entendido como a difusão dos padrões de consumo observáveis hoje nos países altamente industrializados nas “[...] grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia” (VEIGA, 2005, p.29). É uma noção correlata à idéia de progresso ou crescimento econômico. E argumenta que a busca por esse desenvolvimento é o que move a visão de mundo atual. Os países que buscam alcançar patamares de *desenvolvimento* tal qual o de países do chamado primeiro mundo têm sido protagonistas de fenômenos como o mimetismo tecnológico e a transposição de padrões de consumo, processos produtivos e modos de vida vigentes no capitalismo avançado. A maior parte dos investimentos desconsidera as necessidades de parte da população e, conforme

¹⁵ Biodiversidade: Diversidade de organismos vivos e espaços em que vivem, que compreende a variedade de genes dentro de espécies e populações; de espécies animais, vegetais e de microorganismos; de processos ecológicos num ecossistema; e de comunidades e ecossistemas. Refere-se tanto à quantidade de diferentes categorias biológicas (riqueza) quanto à sua abundância relativa (equitabilidade) - [= diversidade biológica.] (MOUSINHO *in* TRIGUEIRO, 2003, p. 338).

Montibeller Filho (2004), deixa a grande maioria dos trabalhadores de menos qualificação técnica alijada do mercado de consumo. Esta via, no entanto, pode ser criticada por apostar no consumo como fator de inclusão desse segmento da população.

Entra nessa discussão a idéia de que as nações desenvolvidas empregam mecanismos ideológicos para incentivar os demais países a adotarem práticas que os levariam ao progresso, quando, na verdade, trabalham em favor dos desenvolvidos. Assim, não haveria maneira de alcançar o patamar desejado, como aponta Veiga (2005). O autor argumenta que a melhor definição de *desenvolvimento* advém de Celso Furtado (2002), quando este afirma que desenvolvimento se caracteriza por um projeto social subjacente.

Nesta última visão, calcada na sustentabilidade, é buscada também uma resposta à crise da ciência nas abordagens de fenômenos sociais cada vez mais complexificados (pobreza, analfabetismo, falta de saneamento básico, epidemias, poluição). A adaptação tem sido gradual, buscando superar os limites das abordagens que não conseguiram dar conta de compreender a realidade contemporânea, complexa e mutante, composta de fenômenos sociais que exigem uma compreensão sistêmica, na qual se relacione, por exemplo, pobreza e exclusão social com a questão ambiental, assim como saúde e saneamento, urbanização e poluição.

A escassez de resultados sociais e os problemas de degradação do sistema natural foram impulsionadores de propostas para substituir conceitos da visão economicista e desenvolvimentista¹⁶, denunciando o reducionismo econômico como co-responsável pela geração dos problemas socioambientais. As escolas econômicas também passaram a ser questionadas, principalmente pelo seu perfil antropocêntrico, tomando o homem como única referência. “Isto faz com que, do ponto de vista ambiental, a natureza seja vista na condição de simples recurso para a produção de bens” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.45), sendo o uso dos recursos naturais transformado em exploração à luz dos interesses econômicos. Mesmo havendo desempenho positivo da economia, com a multiplicação de produtos e do

¹⁶ O economicismo, sendo uma visão unilateral da realidade, não considera as demais dimensões desta realidade, enfocando somente a produção e a produtividade econômicas. No plano prático, implica a concepção de políticas de desenvolvimento embasadas apenas no crescimento da economia - não levando em conta os aspectos sociais e ambientais – ao que chamamos, de forma algo pejorativa, de desenvolvimentismo (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.45).

consumo, bem como a ocorrência de avanços tecnológicos, do lado oposto também se acentuaram os problemas ambientais em quase todos os âmbitos da vida em sociedade.

Veiga (2005) esclarece que hoje muitas sociedades utilizam tecnologias que conservam os recursos naturais, que são escassos. Afirma, também, que é possível empreender mudanças nas técnicas de produção, para que os efeitos “[...] ambientalmente adversos da atividade econômica sejam evitados ou superados” (VEIGA, 2005, p.114). Completa acrescentando que a recuperação ecológica é resultado do crescimento econômico. Agrega, ainda, o que chama de duplo imperativo ético: “[...] de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (VEIGA, 2005, p.171). A conclusão do autor é a de que, na verdade, tudo é ambíguo e vago no uso da expressão desenvolvimento sustentável, pelo fato de ela ser entendida “[...] como opção deliberada de uma estratégia de institucionalização da problemática ambiental no âmbito das organizações internacionais e dos governos nacionais” (VEIGA, 2005, p.191). Para este estudioso, as sociedades industriais estão entrando em uma nova era, na qual surge uma nova utopia, travestida de enigma, à espera de que alguém o desvende: o enigma do desenvolvimento sustentável. E ele ainda traz consigo outro aspecto:

[...] nada pode ser mais bisonho do que chamar de “sustentável” esta ou aquela proeza. Para que a utilização desse adjetivo não seja tão abusiva, é fundamental que seus usuários rompam com a ingenuidade e se informem sobre as respostas disponíveis para a pergunta “o que é sustentabilidade?” (VEIGA, 1999, p.113).

Já segundo Guattari (1990), a busca pela sustentabilidade requer a articulação entre três registros ecológicos: do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana. Essa proposta sugere que o rumo em direção à sustentabilidade é incompatível com o jogo das forças de mercado e dependente de um aparato tecnológico eficiente. É subordinada, ainda, às ações geradas a partir de percepções individuais e culturais da sociedade.

Quando a referência é a questão ambiental, a sustentabilidade está ligada “[...] à base física do processo produtivo e da vida social, apontando para a conservação do estoque dos recursos naturais, necessário para o dito processo” (LEIS, 1999, p.154). Além desta, há também, para o autor, a sustentabilidade social do desenvolvimento, difundida pelas Nações Unidas e que remete à qualidade de vida das populações (saúde, educação, satisfação das

necessidades culturais e espirituais), bem como à sustentabilidade econômica do desenvolvimento, colocada como crescimento econômico contínuo sobre bases não predatórias, “[...] tanto para eliminar a pobreza (causa importante da degradação ambiental) e fazer os investimentos que permitam uma mudança do modelo produtivo para tecnologias mais sofisticadas e apropriadas” (LEIS, 1999, p.155).

Por sua vez, para Boff (1995), o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido dentro de linhas e alternativas sociopolíticas (a cidadania, a justiça social, os direitos humanos, a preservação da natureza, a qualidade de vida), na busca de uma economia ecológica e social. A sustentabilidade, apesar de difundida, não é ainda a mola mestra de projetos econômicos e de desenvolvimento na sociedade. Conforme o pensador, sustentabilidade vem da Biologia, campo com conceitos diferentes, por exemplo, da visão da Economia sobre o mundo. Biologicamente falando, temos o equilíbrio das espécies em relação ao meio ambiente, em que o desenvolvimento é feito de todo ecossistema e não de elementos mais fortes dominando os demais. “A sustentabilidade vem desse equilíbrio, e nessa perspectiva não dá para ter um desenvolvimento sustentável nos modernos moldes do capitalismo, porque entre desenvolvimento e ecologia, sempre quebra do lado da ecologia” (BOFF, 1995, p.12).

Montibeller Filho (2004) argumenta que hoje é consensual a idéia de que o desenvolvimento sustentável é necessário enquanto um paradigma, apesar de se constituir em um conceito bastante amplo. A sustentabilidade, via pensamento econômico, acaba por ser definida como a busca de eficácia econômica, social e ambiental que gere a possibilidade de atender às necessidades da população atual, o compromisso sincrônico, sem impedir que os anseios das gerações futuras sejam contemplados, a visão diacrônica. Desse modo, o conceito acaba por ser apropriado de diferentes maneiras e o componente ideológico do conceito na base de entendimentos gerados. A crítica do autor origina-se no fato de que das compreensões particulares nada se alcançou até agora em termos de resultados práticos em uma dimensão mais plena.

Por ser um conceito vago, alguns autores que adoto como balizadores deste debate (Caporal e Costabeber, Ruscheinsky, Montibeller Filho) argumentam que o termo admite variações de acordo com interesses e posicionamentos, gerando ambigüidades e dilemas

quanto ao seu uso e significado¹⁷. Para Ruscheinsky (2004) a controvérsia advém até do significado puro e simples da palavra sustentável como o que sustenta alguém ou alguma coisa. Segundo ele, “[...] talvez esteja aí a raiz da leviandade com que ele vem sendo aplicado a todo tipo de discurso e de projeto, inclusive aos casos mais obscuros e controvertidos, em que os únicos a serem sustentados são os charlatões travestidos de ambientalistas” (RUSCHEINSKY, 2004, p.17). A visão deste autor congrega a noção de sustentabilidade como “[...] a sustentação da biodiversidade sem perdas ou o funcionamento de um ecossistema idêntico por longo prazo” (RUSCHEINSKY, 2004, p.17. Cita o exemplo das atividades extrativistas ou exploração de recursos naturais nas quais a sustentabilidade seria medida, a longo prazo, pelo não empobrecimento do patrimônio natural.

É fato que todas as atividades têm algum tipo de reflexo¹⁸ no ambiente, uma vez que todas necessitam de algum tipo de recurso natural para ocorrer, como agricultura, mineração ou atividades industriais, e é neste ponto que o conceito de sustentabilidade assume maior complexidade. Para se qualificar uma atividade como “sustentável” são necessários parâmetros que tornem possível essa aferição. Como atingi-la e quem deve estabelecer os critérios para o que é ser sustentável são questionamentos presentes em textos de muitos autores.

Ao tratar o desenvolvimento sustentável como mito, Montibeller Filho (2004) chama atenção para o fato de que na literatura geral sobre economia não está presente a preocupação com a distinção de conteúdo sobre as maneiras de atingir a sustentabilidade. Porém, no entendimento construído neste trabalho, porém, reside aí um importante ponto a ser observado e por isso esta distinção clara torna-se obrigatória.

Para proceder à análise proposta nesta pesquisa, vou trabalhar com o discurso sobre sustentabilidade a partir da classificação em duas correntes de pensamento antagônicas.

¹⁷ Ruscheinsky afirma que “sustentável” e “sustentabilidade” são como que palavras mágicas na atualidade, “sendo utilizadas nas estratégias para aprovar projetos econômicos ou para alterar políticas públicas, angariar fundos e conquistar mercados. Empresas buscam melhorar sua imagem diante do público consumidor aderindo à qualidade das ISO. A indústria, as empresas de serviço e comércio também começam a se valer da magia e usam palavras para enfeitar folders, propaganda, cartazes, relatórios e material de mídia, muitas vezes deixando o conceito real esquecido em algum canto na prática cotidiana” (RUSCHEINSKY, 2004, p.15).

¹⁸ Hoje os bens naturais não se apresentam mais como inesgotáveis, noção até bem pouco tempo bastante difundida. É perceptível ainda que a proximidade com a exaustão eleva os custos do uso dos bens vinculados à natureza.

Busquei esta categorização em estudo de Caporal e Costabeber (2000), que também elegeram a divisão em duas correntes: *ecotecnocrática* e *ecossocial*.

A costura dos autores é articulada a partir do pensamento de Escobar (1995) que compõe um quadro no qual aparecem, originalmente, três correntes de pensamento: liberal, culturalista e ecossocialista. Apesar da complexidade de cada uma delas os autores adotam uma simplificação que corresponde às linhas que contemporaneamente também concorrem para a formação do discurso sobre sustentabilidade, no que eles denominam de diálogo de discursos:

[...] reunindo os discursos culturalista e ecossocialista – por seus pontos de convergência – numa só perspectiva, que aqui chamamos de *corrente ecossocial*. Assim mesmo, o discurso liberal, por sua estreita vinculação com a tecnocracia mundial, denominamos aqui de *corrente ecotecnocrática* (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.19 [grifo no original]).

A classificação mostra-se útil, conforme os autores, porque é importante a diferenciação dos discursos sobre sustentabilidade, muito em função da grande disseminação do uso do conceito, “[...] permitindo toda a sorte de ocultações da natureza ideológica, que leva a uma profunda confusão, já que esconde as discrepâncias de fundo existentes entre as diferentes escolas de pensamento sobre sustentabilidade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.19), o que obriga a uma diferenciação para tratar cientificamente este discurso. Apresento, a seguir, os antagonismos presentes em cada uma dessas compreensões.

2.3 Sustentabilidade pela ótica das correntes *ecotecnocrática* e *ecossocial*

A corrente *ecotecnocrática* tem como principal base o chamado Relatório Brundtland, de 1987, que analisa problemas socioeconômicos e ecológicos de uma sociedade em escala global, “[...] sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política” (VARGAS, 2001, p.221). Esta corrente procura resolver a equação entre crescimento, sociedade e natureza mediante a adoção de um otimismo tecnológico e de artificialismos econômicos. Para Caporal e Costabeber (2000), a solução é proposta pela adoção de mecanismos de mercado, como cobrança de taxas pela utilização de recursos naturais e o

investimento pesado no alto potencial produtivo, como, na agricultura, com o incentivo ao uso de insumos e tecnologia industriais.

A difusão do imposto ecológico ocasionalmente tem sido indicada como caminho para que, sob o capitalismo, o sistema internalize a deterioração ambiental. Até o momento, pequena parte dos custos ambientais tem sido internalizada pela ação do Estado e, por exigência deste, pelo capital, mas provavelmente em “grande parte devido à ação destemida dos movimentos ecológicos [...]. Pode desembocar no direito de poluir, uma vez que há um pagamento por certo grau de deterioração” (RUSCHEINSKY, 2004, p.21-22).

A corrente *ecotecnocrática* é construída nos marcos da Teoria do Equilíbrio¹⁹ e afirma a necessidade de um crescimento econômico para equilibrar a relação sociedade-ambiente via otimismo tecnológico, artifícios econômicos e mecanismos de mercado (CAPORAL; COSTABEBER, s/d, p.3) Havendo dúvida se o desenvolvimento sustentável seria alcançável dentro dos preceitos do sistema capitalista e em escala planetária, esta corrente sugere a análise de indicadores de sustentabilidade.

Segundo Caporal e Costabeber (2000), a corrente *ecotecnocrática*, de cunho tecnicista, é excludente do ponto de vista socioambiental e não enfrenta pontos importantes dentro do conceito de sustentabilidade, pois homogeneiza os sistemas produtivos em escala global e torna o setor produtivo dependente da indústria tecnológica e de insumos. Vargas (2001, p.222) corrobora este pensamento ao afirmar que esta corrente “[...] dedica espaço diminuto à crítica à sociedade industrial e aos países industrializados, não toca na questão da propriedade de terra que envolve grandes latifúndios”, deixando países menos desenvolvidos sempre dependentes dos mais industrializados.

O argumento de setores do ambientalismo é que é necessário um novo setor em que se produza tecnologia que evite problemas ambientais, inclusive com produção tecnológica que limpe o ambiente. O argumento é que tal invento e comportamento fazem bem à economia em seu conjunto, oferecendo novas oportunidades de benefícios e de

¹⁹ Esta teoria procura explicar a produção, o consumo e os preços numa economia completa. No capitalismo, o preço e a produção de todos os bens são inter-relacionados. Uma mudança no valor de um bem pode afetar outros preços. E calcular o preço de equilíbrio, em teoria, exige uma análise que observe uma série de outros bens. Nesta visão, os preços são determinados por fatores de custos e demandas, numa influência recíproca. Adaptado do verbete Teoria do Equilíbrio disponível em <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em dez. 2006.

investimentos a todos quantos consigam adequar-se ao novo modelo (RUSCHEINSKY, 2004, p.22).

Essa possibilidade de sociedade sustentável, no entanto, enfrenta paradoxos socioambientais quando se volta o olhar para as exigências da ampliação dos direitos, da democracia, da cidadania e do aumento da miséria e da pobreza, contrapostos ao crescimento das corporações industriais e da concentração de capital, fenômenos concomitantes com a massificação do consumo e da informação (RUSCHEINSKY, 2004).

Por outro lado, a corrente *ecossocial* está ligada às linhas de pensamento alternativas e aos movimentos de contracultura, grandes influenciadores do próprio movimento ecológico mundial. Uma das primeiras abordagens dentro da corrente *ecossocial* surgiu ainda na década de 70, com a noção de *ecodesenvolvimento*. Essa idéia contempla a necessidade de levar em conta duas dimensões: a solidariedade diacrônica (respeito às futuras gerações) e a solidariedade sincrônica (respeito às gerações presentes), como já referido no início do capítulo. Esta linha de pensamento prega que o mercado, ao contrário do que prescreve a corrente *ecotecnocrática*, é incapaz de resolver os problemas socioambientais, podendo gerar até um mau desenvolvimento (SACHS, 2000). A corrente *ecossocial* enfatiza a cultura como fundamental na relação do homem com a natureza e propõe o esverdeamento da economia, criticando o pensamento liberal. Por esta ótica a sustentabilidade seria a geradora do verdadeiro desenvolvimento, que respeite os distintos modos de vida e as diferentes culturas e favoreça a preservação da biodiversidade. Este enfoque, todavia, não descarta a necessidade de planejamento ou a influência de governos e políticas no controle das imperfeições do mercado. Além disso, segundo Sachs (1986), não se alinha com a globalização defendida pelo liberalismo econômico-ecológico.

Entre as razões que justificam a linha *ecossocial* estão as apontadas por Capra (1982):

O declínio do patriarcado, o final do combustível fóssil e a mudança de paradigma que ocorre no crepúsculo da cultura sensualista, tudo está contribuindo para o mesmo processo global [...]. Uma tão profunda e completa mudança na mentalidade de uma igualmente profunda alteração nas relações sociais e formas de organização social – transformações que vão muito além das medidas superficiais de reajustamento econômico e político que estão sendo consideradas pelos líderes políticos de hoje (CAPRA, 1982, p.30-31).

Cabe lembrar que esta noção de sustentabilidade ecossocial reúne os enfoques culturalista e ecossocialista. Segundo Sachs (1986), o primeiro opõe-se à corrente liberal e faz críticas à cultura ocidental, à ciência e à tecnologia moderna, tratando-as como culpadas pela atual crise socioambiental. Há uma grande ênfase na cultura como instância fundamental da relação homem-natureza, criticando “[...] as tentativas de subordinar a natureza através do chamado *esverdeamento* da economia” (O’CONNOR, 1994, *apud* CAPORAL; COSTABEBER, s/d, p.4).

O discurso ecossocialista também parte da crítica à corrente liberal, embora focalizando seu interesse na Economia Política. A teorização da natureza do capital em sua “fase ecológica” e a crítica ao mercado fazem parte do seu marco teórico, que sugere estratégias alternativas não apenas no que se refere à organização do trabalho, mas também às formas de produção e comercialização. Defendem, ainda, o respeito aos distintos modos de vida e às diferentes culturas, favorecendo a preservação da biodiversidade. Em síntese, “[...] propõem um câmbio no sistema dominante, em favor de estratégias descentralizadas, compatíveis com as condições ecológicas e capazes de incorporar as identidades étnicas e valores culturais” (CAPORAL; COSTABEBER, s/d, p.4).

A tendência desenvolvida a partir desta corrente abrange conceitos como a cidadania, a justiça social, a preservação da natureza e a qualidade de vida na busca de uma economia ecológica e social.

O que se deduz ou nos resta novamente? Que, quando falamos em Desenvolvimento Sustentável, estaremos remetendo em primeiro lugar, mais proximamente de nós e necessariamente, aos estilos de vida, práticas de consumo, à auto-organização das localidades e regiões com suas vocações econômicas, ao uso dos recursos imediatos de forma renovável, à máquina da publicidade e mercado, enfim, às demandas dos indivíduos na sociedade contemporânea. Uma questão evidentemente de habitus e de *ética*, relação dos sujeitos entre si e com seu mundo – estas serão nomeadas a partir da questão da qualidade de vida, da cidadania e da educação e cultura como um todo, em vista de uma nova emancipação para os excluídos (PELIZZOLI, 1999, p.105).

É interessante perceber que para os defensores do “bom desenvolvimento” o crescimento econômico, se posto a serviço de objetivos sociais, pode ser um aliado na busca

por minimizar os impactos ambientais negativos. Este, aliás, tem se tornado uma condição necessária para o desenvolvimento. Conforme Sachs (2001), taxas significativas de crescimento são necessárias para que se possa inclusive redistribuir renda para a população, o que numa economia estagnada ficaria inviável. Lembra ele, no entanto, que os mercados não conseguem transcender os curtos prazos nem alocar recursos para a preservação (SACHS, 2000).

Já para o crescimento social e ambientalmente correto o pensamento contrário é central: a consideração da sustentabilidade do desenvolvimento requer horizontes de tempo expandidos. O próprio Morin (2002) adverte que o raciocínio econômico projeta somente a curto prazo, em termos de anos, no máximo décadas. A temporalidade do ambiente, contudo, à outra contagem, a dos séculos, e neste ponto gera, para alguns, o entendimento de falta de retorno, sempre esperado como imediato, principalmente no que se refere ao financeiro.

O entendimento defendido neste trabalho é o de que todas estas questões apresentadas aqui, neste capítulo, constituem o interdiscurso sobre a sustentabilidade. Assim sendo, não há como pensar um discurso sem levar em conta a sua historicidade. Analisar o discurso jornalístico sobre a sustentabilidade no recorte que estabeleci (*Mundo Sustentável e Guaíba Ecologia*) obriga a ter em mente que há este “já-dito” sobre sustentabilidade que

[...] sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite [...] remeter o dizer a toda a uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (ORLANDI, 2001, p.32).

Os sentidos construídos historicamente são convocados nas novas formulações e têm um efeito sobre o discurso que está sendo construído no “agora”, uma vez que o sujeito recorta dizeres do interdiscurso e, conseqüentemente, faz isso a partir de um determinado ponto de vista. A divisão em duas correntes sobre sustentabilidade da qual me aproprio aqui serve justamente para definir estas perspectivas de enunciação, que serão retomadas no Capítulo 5, destinado a mostrar o caminho metodológico da pesquisa e no qual retomarei esta discussão.

Na seqüência apresento o segundo eixo do trabalho, o Jornalismo, aprofundando a discussão sobre os componentes do que a AD denomina de condições de produção do discurso, propondo, na parte final do capítulo, uma discussão do Jornalismo também pela ótica do discurso. O objetivo é investigar como os sentidos são construídos no Jornalismo e poder estabelecer melhor a relação a ser observada, do discurso jornalístico sobre a sustentabilidade e este interdiscurso sobre o tema, esclarecendo que o discurso sobre a sustentabilidade se faz na relação com outros campos do conhecimento.

3 O JORNALISMO

No campo do Jornalismo, a teorização que exige meu objeto está dividida em dois capítulos. Neste, agora, vou tratar das compreensões gerais do Jornalismo, para no quarto capítulo abordar mais especificamente o radiojornalismo e o objeto em si, o quadro *Mundo Sustentável* e o programa *Guaíba Ecologia* (também denominados de *MS* e *GE*). Os pontos, com estreita relação, revelam como o Jornalismo é visto neste trabalho: enquanto campo, pela ótica do discurso e nas suas especificidades no meio rádio.

Abordo teoricamente o Jornalismo pela perspectiva Interacionista, na ótica construcionista da notícia (TRAQUINA, 2004). Mobilizando, ainda, os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), compreendo o discurso jornalístico formado pela relação com os demais campos e determinado sempre pelo contexto histórico-social, com o Jornalismo, enquanto campo, constituindo um lugar de seleção e de construção do acervo social de conhecimentos, a partir das escolhas do que é dito e do que é excluído neste discurso. O enquadramento dado pelo Jornalismo aos assuntos que são seu objeto constitui o centro do processo de produção de sentidos do seu discurso, numa relação na qual interagem jornalistas e fontes de informação. A perspectiva construcionista mostra haver até dificuldade em distinguir entre realidade e notícia, uma vez que as notícias (ou o discurso jornalístico) ajudam a construir a própria realidade.

O quadro *MS* e o programa *GE* são igualmente entendidos dentro da dimensão cultural na produção da notícia, fruto de processos negociados e complexos, de inter-relação e até de confronto entre fontes e jornalistas, entre fontes de informação entre si, na disputa pela construção do significado do acontecimento reportado. Ponte (2005) considera o discurso jornalístico parte integrante da institucionalização da sociedade como realidade objetiva. Para a autora, tudo o que é ofertado é carregado de sentido ideológico, de escolhas, da noção de que essas são as matérias sobre as quais deve-se saber. “Os campos semânticos construídos

pela linguagem constituem esquemas de classificação que permitem a acumulação da experiência. A transmissão de esquemas de classificação para diferenciar os objectos constitui o *acervo social de conhecimento*” (PONTE, 2005, p.99 [grifo e grafia originais]). O Jornalismo é, portanto, lugar de seleção e de construção desse acervo de conhecimentos, a partir das escolhas do que é dito e do que é silenciado, de quem participa ativamente na definição deste conhecimento e de quem não estará presente.

São estas compreensões que desenvolvo a seguir, do ponto mais geral ao específico, no objetivo de clarear o entendimento sobre Jornalismo e as características que observei no *Mundo Sustentável* e no *Guaíba Ecologia*.

3.1 Jornalismo enquanto sistema

Todo trabalho jornalístico deve ser fruto de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima, que são os acontecimentos, em um produto, as notícias. A Teoria Interacionista mostra que os jornalistas vivem “[...] sob a tirania do fator tempo. O seu desafio é ter de elaborar um produto final (notícia, jornal, telejornal, etc.). [...] O trabalho jornalístico é uma atividade prática e quotidiana, orientada para cumprir as horas de fechamento” (TRAQUINA, 2004, p.181). Quando transferida para o rádio, esta teorização mostra que há um espaço a ser preenchido, uma lacuna na programação, para a qual algum conteúdo deve necessariamente ser produzido para ir ao ar. Para romper esta barreira, como ressalta Tuchman (1993), as empresas jornalísticas impõem ordem no espaço, definindo estratégias para o acompanhamento dos acontecimentos, como a divisão por editorias (economia, política, cultura, meio ambiente, por exemplo), criando o que a autora chama de *rede noticiosa*.

Por ter desenvolvido dispositivos específicos para a produção de objetos reconhecidos como de autoria sua, o Jornalismo pode ser compreendido como campo. E neste fazer próprio, o Jornalismo atua na relação com outras áreas do conhecimento ou grupos sociais. Para entender essa relação proponho um elo entre as definições de campo (Bourdieu, 2005) e de sistema perito (Giddens, 1991). Ao falar de campo, poderia estar me referindo à especificidade de um grupo social ou profissional (funções, perícia técnica, tipos de saber). Pela sociologia de Bourdieu (2005), no entanto, é possível entender campo principalmente

como um lugar de produção social, de produção simbólica. Socialmente, tem-se campos independentes na forma de atuação (jornalístico, científico, político), mas, ao mesmo tempo, a ação combinada deles aponta para uma interdependência quando for se pensar temas como a construção e legitimação de conhecimentos ou discursos. Está aí a razão de porque o Jornalismo e a construção da notícia adquirirem esta centralidade e de porque o discurso jornalístico não ser composto apenas por elementos produzidos nos dispositivos específicos que lhe são característicos.

Na inter-relação entre os campos, as lutas que se travam estão relacionadas ao poder simbólico como coisa em jogo. Para Bourdieu (2005, p.72), o que está em disputa “[...] é o poder sobre o uso em particular de uma categoria particular de sinais e, deste modo, sobre a visão e o sentido do mundo natural e social”. Enquanto campo, o Jornalismo detém um privilégio no que tange ao seu capital simbólico²⁰. Nas palavras de Berger (1998, p.21), “[...] é da natureza do Jornalismo fazer crer. O capital do Jornalismo é, justamente, a credibilidade”. Esta credibilidade está no centro da disputa entre os jornais e os demais campos. Segundo Bourdieu (2005), há aí um grande poder, que permite obter resultados equivalentes ao que se obteria pela força física ou econômica e onde a linguagem assume papel central:

Isto significa que o poder simbólico não reside nos << sistemas simbólicos >> em forma de uma << illocutionary force >> mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção é de competência das palavras (BOURDIEU, 2005, p.14-15 [marcações no original]).

A noção de campo, advinda da sociologia de Bourdieu, é pertinente para compreensão do jornalismo, assim como o pensamento de Giddens sobre os sistemas peritos, sistemas de excelência técnica ou competência profissional, que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. É a partir deste último que Miguel (1999) propõe encarar o Jornalismo como um foro informal e cotidiano de legitimação ou deslegitimação

²⁰ Conforme Ponte (2005), o discurso jornalístico não é apenas *representações do mundo* pela linguagem, que impõe a ele uma “estrutura valorativa semântica”. Segundo a autora, circulam no discurso jornalístico “diferentes textos e vozes, imagens icônicas e para-icônicas, como títulos, pautam hierarquias de visualização e de leitura” (PONTE, 2005, p.18).

dos diversos sistemas peritos da sociedade. O contato cotidiano com o Jornalismo “[...] ajuda a confirmar ou desmentir as crenças estabelecidas na [con]fiabilidade dos diversos sistemas peritos” (MIGUEL, 1999, p.202 [acréscimo meu]), levando em consideração que o público não conta apenas com a sua experiência pessoal, mas também com aquilo que lhe é relatado.

Uma vez que o conhecimento sobre a vida social deve ser disseminado para que exerça seus efeitos, a imprensa surge como a principal *operadora de reflexividade* das sociedades contemporâneas. Os resultados de pesquisas sociológicas [...] só entram no circuito de reflexividade, isto é, passam a alimentar a consciência dos agentes depois de processados (ou diluídos) através do jornalismo. [...] É claro que podem existir caminhos alternativos, como a publicação de livros de divulgação [...] porém, a inclusão na pauta dos meios de comunicação representa o diferencial entre o conhecimento científico restrito e massificado (MIGUEL, 1999, p.204).

Segundo este pensamento, ao fazer circular a informação, o Jornalismo age como um dos sistemas promotores da reflexividade nas sociedades modernas. E como esclarece Silverstone (1999, p.22), “[...] a mídia é essencial a esse projeto reflexivo”. Para estes autores, vivemos um cenário de centralidade da mídia nos processos sociais contemporâneos, onde

[...] a informação jornalística, transmitida através da notícia pelos meios de comunicação, tem fundamental influência em todas as instituições e nas pessoas de sociedades com ordens econômicas distintas. A natureza e as características do sistema de comunicação e do ambiente onde são geradas as notícias, têm um papel preponderante no outro lado do processo, qual seja, no público, que irá consumi-las e interpretá-las (SILVEIRA, 1996, p.141).

Como já fez Miguel (1999), classifico o Jornalismo enquanto um sistema entre os sistemas peritos existentes na sociedade, tendo ele, no entanto, uma função de mediação e de reflexividade perante e sobre os demais. Para Giddens (1991), há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda a ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente se mantêm em contato com as bases do que fazem, como parte integrante do fazer. Esse movimento é denominado por ele de “[...] monitoração reflexiva da ação” (GIDDENS, 1991, p.44). Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si (GIDDENS, 1991, p.45). Uma parte básica do argumento do autor é que a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao

mecanismo de confiança²¹ em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos.

A comunicação se reveste, portanto, de importante função na esfera social enquanto intermediadora das relações nas sociedades modernas, por meio da representação do espaço público, tarefa antes atribuída ao Estado-nação. Chaparro (1994, p.18) alude a fazeres intencionados “[...] de alta complexidade, pois se trata de um processo social e cultural de intermediação com múltiplos emissores produtores (de informação e opiniões) e receptores usuários”. O Jornalismo tem a propriedade de revelar uma realidade diferente, nem melhor nem pior do que a ciência e, sendo assim, pode trazer à tona aspectos da realidade que outras modalidades de conhecimento não revelam, como pensa Meditsch (1997a):

O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1997a).²²

Este papel também pode ser compreendido a partir das lições de Fausto Neto (1991):

O campo da comunicação social não se constitui apenas num lugar de “acolhimento” das compreensões e os processos de interação social, em torno das quais se estabelecem e se articulam as compreensões e os processos de interação social. Pelo contrário, este campo se destaca como agente que, dispondo de regras e poderes específicos, dá conta de operar a própria construção de sistemas de representações (FAUSTO NETO, 1991, p.13).

A noção de Jornalismo como uma forma de conhecimento sobre a vida social é originária das reflexões de Robert Park (1972). O autor propõe nomear o Jornalismo como uma forma de conhecimento que está em algum ponto entre dois extremos de uma linha classificatória, o “conhecimento de” e o “conhecimento acerca de”, divisão herdada do pragmatismo de William James, no qual o “conhecimento de” refere-se ao conhecimento formal, racional e sistemático. Já o “conhecimento acerca de” (ou sobre) iguala-se à

²¹ A confiança, em suma, é uma forma de “fé”, na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva (GIDDENS, 1991, p.35).

²² Documento eletrônico.

familiaridade com as coisas. Entre eles existe um *continuum* no qual se situam todas as formas de conhecimento, estando também aí o produto do trabalho dos jornalistas.

Conforme Berganza (2000), Park faz uma reflexão importante a partir do ponto de vista do processo cognitivo gerado pelas notícias. Afirmo que elas desempenham um papel equivalente ao da percepção para o ser humano: “[...] orientam-no mais do que o informam sobre o que está ao seu redor [...] Além disso, as notícias ajudam o indivíduo a interpretar a realidade que o rodeia” (BERGANZA, 2000, p.364-365). Para Park, o Jornalismo faz isto sem qualquer esforço por interpretar os acontecimentos, “[...] exceto pelo esforço do repórter para tornar compreensíveis e interessantes” (PARK, 1972, p.176). Gentilli (2005), por sua vez, propõe entender o Jornalismo como um processo de reconstrução da realidade concreta. Um processo

[...] fundamental e indispensável para a vida do homem moderno: para que ele se localize no mundo, em seu país, em sua cidade, situe-se diante de circunstâncias que o cercam, organize sua vida a partir do conhecimento do volume de oportunidades que lhe são oferecidas, tome suas decisões e faça suas escolhas a respeito dos assuntos que lhe interessem (GENTILLI, 2005, p.163).

Assim, o modo como um determinado assunto é abordado, ou seja, o Jornalismo “constrói conhecimento” sobre aquele tema, acaba produzindo determinados significados ofertados ao público e legitimando determinadas visões ou enquadramentos sobre o assunto em questão. Esta legitimação é fruto da credibilidade construída pelo meio (a rádio), pelo jornalista e a que representa a fonte que, ao ser chamada para opinar sobre um tema específico em um programa, também é legitimada por estar ali. Para Berger e Luckmann (1996), a legitimação não é apenas uma questão de valores, implica também em conhecimento, “[...] visa explicar a ordem institucional dando validade cognitiva aos seus significados objectivos” (PONTE, 2005, p.101 [grafia original]). Ponte (2005) enfatiza que os autores chegam a nominar diferentes níveis de legitimação:

1) legitimação incipiente, fundamento do conhecimento evidente, pré-teórico, sobre o qual devem repousar todas as teorias subsequentes, que reconhecemos na legitimação do inquestionável é *assim porque sim*; 2) legitimação com proposições teóricas elementares e esquemas explicativos que relacionam conjunto de significações objectivas, altamente pragmáticas sustentando acções concretas por provérbios, máximas, lendas e histórias populares; 3) legitimação com teorias explicativas em torno de um corpo diferenciado de conhecimentos,

fornecendo quadros de referência para os respectivos sectores de conduta institucionalizada, atribuível a pessoal especializado: pode ir além da aplicação prática e tornar-se “teoria pura”, começando a atingir um grau de autonomia em relação às instituições legitimadas; finalmente, 4) legitimação por universos simbólicos, corpos de tradição teórica que integram diferentes áreas de significação e que abrangem a ordem institucional numa totalidade de processos simbólicos referentes a realidades diferentes das da experiência quotidiana (PONTE, 2005, p.101[grafia original]).

Estas abordagens reforçam a perspectiva citada no início, a da compreensão do Jornalismo como construção. Segundo Traquina (2001), o paradigma construcionista engloba as teorias estruturalista e etnoconstrucionista ou interacionista²³, que se desenvolvem a partir dos anos 60 e 70. Partilham o paradigma das notícias como construção social, rejeitando a teoria do espelho, segundo a qual as notícias são como são porque a realidade assim as determina, sendo o jornalista, na compreensão da teoria do espelho, um comunicador desinteressado.

A concepção de notícia como construção social refere-se ao processo de produção jornalística no seu todo, inclusive considerando o contexto, não apenas o da organização de trabalho, mas também aquele que o circunda e nele interfere significativamente. Assim, ao produzir a notícia o jornalista estabelece uma série de relações sociais, seja com as fontes, com a sociedade, ou com os membros da comunidade profissional. O paradigma construcionista ressalta

[...] a importância da cultura jornalística, nomeadamente a estrutura dos valores-notícia dos jornalistas, a ideologia dos membros da comunidade, e as rotinas e procedimentos que os profissionais utilizam para levar a cabo o seu trabalho. [...] Ambas reconhecem que os membros da comunidade jornalística exercem um grau de autonomia [...], são de fato participantes ativos na construção da realidade (TRAQUINA, 2001, p.86).

Pela ótica das teorias estruturalista e interacionista é possível inferir que os processos de interação social, dos quais resultam as notícias, sofrem interferência dos critérios de noticiabilidade, estabelecidos numa rotina produtiva. Estas visões deixam claro que o Jornalismo não pode ser o “espelho” da realidade porque, como entende o paradigma

²³ Traquina (2001) também denomina de paradigma construtivista. É possível encontrar nas obras de Traquina as duas denominações para a mesma teoria. Na obra O estudo do jornalismo no século XX, de 2001, denomina-a “etnoconstrucionista”. Já em Teorias do Jornalismo, de 2004, a mesma teoria vem intitulada de “interacionista”.

construcionista, as notícias ajudam a construir a própria realidade. E quando se está falando de linguagem, não há como compreendê-la como transmissão direta dos significados, pois a linguagem “neutra”, isenta de valores, não existe, uma vez que sua utilização movimenta um contexto referencial, o já-dito sobre aquele assunto. Convém reiterar então que o Jornalismo e seus produtos são

[...] resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização. Ambas as teorias são microsociológicas e macrosociológicas (TRAQUINA, 2001, p. 85-86).

No entendimento das notícias como construções sociais tem-se inserida a compreensão de que elas são narrativas marcadas pela cultura jornalística e pela cultura da sociedade na qual estão inseridas. Mecanismos do próprio campo, como as técnicas, gêneros e formatos e os processos de edição (escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos) exemplificam como, por meio das narrativas, a notícia também enquadra os fatos e a realidade. Para Traquina (2001, p.87) as escolhas do jornalista são orientadas “[...] pela aparência que a ‘realidade’ assume para os jornalistas pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas”.

As inter-relações que se estabelecem no campo jornalístico e deste com os demais podem ser vistos, neste paradigma, a partir de três níveis: a interação com as fontes; a interação com a sociedade; e a interação com os membros da comunidade jornalística. Há divergências, no entanto, no entendimento da interação jornalistas – fontes. Pelo viés da teoria estruturalista, as notícias são “determinadas” por uma relação unidirecional entre as fontes oficiais e os jornalistas. Deste modo, a compreensão é a de que o Jornalismo funciona pela reprodução da ideologia dominante. Este fato não seria intencional, mas em virtude de essa tendência estar ligada às estruturas e aos processos do “fazer” Jornalismo.

Por esta concepção, a seleção do que vai virar notícia está calcada em critérios. Estes critérios, segundo a teoria interacionista, estão submetidos ao fator tempo. Em decorrência, as empresas do campo jornalístico elaboram estratégias para enfrentar esse desafio, impondo determinada ordem no espaço e no tempo. Essas rotinas revelam que a maior parte do

trabalho jornalístico é fruto de procedimentos habituais e convencionados, o que para Sousa (2005, p.51) pode “[...] distorcer ou simplificar arbitrariamente o mundo dos acontecimentos”, constranger os profissionais, tornar o Jornalismo uma atividade burocrática e levar à utilização rotineira de fontes oficiais. Por tais razões, as rotinas seriam um “[...] poderoso inimigo da abertura democrática e polifônica dos órgãos jornalísticos ao público em geral” (SOUSA, 2005, p.51).

Pela visão das teorias interacionista e estruturalista as notícias são resultado de processos complexos de interação social. Segundo Traquina (2004, p.173), esta interação se dá entre “os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização”. Para Wolf (2003, p.196) a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem, pela necessidade delas para seu funcionamento, pode refletir, por outro lado, a estrutura social e de poder já existente. Mesmo assim, elas são organizadas a partir das exigências das rotinas de produção da notícia. Traquina (2004) argumenta que a “[...] autoridade da fonte é um critério fundamental para os membros da comunidade jornalística” (TRAQUINA, 2004, p.191). Segundo este autor, a respeitabilidade está em jogo e a preferência pode recair sobre fontes oficiais ou que ocupam posição institucional de autoridade, dentro de uma hierarquia de credibilidade. Como há o fator tempo a ser observado, Traquina menciona que esta condição acaba por levar ao emprego de fontes regulares e institucionais. Esta, porém, não é a única explicação para a opção de preferência por um ou outro entrevistado.

A teoria estruturalista propõe três vias para olhar a produção de notícias: (1) a organização burocrática da empresa jornalística; (2) a estrutura dos chamados valores-notícia; (3) o momento da construção da própria notícia, lembrando que os acontecimentos são identificados e inseridos num contexto social. Eles são então traduzidos por intermédio de mapas de significados, estabelecendo um sentido para leitores, ouvintes, telespectadores ou internautas.

É possível afirmar que a teoria interacionista ou etnoconstrucionista (assim como a estruturalista) entende que a relação entre fontes de informação e jornalistas contribui para que as notícias reforcem a ideologia dominante, como no apoio às posições oficiais dos acontecimentos. Mesmo assim a teoria interacionista relativiza essa perspectiva, cuja concepção de notícia é

[...] o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto (as notícias). Os acontecimentos constituem um imenso universo de matéria-prima; a estratificação deste recurso consiste na seleção do que irá ser tratado, ou seja, na escolha do que se julga ser matéria-prima digna de adquirir a existência pública de notícia, numa palavra – ter noticiabilidade (*newsworthiness*) (TRAQUINA, 2001, p.94).

É sabido que o Jornalismo se ampara na credibilidade dos sujeitos envolvidos no processo: as fontes, jornalistas e os próprios meios de comunicação. Outros campos (ou sistemas peritos) interagem com os profissionais, dentro da chamada luta simbólica, como promotores na mobilização do que ocorre, buscando espaço de diálogo na construção sobre o fato. Eles são chamados por Molotch e Lester (1993) de *news promoters* (promotores de notícia). A teoria interacionista “[...] encara o processo de produção das notícias como um processo interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo no processo de *negociação* constante” (TRAQUINA, 2004, p.184). Esta interação pode se dar pelo acesso habitual ao campo, dentro do contexto das relações de poder, mobilizando os jornalistas, verdadeiros definidores do que é notícia e de como ela será construída.

A busca pelo acesso de outros campos (ou sistemas peritos) ao campo do Jornalismo pode ser vista também pela ótica de Sodré (2004), segundo o qual   possível perceber que influenciar a produ o simbólica tem efeitos importantes no campo social:

Quando um grupo hegem nico obt m da sociedade a aceita o de uma ideologia, está obtendo aval semântico para uma pletora de pontos de vista, visões de mundo, articula es de senso comum e representa es sociais guiadas por um sentido determinado, que pretende comum a todos, universal, verdadeira. Própria do mecanismo ideológico   a troca da parte pelo todo, isto  , da parcialidade de sentido (já que   apenas a unidade consensual de um grupo específico) por uma totalidade ou universalidade ilusória (SODRÉ, 2004, p.22).

Nesse viés, cabe ainda sublinhar a produ o de acontecimentos por parte de organiza es. Este fato   denominado de *acesso disruptivo*. Molotch e Lester (1993) classificam-no como uma atitude dos que querem ou precisam, de alguma forma, estar presentes na constru o da experiência pública sobre determinado tema:

Eles têm de <<fazer notícias>>, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de << agitação>>. Assim, os pouco poderosos perturbam o mundo social para perturbar as formas habituais de produção de acontecimentos. Em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos. Essas actividades constituem, de certa forma, acontecimentos <<anti-rotina>> (MOLOTCH E LESTER, 1993, p.45 [marcações no original]).

Desta forma, o campo do Jornalismo constitui-se não apenas como um lugar de acolhimento das compreensões sobre os variados processos sociais, mas se destaca como agente neste cenário, dispondo de regras e especificidades que operam na construção de significados. Essas teorizações permitem ver que as notícias são resultado de processos complexos e se originam da relação acontecimentos, jornalistas e fontes de informação, meios de comunicação e sociedade.

Segundo Melo (2003, p.25), “[...] cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independente do artifício narrativo utilizado”. Nesta esteira, torna-se necessário estabelecer uma conexão com este ideológico no texto e é neste ponto que se insere a compreensão do Jornalismo enquanto discurso, tendo como pressuposto que o discurso jornalístico é moldado por esta constante relação entre o texto e o contexto, uma vez que o profissional convive em tensão própria do seu campo, das características profissionais tais como fontes de informação, empresa na qual trabalha, público ouvinte, leitor ou telespectador e esse todo propicia condições de produção dos discursos, sendo que estas condições não estão do lado de fora do texto, mas inseridas nele. São questões que devem ser analisadas pela ótica da Análise do Discurso, o que farei no próximo subcapítulo.

3.2 Jornalismo na perspectiva do discurso

O Jornalismo é visto também pela ótica da Análise do Discurso Francesa (AD), uma vez que ela permite relacionar os enunciados jornalísticos com a exterioridade. Como propõe Berger (1998, p. 188), o discurso jornalístico só existe porque seu conteúdo provém de outros lugares, “[...] já que ele é um discurso de mediação dos campos sociais [...] lugar de produção e proposição de sentidos e, assim, construção de determinado registro histórico”. Mariani (1998, p.60) vê no funcionamento jornalístico inclusive um aspecto de convencimento e, em

outro texto (MARIANI, 1999, p.112) argumenta que o Jornalismo assume para si a tarefa de “desambigüisar” o mundo, construindo “modelos de compreensão da realidade”.

Conforme Orlandi (2001, p.26), a Análise de Discurso (AD) visa a fazer compreender “[...] como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”. A AD não pára na interpretação, busca seus limites e mecanismos, ou seja, os aspectos que concorrem nos processos de significação, considerando a linguagem como lugar de debate, de conflito (ORLANDI, 1996a, 2001), no qual o discurso se nutre da construção da hegemonia, mas também das correntes contra-hegemônicas (GRAMSCI, 1981).

A opção pela AD também é justificada pelo que afirma Machado (2006). Para esta autora, a Análise do Discurso é importante para duas modalidades de estudo no Jornalismo: mapeamento de vozes (jornalista, instituição, fonte, leitor) e identificação dos sentidos (formações discursivas, silenciamento, movimentos de paráfrase e polissemia). “Esses dois tipos de pesquisa evidentemente estão em íntima relação, mas podem ser desenvolvidos em momentos distintos e exigem procedimentos específicos” (MACHADO, 2006)²⁴. Por essa razão a AD é mobilizada em vários momentos deste trabalho, uma vez que meu objetivo central é compreender os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre sustentabilidade e como se dão as relações de silenciamento e dominância de discursos sobre o tema nos programas radiojornalísticos *Mundo Sustentável* e *Guaíba Ecologia*.

Enquanto disciplina e método, a AD é concebida e avança a partir de pressupostos da Lingüística, do marxismo e da Psicanálise. Assim, busca relacionar a língua com a história e como elas atuam na produção de sentidos, deslocando a noção de homem e pensando um sujeito discursivo que funciona pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2001). O conjunto de conceitos inaugurados por Michel Pêcheux, principalmente a partir da década de 70 do século XX, pressupõe que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Tal afirmação advém de entendimentos buscados em Althusser (1985), para quem todo indivíduo se torna sujeito ao ser interpelado pela ideologia, sem considerá-lo agente *da* história, mas agente *na* história (ALTHUSSER, 1978), ou seja, suas construções se dão a partir de determinadas condições e do que lhes é permitido avançar. Pêcheux (1995)

²⁴ Documento Eletrônico.

ressignifica este pensamento a partir da linguagem. É o que ressalta Orlandi (2001) ao dizer que na AD a ideologia aparece como

[...] conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido (ORLANDI, 2001, p.48).

Nesta teia de relações, compreender como um discurso (mediante um texto escrito, falado, uma imagem) funciona, como ele produz sentidos, é entendê-lo enquanto um objeto lingüístico-histórico, como ele realiza a discursividade que o constitui.

As análises do *MS* e *GE* feitas aqui levam em conta que a relação com a ideologia é fundamental e há uma série de elementos a serem considerados. Cada palavra ou expressão tem seu sentido alterado segundo as posições de fala: *quem disse, o que disse, de que forma e de que lugar*. O sentido é compreendido a partir da referência às formações ideológicas nas quais os sujeitos se inscrevem, uma vez que, para a AD, o sentido não está já fixado *a priori* como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica. O sentido depende da formação discursiva (FD) na qual o discurso é produzido e que formações ideológicas seu dizer representa na linguagem.

Formação Discursiva (FD) é “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, [...] determina o *que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p.160 [grifo no original]), entendimento construído a partir do postulado de Foucault (1995), primeiro a conceituar FD. Trata-se da remissão que o analista pode fazer de todo texto a uma formação ideológica, dado que o sentido do texto se define por essa relação. O conceito de FD é fundamental, uma vez que por meio dela é possível perceber como se faz a relação das marcas formais que aparecem no discurso com o ideológico, ou então, fazer o percurso analítico no caminho inverso, do ideológico para as marcas formais, tendo o conceito de FD como mediador.

A essência do trabalho do Jornalismo está no texto e ele é, sobretudo, espaço significativo. Orlandi (2001, p.71) ensina que “[...] o texto é lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade”. Um texto parte em inúmeras direções. A AD considera o texto em sua materialidade como uma peça com suas

articulações. Todas são relevantes para a construção *do* ou *dos* sentidos. Importante ainda pensar que em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva. O texto, ou a materialização do discurso, pode ser atravessado por várias formações discursivas, organizadas em função de uma FD dominante.

Para a AD, todo discurso é efeito de sentidos entre locutores, com o sentido dependo das complexas relações com as formações ideológicas.

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições, são produzidas (isto é, reproduzidas) (ORLANDI, 1996a, p.160).

Assim sendo, as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas são “adjetivadas” a partir dessas posições, ou seja, da relação com as formações ideológicas.

Como ressaltado no início do trabalho, no capítulo sobre sustentabilidade, levo em conta aqui o que a AD denomina de interdiscurso, neste caso, o interdiscurso da sustentabilidade. Esta noção concorre igualmente para a produção de sentido dos discursos. Em cada um deles, a memória tem papel fundamental porque o que é enunciado advém das filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, marcados pela ideologia. “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 2001, p.34). Isto prova que o dizer não é propriedade particular e as palavras adquirem significação pela história e pela língua. É a memória discursiva, segundo Orlandi (2001), que

[...] sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando (ORLANDI, 2001, p.54).

Quando proponho analisar o discurso sobre sustentabilidade, é preciso ter clareza de que, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta

para outro, não havendo discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. Neste estudo ocupo-me das formações discursivas (FDs) sobre sustentabilidade e da figura do enunciador nos espaços de radiojornalismo sobre meio ambiente que são objeto desta pesquisa, analisando ainda o processo de identificação e filiação ideológica e de produção de sentido do referido discurso, buscando compreender os sentidos construídos em relação ao tema da sustentabilidade no discurso jornalístico.

Aprofundando mais a discussão, lembro que pelos pressupostos da AD os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora sua realização ocorra nele. Por isso, é preciso considerar na análise, a relação de um discurso com outros discursos possíveis, como referido anteriormente. Para operacionalização deste tipo de pesquisa é preciso estabelecer claramente o significado e a posição do sujeito no discurso. Foucault (1995, p.118) afirma que “[...] indivíduo e sujeito não são a mesma coisa. Um indivíduo se fragmenta em muitos sujeitos e é o sujeito que fala – e fala de um lugar determinado”, como também ressalta Pêcheux (1995, p.117) ao argumentar que “[...] a noção de sujeito é determinada pela sua posição, pelo lugar de onde fala”. Uma pessoa pode, desta forma, colocar-se como sujeitos diferentes nos discursos, como caracteriza Foucault no conceito de dispersão. Aqui vale relembrar a abordagem de Althusser (1985) quando este autor explica que todo indivíduo se torna sujeito ao ser interpelado por uma determinada ideologia.

Para compreender a noção de sujeito, e de que algo fala nele, poderia me valer das Teorias da Enunciação, buscando em Ducrot (1987) a noção de enunciação. Trata-se da perspectiva da qual sempre parte um discurso, sendo o enunciador sublinhado como “a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (DUCROT, 1987, p.195). Nesta visão, o enunciador deve ser localizado, na análise, como a perspectiva da qual o locutor enuncia.

É a perspectiva de enunciação, portanto, que dá o tom do discurso jornalístico. O analista de discurso, partindo da materialidade do discurso, identifica as formações discursivas, mapeando em seguida as suas respectivas formações ideológicas para então, a partir destas, chegar aos enunciadores aqueles que realmente definem o discurso (MACHADO; JACKS, 2001)²⁵.

²⁵ Documento eletrônico.

No entendimento de Machado e Jacks (2001), com este movimento de pesquisa em torno de elementos que o próprio texto mostra, é possível revelar o que no Jornalismo habitualmente permanece oculto. A AD permite desvendar quem fala e a partir de que posição ideológica. Para identificar o caráter polifônico ou monofônico de um texto “[...] é preciso mapear as vozes que o conformam” (MACHADO, 2006)²⁶, refletindo sobre as posições-sujeito ocupadas pelos sujeitos do discurso. É ele quem recorta dizeres do interdiscurso para constituir o que, à primeira vista, parece um discurso de sua autoria. E o faz a partir de determinada FD, uma vez que o entendimento que defendo aqui é o de que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas na FD com a qual o mesmo imaginariamente se identifica. Segundo Orlandi (2001), o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, é uma posição. Em AD, a posição-sujeito não significa presença física e nem mesmo lugares objetivos da estrutura social, mas um lugar social representado no discurso, sempre a partir de determinada FD. Estas questões serão retomadas e situadas na perspectiva do discurso sobre sustentabilidade no Capítulo 5, dada sua importância na efetivação da análise.

Como visto, uma FD é comumente definida como *aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito*. Um discurso é canal de enunciação de pensamentos e sentimentos, é efeito de sentido, e não apenas produtor de sentido. Na análise que proponho, é preciso pensar que o jornalista, quando fala, interpreta. Os fatos são ressignificados no dizer, carregados de interpretação do enunciador do discurso, que fala a partir de uma ou mais FDs, derivada(s) de formações ideológicas. O mesmo ocorre com os entrevistados dos programas em questão.

Para Orlandi (1996a, p.96), a ideologia liga-se à interpretação, uma vez que a conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. A interpretação é um gesto (um ato no nível simbólico) “[...] que se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (ORLANDI, 1996b, p.18). De acordo com a perspectiva da AD, é criticável o modo de se considerar a linguagem, ou como produtora (e o mundo é dado) ou como produto (e a

²⁶ Documento eletrônico.

linguagem é dada). O gesto de interpretação é o que, sendo ou não perceptível para o sujeito e/ou seus interlocutores, indica a direção dos sentidos.

Ao pensar o discurso, neste caso o discurso jornalístico, é necessário ter em mente que faz parte da estratégia discursiva situar-se no lugar do ouvinte. Assim, está-se antecipando representações que são feitas a partir do próprio lugar de locutor. A AD, ao falar de sujeito, enunciador e locutor, trabalha com a noção de inculcar, ou seja, repetir muito (algo), recomendar, indicar, aconselhar. Temos o locutor (que produz os enunciados, diz) e seu interlocutor (entrevistado, público ouvinte), que, conforme Orlandi (1996a, p.126) “[...] ou é seu cúmplice ou seu adversário; daí a posição do locutor ser a de influenciar, transformar, inculcar, etc”.

Todo esse mecanismo está assentado no que Pêcheux (1995) denomina *antecipação*, que é o processo sobre o qual se funda a estratégia do discurso, que é de natureza argumentativa. Vale lembrar ainda que há um leitor inscrito no texto. As condições de produção dos discursos têm papel fundamental, pois o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. Quem fala tem dois horizontes imaginários, pois reflete sobre si e sobre o outro. No caso dos jornalistas, é possível afirmar com Machado e Jacks (2001) que estes profissionais têm em mente, mesmo que de modo internalizado ou intuitivo, o seu público. Eles imaginam saber o que o leitor quer saber e até onde vai o seu interesse e para esse público imaginado falam e escrevem.

Um leitor que é constituído no próprio ato de escrita [ou fala]. Em termos do que denominamos “formações imaginárias” em análise do discurso, trata-se aqui do leitor, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser seu “cúmplice” quanto seu “adversário” (ORLANDI, 1993, p.9).

Esses mecanismos de funcionamento dos discursos são as Formações Imaginárias. Segundo Brandão (2002), elas designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmos e ao outro, como uma imagem que fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. “Dessa forma, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do ‘imaginário’ do outro, fundar estratégias de discurso” (BRANDÃO, 2002, p.36). Em uma conversa, o locutor experimenta o lugar de seu ouvinte a partir de seu próprio lugar. E estas variações de interlocução são definidas pelo

funcionamento das condições em que se dá o discurso, no caso, no rádio. E a antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva do discurso. Este é o entendimento pensado no campo do Jornalismo por Berger (1998):

Na produção do texto jornalístico convivem o enunciador e o emissor, compondo o sujeito da enunciação. A notícia, por outro lado, ao contar uma história, conta a história de alguém, sujeito do enunciado. E, como não há processo de comunicação que não considere o destinatário, este é constituído no plano semântico para assegurar um determinado contrato de leitura (BERGER, 1998, p.20).

Em se tratando de discurso e sentido, é interessante ainda lembrar que todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. Charaudeau e Maingueneau (2004) ainda propõem pensar o *efeito pretendido* e o *efeito produzido*, noções importantes para o estudo do discurso enunciado nos dois programas radiojornalísticos que pretendo analisar.

Efeitos pretendidos são os que “[...] o sujeito comunicante pretende e busca produzir junto ao sujeito destinatário por ele suposto e construído como ideal” (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004, p.180). *Efeitos produzidos* são “[...] aqueles que o sujeito interpretante reconhece efetivamente, construindo-os e reconstruindo-os a seu modo” (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004, p.180), com estes não coincidindo necessariamente com aqueles.

Há um jogo subjetivo, um efeito de sentido para disputar pessoas e seus entendimentos (como se posiciona o jornalista). Suas formações ideológicas e filiações às formações discursivas são determinantes no discurso enunciado, na escolha dos temas, dos entrevistados e do rumo da conversa, uma vez que é dele o comando do andamento do programa, respeitando a fala dos entrevistados ou interlocutores diretos (participantes dos programas), imaginando um determinado público ouvinte.

Quando alguém diz algo, esse alguém fala de um determinado lugar social para outra pessoa que também está em algum lugar e isto concorre também para o processo de significação do discurso. Pêcheux (1969, *apud* ORLANDI, 1996a) caracteriza discurso não como transmissão de informação, mas como efeito de sentido entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral. “Então, entre os interlocutores, a situação, o contexto

histórico-social, i.e., as condições de produção, constituem o sentido da seqüência verbal produzida” (ORLANDI 1996a, p.26). É inerente ao discurso jornalístico atuar na institucionalização social dos sentidos. Mariani (1999)²⁷ ressalta que os discursos da mídia adquirem um caráter didático ao transmitir informações sobre acontecimentos, ao que acrescentaria temas e problemas da sociedade, e o fazem por esquemas, definições e citações de autoridade ou até digerem aquilo sobre o que falam.

O modo como o Jornalismo interage e fala sobre os demais campos tem a ver com as suas próprias características enquanto um sistema organizado. Bourdieu (1997, p.25) argumenta que os jornalistas têm ‘óculos especiais’, “[...] a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem”. É um fator seletivo e também de construção do que é selecionado. Neste exercício, o Jornalismo recria o real estruturando-o mediante a disseminação de significados. Tais significados podem ser conscientes ou podem estar além dos sentidos imediatos do texto (MOTTA, 2001).

O discurso jornalístico só existe porque seu conteúdo provém de outros lugares, “já que ele é um discurso de mediação dos campos sociais. Mediação, no entanto, não é passagem de um lado para outro, mas lugar de produção e proposição de sentidos e, assim, construção de determinado registro histórico” (BERGER, 1998, p.188). A batalha que pode ser assistida no interior do campo jornalístico está ligada ao ato de nomear, posto que, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não e tornar público tudo isso.

As mídias transformam as falas públicas e privadas num discurso público, mas que é privatizado segundo determinadas condições de produção de cada instituição do campo jornalístico, de onde pode se ratificar que a noção de publicização está cada vez mais subordinada a operações/articuladoras de construção discursiva de cada dispositivo de produção de sentido (FAUSTO NETO, 1999, p.76).

Pedroso (2005), de forma semelhante, vê a produção jornalística, constituída pela linguagem, como um lugar que produz realidades. Para esta autora, a ordem da produção é um lugar sociológico de subjetividades e de interpretação ininterrupta, ao afirmar que o Jornalismo é, por natureza, um campo de regulação dos sentidos. Buscando as características

²⁷ A partir de BEACCO e MOIRAND (1995).

constitutivas dos produtos do Jornalismo, poderiam ser evocados os princípios da referencialidade, da clareza, da exatidão, da verdade factual e o da objetividade, que seria orientadora dos jornalistas no momento de produção do seu trabalho. Afirma Pedroso (2005), porém, que a objetividade não é a negação da subjetividade. É antes o seu reconhecimento, conclui com base em Tambosi (2003), quando este afirma que a existência da objetividade não exclui a subjetividade.

Esta relação entre campos para configuração do discurso jornalístico também pode ser percebida pela ótica de Mariani (1998) quando esta defende que o discurso jornalístico é uma modalidade de *discurso sobre* e, no caso deste trabalho, *sobre sustentabilidade*. E complementa

Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento.

[...]

ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor (MARIANI, 1998, p.60, grifo no original).

O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e esse fator é constitutivo do seu discurso. Desta forma, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar. Analisando os programas jornalísticos que são objeto deste trabalho, *Mundo Sustentável* e *Guaíba Ecologia*, encontro em ambos um jornalista que discursiviza diferentes saberes institucionais sobre sustentabilidade, tanto os vindos da ciência, quanto os que circulam na ordem do senso comum, que sustentam e legitimam socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista, comprometido quer com a verdade da ciência ou do campo ambiental, quanto com a verdade da mídia e com os saberes do leitor/ouvinte, tendo em mente ainda a relação que se estabelece com as fontes de informação. Seu discurso, assim como o das fontes selecionadas para falar nestes espaços, produzem um efeito de sentido sobre a sustentabilidade. É neste sentido que me concentro nas análises. Como destaca Mariani (1999, p.33) “[...] analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou

indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário”, o que torna extremamente relevante este exercício.

Para a Análise do Discurso importa saber *como um texto significa*. A questão a ser respondida não é o “o quê”, mas “como”. Também é preciso ter em mente que a definição de texto não muda pelo fato de ele ser escrito ou oral. Nas palavras de Orlandi (2001), o importante é considerar o texto como a unidade de análise e o discurso como unidade teórica. Relevante ainda levar em conta que, diante do discurso jornalístico, materializado no texto escrito ou falado, o leitor/ouvinte também pode construir uma rede de significações, filiada ao que já vem sendo tecido neste campo. Ela é caracterizada por sentidos social e historicamente produzidos e ideologicamente interpretados como naturais, lembrando que, para a AD, a ideologia é entendida como um mecanismo de naturalização dos sentidos, ou seja, requer que o sujeito atribua determinados sentidos aos textos e não outros.

Na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as FD é fundamental. Por isso, no procedimento de análise, é necessário remeter os textos ao discurso e estabelecer as relações deste com as FD, relacionando estas à ideologia. Assim, está explicitado o percurso que caracteriza as várias etapas da análise. O ponto de partida é o texto, da “superfície lingüística” para o processo discursivo, passando para a análise dos esquecimentos (memória, interdiscurso) e tentando chegar o mais perto possível do real dos sentidos, sempre observando as posições dos sujeitos. Como mostrei no segundo capítulo, há toda uma memória discursiva sobre a sustentabilidade que constitui o que a AD denomina de interdiscurso. Ele será fundamental na compreensão do objeto ao analisar, adiante, o discurso jornalístico sobre o tema, recortado das edições selecionadas do quadro *Mundo Sustentável* e também do programa *Guaíba Ecologia*, sobre os quais discorrerei agora, no Capítulo 4.

4 O OBJETO NA PERSPECTIVA DO RADIOJORNALISMO

Entre as várias facetas que pode assumir a programação radiofônica, seja informativa ou de entretenimento, é o seu caráter jornalístico que interessa aqui, uma vez que a pesquisa está voltada justamente para dois espaços de Jornalismo destinados a abordar meio ambiente no rádio.

Vou mencionar aqui alguns dos programas radiojornalísticos específicos sobre o tema meio ambiente. No Rio Grande do Sul a lista não é tão extensa, sendo possível enumerá-los. Atualmente vão ao ar *Guaíba Ecologia*, da Rádio Guaíba, *Band Ecologia*, da Rádio Bandeirantes, *Sintonia da Terra*, da Rádio da UFRGS, todos de Porto Alegre, *Ambiente Vivo*, da rádio UNIJUÍ FM, de Ijuí e *Uirapuru Ecologia*, da Rádio Uirapuru, de Passo Fundo. Além destes cinco programas, existiam outros dois que, por razões diversas, não estão mais no ar. São eles: *Gaúcha Ecologia*, da Rádio Gaúcha, de Porto Alegre, e *São Francisco Ecologia*, da Rádio São Francisco, de Caxias do Sul. Ampliando-se a listagem para outros estados podem ser citados alguns: *Natureza Viva*, da Rádio Nacional da Amazônia e os programas *Terra, Fogo, Mar e Ar*, da Rádio Eldorado AM; *Planeta Eldorado*, da Rádio Eldorado FM 92,9; *Pense Verde*, do Sistema Sesc/Senac de Rádio e TV de São Paulo e *Pira 21*, da Educativa FM 105.9, de Piracicaba, São Paulo, e ainda o programa *Mundo Sustentável*, da Rádio CBN Rio/São Paulo, um dos espaços de maior abrangência entre os citados, o que também justifica a sua escolha como objeto deste trabalho. No Rio Grande do Sul, a escolha do Guaíba Ecologia se deve, entre outros fatores porque os programas *Sintonia da Terra* e *Band Ecologia* não estavam no ar no período da pré-análise para constituição do *corpus* e os programas *Uirapuru Ecologia* e *Ambiente Vivo* têm a veiculação restrita pela abrangência das emissoras, sendo que este último é apresentado pelo autor deste projeto e, por isso, foi desconsiderado. Outro ponto que destacou o quadro Mundo Sustentável e o programa Guaíba Ecologia foi a centralidade da temática da sustentabilidade na sua proposta.

O rádio é entendido neste trabalho como expressão abrangente e intensa de popularização de informação, fruto da linguagem clara e direta e do desenvolvimento de diversos formatos para aprofundar assuntos, em especial entrevistas e comentários, como no quadro *Mundo Sustentável* e no programa *Guaíba Ecologia*. Considero, ainda, a oralidade, o alcance social do meio e a legitimidade construída pelas emissoras, pelos programas e seus jornalistas.

Mesmo com o advento da comunicação virtual na atualidade, o rádio continua sendo o segundo meio de comunicação mais presente nos lares brasileiros. Em 2004, conforme o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, havia pelo menos um aparelho de rádio em 87,8% dos domicílios, sendo que 90,3% possuíam televisão e apenas 16,3% tinham computador. O maior número de televisores em relação ao rádio, contudo, só foi observado no Brasil na transição para os anos 2000. Ainda em 1998, 90% dos domicílios possuíam rádio e 88% aparelhos de televisão. Os dados são das Pesquisas Nacionais Por Amostra de Domicílios de 2004 e 1999, feitas pelo referido Instituto²⁸. Ressaltando a grande fatia da audiência global durante o dia, Meditsch (2001) sublinha o uso do rádio como meio de informação:

[...] uma pesquisa realizada em 1993, na área metropolitana de São Paulo, demonstrou que o rádio é o meio de comunicação mais utilizado por todos os segmentos da população, considerando o tempo médio diário de utilização e, como nos Estados Unidos, só perde em audiência global para a tevê entre as 18 e as 24h (MEDITSCH, 2001, p.41).

Em texto originalmente publicado em 1932, Benjamin (1986, p.85) explica que o rádio revolucionou aspectos da comunicação, como linguagem e formato, e atuou de maneira revolucionária “[...] com relação à popularidade”. Na data da publicação do texto esta potencialidade do rádio era singular, em função da anterior inexistência de meios de divulgação que fossem “propriamente populares ou corresponderem à finalidade de educação popular” (BENJAMIN, 1986, p.85), como queria o teórico alemão. Segundo este autor, o rádio transforma também este conceito, trazendo uma popularização que ele classificou de “[...] muito mais abrangente, mas também intensa”.

²⁸ Disponíveis em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 18 jun. 2006.

Também em 1932 Brecht (2005), em sua *Teoria do Rádio*, afirma que o rádio abriu a possibilidade de “dizer tudo a todos”. Para ele, a tarefa da radiodifusão “[...] não se esgota ao transmitir informações” mas “[...] tem que tornar possível o intercâmbio” (BRECHT, 2005, p.42). Brecht volta-se na direção da democratização da comunicação, sugerindo que o rádio deveria fazer de seus ouvintes “fornecedores” de informações, numa comunicação voltada para o interesse público. Segundo o pensador, o rádio teria a função de se aproximar dos acontecimentos reais e não se limitar a reproduzir informação.

O início das transmissões radiofônicas no Brasil está oficialmente registrado no ano de 1922, quando Roquete-Pinto idealizou “[...] o jornal de quem não sabe ler; [...] mestre de quem não pode ir à escola; [...] divertimento gratuito do pobre” (ROQUETTE-PINTO *apud* TAVARES, 1999, p.8). Estes objetivos eram pensados justamente pelas características do meio, descritas anteriormente. Da intencionalidade educativa, o rádio assumiu cada vez mais a faceta de entretenimento, com programas de auditório, música e audioficções. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o rádio informativo ganhou espaço, impulsionado pela utilidade social e política que assumiu. Segundo Haussen (2001), no Brasil o uso do rádio como apoio a projetos políticos está ligado aos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954).

Várias características são evocadas ao se falar de rádio. Ortriwano (1995) defende que entre os meios de comunicação, ele é o mais popular e, “[...] muitas vezes, o único a levar a informação para populações de vastas regiões que não têm acesso a outros meios [...]” (ORTRIWANO, 1995, p.78). Como características intrínsecas ao meio, a autora enumera: a linguagem oral (ouvir-falar), penetração (o rádio é abrangente), mobilidade (tanto no que tange ao emissor quanto ao receptor), baixo custo (em comparação aos outros meios), imediatismo e instantaneidade, sensorialidade e autonomia na recepção (pode ser livre de fios e tomadas).

A radiodifusão é a palavra em língua portuguesa que equivale à inglesa *broadcasting*, algo como “semear aos quatro ventos” (FERRARETO, 2001, p.22). O sistema de rádio utiliza emissões de ondas eletromagnéticas para transmitir o som a distância, e chega a audiências expressivas. As tecnologias remontam ao século XVIII e hoje, transmissores das emissoras são somados aos satélites e à própria Internet, rompendo as barreiras que ainda poderiam haver a disseminação do sinal. É necessário ainda diferenciar as modalidades de emissoras de rádio mais presentes. Elas utilizam-se do espectro eletromagnético, com o som convertido em

vibrações magnéticas “[...] que se propagam no espaço e são provocadas pela movimentação de elétrons em um meio condutor” (FERRARETO, 2001, p.65). Conforme este autor, as ondas eletromagnéticas (ou hertzianas) são definidas por duas grandezas básicas: a frequência (o número de vibrações no movimento periódico da onda em um determinado período de tempo) e a amplitude (correspondente à distância entre os pontos máximo e mínimo atingidos pela onda). Assim, configuram-se as diferenciações mais conhecidas entre rádios AM e FM. As primeiras são as que transmitem pela amplitude das ondas, com qualidade de som inferior à das emissões em FM e suas transmissões podem ser feitas em ondas médias e curtas. As ondas médias são utilizadas à média distância, geralmente em emissoras locais e regionais. Já a onda curta serve para as transmissões à longa distância, geralmente empregada nas emissoras internacionais, possibilitando alcance em todo o globo. As rádios FM têm alcance limitado (em média 150 km), embora permitirem uma recepção de maior qualidade, uma vez que ela não sofre interferências de fenômenos naturais como raios, ou artificiais, como motores, por exemplo, o que ocorre no AM, segundo afirma Ferrareto (2001).

No recorte desta pesquisa, trabalho com rádios das duas modalidades, uma vez que a Rádio Guaíba, que transmite o programa *Guaíba Ecologia*, é uma emissora AM, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A Rádio Guaíba, pela abrangência do AM e pela disponibilização do sinal via satélite, pode ser captada em diversos pontos do território nacional. Ademais, a presença ao vivo na Internet também expande de forma ilimitada a audiência. Desde a sua criação, em 30 de abril de 1957, o trinômio música-notícia-esporte²⁹ tem sido a marca da programação. Na apresentação disponível em seu *site*³⁰, a Guaíba se diz uma emissora adaptada à evolução do rádio AM e que “[...] dá ênfase ao Jornalismo e ao esporte, caracterizando-se por sua credibilidade”. O texto ainda enfatiza a manutenção da proposta inicial da emissora, a de ser “[...] uma voz a serviço do Rio Grande”. A Rádio Guaíba AM faz parte da Empresa Jornalística Caldas Jr., que mantém igualmente, desde 1980, uma emissora de FM totalmente dedicada a veicular programação musical; um jornal, o *Correio do Povo*, e um canal de televisão, a TV Guaíba, todos sediados em Porto Alegre.

²⁹ A Guaíba foi a primeira rádio do Rio Grande do Sul a transmitir do exterior uma Copa do Mundo (o Mundial da Suécia, em 1958).

³⁰ O endereço é www.radioguaiba.com.br

Já a Rádio CBN, da qual analiso o quadro *Mundo Sustentável*, utiliza as duas modalidades, AM e FM, para as suas transmissões. Em seu *site*³¹, a CBN se intitula “[...] a Rádio que toca notícia”. A CBN – Central Brasileira de Notícias –, é hoje a maior rede de emissoras brasileiras que transmite via satélite 24 horas de Jornalismo. Ela integra o Sistema Globo de Rádio, que congrega 10 emissoras do Sudeste do país e 37 rádios temáticas transmitidas só pela Internet, fazendo parte das Organizações Globo³² que envolve a maior rede de emissoras de televisão do país, operação em TV paga, jornais e *sites* de informação na internet. A CBN foi criada em 1º de outubro de 1991 e tem sedes nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Entre as curiosidades da sua história está a operação em FM em São Paulo, desde 1995, sendo a primeira emissora jornalística em frequência modulada naquele Estado. Também está disponível 24 horas ao vivo na internet. A presença da CBN na rede mundial de computadores é calcada ainda no armazenamento de conteúdo, o que oferece a possibilidade de o “ouvinte/internauta” acessar diversos quadros da programação mesmo depois da sua veiculação no rádio. É o que acontece com o *Mundo Sustentável*, por exemplo. Os quadros veiculados em 2006 estão todos disponíveis para acesso na página.

Ferrareto (2001) propõe uma classificação para os formatos de emissoras existentes e, a partir da diferenciação sugerida por ele, é possível qualificar a Rádio Guaíba como uma emissora híbrida, por apostar numa programação que engloba música-esporte-notícia. A CBN, pela classificação do autor, não seria uma emissora *all news*, como a rádio é caracterizada em seu próprio *site*. Segundo Ferrareto (2001) a CBN é uma emissora *talk and news*, uma mescla dos formatos *all news* e *all talk*, nos quais *all news* é exclusivamente voltado à difusão de notícias e no *all talk* “[...] preponderam a opinião, a entrevista e a conversa com o ouvinte” (FERRARETO, 2001, p.61).

As duas emissoras são resultado da evolução do rádio na multiplicidade de utilizações e expressa em diferentes formatos de programação, dirigida a públicos diversos. Como salienta Meditsch (2001), o rádio generalista cedeu terreno às emissoras especializadas. Para ele, o rádio informativo é uma “[...] instituição social com características próprias que a distinguem no campo da mídia e no próprio campo rádio” (MEDITSCH, 2001, p.31). No Brasil o radiojornalismo foi implantado segundo a regra de que a imprensa é a análise e o

³¹ Trata-se do endereço www.cbn.com.br

³² Todo complexo das Organizações Globo tem como endereço central na Internet o *site* www.globo.com

rádio é a síntese, tanto que muitos noticiários eram chamados de sínteses noticiosas. O incremento do radiojornalismo se deu quando outros gêneros, como a entrevista, a reportagem e o comentário, passaram a ganhar mais espaço. A função do rádio não ficou restrita a primeira notícia. Segundo Prado (1989), o rádio:

Além de transmitir o mais rapidamente possível os acontecimentos atuais, pode aumentar a compreensão pública através da explicação e da análise. Este aprofundamento dos temas conta no rádio com a vantagem de poder ser exposto pelos seus conhecedores [...] (PRADO, 1989, p.27-28).

O radiojornalismo apreendeu os formatos do Jornalismo impresso, dando ao texto o caráter de “naturalidade” ao falar. Esse discurso, no entanto, não se limita a uma nova escrita, mas, sim, numa enunciação em tempo real. No discurso do rádio informativo, por exemplo, há uma ligação específica com o tempo, numa relação de dupla contemporaneidade, um relato atual de acontecimentos atuais. E um componente básico do rádio, que é o *ao vivo*, provoca, segundo Meditsch (2001), um forte efeito de realidade e, por consequência, a empatia do público ouvinte:

O *ao vivo* que caracteriza o rádio torna-se mais intenso conforme a forma de produção do enunciado. Um texto escrito, memorizado ou planejado antecipadamente para ser interpretado, embora não caracterize ainda a dupla simultaneidade da transmissão direta, agrega à primeira simultaneidade do discurso mais um elemento *vivo* – a interpretação do locutor. Por isso, o discurso produzido pela apresentação de um texto ao microfone, embora mantenha as características de um conteúdo produzido antecipadamente, pode ser considerado um *vivo em segundo grau* (MEDITSCH, 1997b, p.7).

Ainda nesta esfera, Meditsch (1997b) destaca que o rádio foi o primeiro meio de comunicação a operar em tempo real. E, com lastro na oralidade, é, ainda, capaz de criar imagens, estimular a imaginação, fazer o ouvinte “vivenciar a situação descrita”, condições que garantem a eficiência do discurso radiofônico. Para Meditsch (1997b)³³, “[...] a identidade do rádio na era eletrônica não se localiza mais na forma como é difundido, mas na especificidade de seu discurso sonoro, invisível, enunciado por diversos meios, em tempo real”. O autor afirma que o radiojornalismo é um produto intelectual eletrônico, uma vez que

³³ Documento eletrônico.

o rádio constitui atualmente um meio de informação que abrange todos os setores da sociedade, sendo, em alguns deles, preferencial.

Também no entendimento de Meditsch (2001, p.38), o radiojornalismo cresceu em importância e credibilidade e em “[...] alguns momentos históricos, a capacidade do rádio informar em tempo real e a mobilidade por sua recepção o transformou em protagonista dos acontecimentos”, por ser feito a partir de vários gêneros – o noticiário, a reportagem, a entrevista, o debate e o comentário. É justamente na questão dos gêneros jornalísticos no rádio que residem as peculiaridades dos programas radiojornalísticos que são objeto deste trabalho, *Mundo Sustentável* e *Guaíba Ecologia*.

O quadro *Mundo Sustentável* (MS) vai ao ar na Rádio CBN nas tardes de sábado e domingo, às 13h50min e tem como comentarista o jornalista André Trigueiro³⁴, autor de dois livros sobre comunicação, sustentabilidade e meio ambiente, um deles fruto do conteúdo do quadro. Está no ar desde agosto de 2003³⁵. O *Mundo Sustentável* integra uma série de outros espaços específicos que compõem o programa Revista CBN, veiculado aos sábados e domingos das 12h às 15h. Ciência, cultura, mundo empresarial, política e economia são pauta também. Além destes comentários fixos, o Revista CBN ainda abre espaço para noticiários, veiculados a cada meia-hora e o âncora do programa também insere notas informativas, muitas vezes lidas diretamente da Internet, buscando imprimir naturalidade ao andamento do programa. Os comentários são geralmente ao vivo, com a participação do comentarista por telefone, num diálogo entre o jornalista do estúdio e o interlocutor.

Cada edição do *Mundo Sustentável* tem em média 15 minutos, totalizando cerca de 30 minutos por final de semana, dado que há veiculação no sábado e também no domingo. A ancoragem do Revista CBN é feita em São Paulo e as intervenções de André Trigueiro são realizadas por telefone, de diversos lugares. Nas edições analisadas houve comentários do Rio de Janeiro, como geralmente acontece, e de cidades como Curitiba (Paraná) e Joinville (Santa Catarina), acompanhando eventos da área ambiental. Também compõe o *corpus* duas edições feitas da Alemanha, uma vez que o jornalista André Trigueiro integrou a equipe das

³⁴ André Trigueiro é apresentador do Jornal das Dez, do canal pago Globo News. É autor de várias séries de reportagens especiais sobre meio ambiente, entre elas a série *Água: O desafio do século 21*, que recebeu o Prêmio Embratel de Televisão e o Prêmio Ethos de Jornalismo na categoria televisão. Escreve colunas de opinião no *site* Viva Rio, no Ecopop e no Jornal “O Globo”.

³⁵ Conforme Trigueiro (2005).

Organizações Globo, da qual a CBN faz parte, na cobertura da Copa do Mundo de Futebol de 2006. Apesar de não serem preponderantes, houve a utilização de entrevistas curtas em duas edições, buscando ilustrar o tema em pauta naquele dia.

O enfoque do *Mundo Sustentável* está em assuntos de repercussão nacional e internacional, analisando os mais variados temas da área ambiental sempre a partir da ótica da sustentabilidade. O *Mundo Sustentável* enquadra-se no chamado Jornalismo Opinativo, por meio de seu gênero de Comentário. Este possui especificidades “[...] enquanto estrutura narrativa do cotidiano. Trata-se de um gênero que mantém vinculação estreita com a atualidade, sendo produzido em cima dos fatos que estão ocorrendo” (MELO, 2003, p.114). Foi no rádio, segundo o autor, que o comentário encontrou sua maior expressão dentro do Jornalismo brasileiro. O rádio possibilita o comentário dialogado, “que suscita no ouvinte a impressão de estar participando de uma conversa agradável, onde os fatos de maior interesse são repassados e avaliados” (MELO, 2003, p.120).

Valendo-me ainda das definições de Melo (2003), o papel de Trigueiro no programa encaixa-se no que o autor caracteriza como um profissional que cria vínculos com os receptores, uma vez que é um jornalista com grande experiência e “[...] suas avaliações da conjuntura são buscadas porque o cidadão quer saber como se comportar diante dos acontecimentos” (MELO, 2003, p.113). Argumenta ainda que o comentário é uma atividade que pressupõe ancoragem informativa e perspectiva histórica. Segundo Melo (2003), porém, deve-se opinar sem paixão, o que na ótica da Análise do Discurso é impossível, uma vez que o sujeito é sempre interpelado por uma ideologia, onde atuam, ainda, mecanismo imaginários, como mencionado no capítulo em que tratei do discurso e das perspectivas teóricas da AD utilizadas aqui.

O gênero entrevista é o pilar do programa *Guaíba Ecologia (GE)*, com apresentação do jornalista João Garcia, veiculado nas manhãs de domingo na Rádio Guaíba AM, indo ao ar das 9h30min às 10h. Tem foco em questões abrangentes da área ambiental, em especial no Rio Grande do Sul e no país, com o tema da sustentabilidade estando sempre presente nas abordagens. O *Guaíba Ecologia* traz sempre um tema central, debatido com um ou mais entrevistados. Com o slogan “O meio ambiente é assunto na Guaíba”, seu nome remete ao lago que banha a capital gaúcha, Porto Alegre. A pauta do GE contempla as soluções para o desenvolvimento sustentável no Estado, no país e no mundo e questões polêmicas da área

ambiental. O *Guaíba Ecologia* estreou em dezembro de 1999 e, além da apresentação do jornalista João Garcia, tem produção do jornalista Hélio Bandeira.

O *Guaíba Ecologia* vai ao ar após o programa *La Domenica Italiana*, da associação cultural dos descendentes de italianos no Rio Grande do Sul e antes do programa *Concentração*, dedicado ao esporte, indicando o caráter híbrido da emissora. O *Guaíba Ecologia* ainda empresta seu nome para boletins informativos sobre meio ambiente que vão ao ar de segunda à sexta, às 16h55min, dentro do Jornal da Tarde da Rádio Guaíba. Esses boletins, entretanto, não são considerados nesta análise.

As entrevistas jornalísticas são caracterizadas pela capacidade dos interlocutores em passar com clareza e coerência suas posições em relação a um determinado tema. Medina (1995, p.8) enfatiza a necessidade de a entrevista ser encarada “[...] como técnica de interação social, quebrando isolamentos grupais, individuais e sociais, servindo, através da pluralidade de vozes, para a democratização da informação”. Essa reflexão aponta para a importância de um aspecto essencial: o processo argumentativo, de construção de significados e sentidos. As entrevistas do *Guaíba Ecologia* situam-se no que Medina classifica como entrevista aberta, nas quais “[...] o centro do diálogo se desloca para o entrevistado” (MEDINA, 1995, p.11).

Para Medina (1995), a entrevista é uma das principais ferramentas de trabalho de um jornalista e, segundo Prado (1989), ela é um dos gêneros jornalísticos que mais se adaptam ao rádio e às características específicas do veículo. De acordo este autor, a entrevista consiste em uma “[...] das fórmulas mais ágeis para dar a conhecer uma informação ou para aprofundar o conhecimento dos fatos e suas conseqüências, assim como aproximar-se da personalidade dos protagonistas das histórias” (PRADO, 1989, p.57).

Ao pensar a entrevista no rádio, Charaudeau (2005) atribui como papel do entrevistador o de desvendar, “[...] mostrar às claras o ser escondido que se encontra atrás do ser de palavra [...]” (CHARAUDEAU, 2005, p. 227). Para ele, o entrevistador faz um jogo baseado no fazer dizer – fazer crer – saber mais, sendo quem conduz o questionamento. Já o entrevistado é um “respondedor”, “[...] legitimado pelo simples fato de estar na cena das mídias. Ele está lá porque lê, foi testemunha de um acontecimento, porque ele sabe (especialista) ou porque ele fabricou um objeto (criador)” (CHARAUDEAU, 2005, p. 227).

O ouvinte é um terceiro componente desse universo, tido como ausente/presente. Em várias passagens das edições analisadas os jornalistas se referem a este terceiro componente “na conversas” utilizando-se de frases como “*para que o ouvinte possa compreender*”, “*você que está nos ouvindo*” ou “*o ouvinte que está em casa*”. Ele é um terceiro porque é instituído como testemunha do que é dito:

[...] ele pode ser interlocutor quando é explicitamente instituído como destinatário (“os ouvintes que nos escutam devem saber que...”). Ele é considerado na medida em que ausente – não está presente fisicamente no estúdio (entrevistador e entrevistado não podem observar suas reações, mas ele está presente enquanto ouvinte-consumidor-testemunha da apresentação da entrevista (o que é suscetível de desencadear uma atitude – mais ou menos consciente – de ator junto com o entrevistador e o entrevistado) (CHARAUDEAU, 2005, p.226).

Pela ótica da AD, o jornalista e os entrevistados pronunciam-se de um lugar determinado, *o lugar de onde fala* (BAKHTIN, 1986, p.113) e falam por meio das formações discursivas (FDs). Assim, o que é dito em uma entrevista, em determinada rádio, para um público, não significa a mesma coisa em uma outra entrevista, em outra rádio e para outro público. Ele transforma-se no sujeito de um ponto de vista e fala de uma perspectiva ideológica que lhe permite falar.

Das características do rádio cabe ainda retomar a oralidade, destacada por Meditsch (1997b), ao advertir que a ênfase neste aspecto acabou por desmerecer o rádio em detrimento do Jornalismo impresso. Para o autor, o discurso oral e o discurso radiofônico têm diferenças, pois no rádio a oralidade muitas vezes é virtual e só acontece tendo um processo de base escrita e registrada anteriormente. O discurso do rádio informativo sentiu, desde a sua origem, a dificuldade de “[...] encontrar uma maneira de expressar de forma sonora um conteúdo que tomou forma originalmente na tecnologia da imprensa” (MEDITSCH, 1997b)³⁶. Ainda segundo este estudioso, a função mediadora que o Jornalismo assume (como referido no capítulo anterior) faz com que ele “[...] processe e absorva em seu conteúdo os atos de fala de diferentes atores sociais. O gênero jornalístico é fortemente marcado pela intertextualidade e seus enunciados caracterizados, quase sempre, por um sentido polifônico” (MEDITSCH, 2001, p.188). Não é somente o jornalista que fala, uma vez que ele normalmente traz em sua fala discursos de outras pessoas.

³⁶ Documento eletrônico.

Junto com a construção teórica sobre Jornalismo enquanto campo e discurso, estas sistematizações acerca do objeto, pelo viés do radiojornalismo, mostram o cenário que circunda o discurso sobre sustentabilidade no quadro *Mundo Sustentável* e no programa *Guaíba Ecologia*.

Apresentados os três eixos teóricos do trabalho – Jornalismo, sustentabilidade e discurso –, passo para a explicação do desenho metodológico da pesquisa, aprofundando as noções empregadas na análise das edições que compõem o *corpus* que será assunto também no próximo capítulo.

5 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para empreender uma análise de discurso é preciso desfazer o produto (texto) como tal para fazer aparecer o processo. Nesta perspectiva, construí uma montagem discursiva obedecendo a critérios estabelecidos a partir dos pressupostos teóricos da AD para compreender como o objeto simbólico escolhido (*Mundo Sustentável* e *Guaíba Ecologia*) produz sentidos, considerando, na análise, as condições de produção na relação com o interdiscurso, e investigando, ainda, os movimentos de dominância e silenciamento de formações discursivas sobre sustentabilidade.

As condições de produção são entendidas levando em conta as características do radiojornalismo, do Jornalismo enquanto campo e na perspectiva do discurso jornalístico como construção. Como exposto anteriormente, o modo como o Jornalismo interage e fala sobre os demais campos tem relação com as suas próprias características enquanto um sistema organizado. São, também, as próprias peculiaridades do quadro *Mundo Sustentável* e do programa *Guaíba Ecologia*, os jornalistas e fontes envolvidas e o momento em que cada edição foi veiculada. Segundo Orlandi (2001, p.30), as condições de produção “[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte do discurso”.

A historicidade do discurso sobre a sustentabilidade que é foco aqui também é importante e por essa razão mereceu espaço específico no segundo capítulo. Lembro que a historicidade a que se refere a AD não significa a história refletida no texto, mas o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos contido nele. O pesquisador opera com o conceito de funcionamento discursivo, que permite empreender uma análise de marcas formais que remetam à formação ideológica. Um discurso é sempre decorrência, antes

de ser causa, e por isso é preciso que a teoria e o método explicitem ainda de que *não-dizer* se está falando. Ao pensar um objeto discursivo é preciso analisar o que é dito neste discurso e em outros, ou seja, o que é afetado por diferentes memórias discursivas.

O funcionamento discursivo é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor também determinado, com finalidades específicas. Novamente o trabalho está diante da noção de Formações Discursivas, esclarecendo que identificá-las nem sempre é tarefa fácil. Para tanto, Machado e Jacks (2001) recomendam trabalhar com regras de formação, ou seja, “[...] aquelas regras que definem como um mesmo sentido é construído ao longo de enunciados distintos”, tendo em mente o que afirma Foucault (1995, p.43-44): “[...] Chamaremos de regras de formação as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, escolhas temáticas)”.

Avançando no caminho aqui construído, volto às contradições entre as correntes *ecotecnocrática* e *ecossocial* sobre sustentabilidade. Partindo do antagonismo entre ambas, conforme Caporal e Costabeber (2000), construí as perspectivas de enunciação do discurso dos programas a serem analisados tendo como base o entendimento sobre formação discursiva (FD) já explicitado no capítulo 03. Cabe lembrar esta compreensão a partir de Indursky (2001, p.1), quando a autora explica que Formação Discursiva “[...] corresponde a um domínio de saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia”, e também amparado em Pêcheux (1995), que chama de formação discursiva “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito*”, numa releitura do termo cunhado por Foucault (1995). Por este caminho, defini duas FDs para operar a análise:

a) **FD Ecotecnocrática** – Nesta, a sustentabilidade está sempre ligada ao desenvolvimento e tem o pensamento econômico como balizador, analisando os problemas socioeconômicos e ecológicos a partir do binômio tecnologia – ambiente. O otimismo tecnológico é característico deste discurso, o qual propõe a incorporação tecnológica universalizada para efetivar o desenvolvimento e o crescimento da economia, homogeneizando as práticas produtivas em escala global. É ainda origem das propostas de mecanismos de mercado (como cobrança de taxas pela utilização de recursos naturais e o investimento pesado no alto potencial produtivo, como, na agricultura) ao pensar o uso dos elementos naturais, vistos como recursos com alto

potencial econômico. Sua construção deu-se pela adoção do vocabulário ecológico e das bandeiras do movimento ambientalista ressignificadas pela ótica do sistema de produção capitalista e as demandas de mercado.

b) **FD Ecosocial** – Os movimentos sociais e de contracultura são a origem desta FD, traduzindo a sustentabilidade nas dimensões diacrônica (respeito às futuras gerações) e sincrônica (em relação às gerações presentes). A cultura é tida como fundamental na discussão da relação do homem com a natureza. O “micro” é ponto importante desta visão que defende o respeito aos distintos modos de vida e às diferentes culturas, preservando a biodiversidade e as características locais. Pela ótica desta FD os sistemas produtivos de larga escala e homogêneos são prejudiciais ao ecossistema e por isso políticas públicas devem ser adotadas para o controle das imperfeições do mercado. A noção de sustentabilidade nesta ótica é inspirada na própria organização dos sistemas naturais e concebe o desenvolvimento como um processo igualitário, para todos. Prega, ainda, o menor impacto possível no ambiente, procurando não desvirtuar a ordem já estabelecida.

É a partir dessa perspectiva, e considerando sempre o Jornalismo como estruturador da realidade, campo de legitimação de discursos e construção de significados, que realizo as análises dos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico sobre sustentabilidade e das relações de silenciamento e dominância de discursos sobre o tema no quadro *Mundo Sustentável* e no programa *Guaíba Ecologia*. A análise, no próximo capítulo, parte desta construção das FDs desde as correntes de pensamento sobre o tema, com as quais é possível buscar a figura do enunciador nestes discursos para, num segundo momento, interpretar o processo de identificação e filiação ideológica e de produção de sentido dos discursos destes dois espaços.

Escolhi para o *corpus* recortes que reúnem textos de diferentes edições de cada um dos programas radiojornalísticos, ao longo de três meses. As seqüências discursivas para a análise foram retiradas de seis edições do quadro *Mundo Sustentável* e de seis edições do programa *Guaíba Ecologia*, escolhidas a partir de um conjunto de 12 edições diferentes, gravadas por mim no período de fevereiro a abril de 2006. O *corpus* ocupa lugar central na AD, pois se trata de aplicar um método definido a um conjunto de textos, ou ainda de seqüências discursivas retiradas por extração ou isoladas dentro de um campo discursivo de referência, no caso deste trabalho, o discurso jornalístico.

Uma vez que os dois programas radiojornalísticos propõem a sustentabilidade como temática central e que perpassa o seu debate, optei por uma seleção que pudesse contemplar diferentes edições para, nas abordagens de cada uma delas, perceber os sentidos construídos sobre a sustentabilidade. A seleção foi feita a partir de um critério da classificação dos programas gravados, incluindo dois finais de semana em cada mês, alternando estes finais de semana entre os dois primeiros e os dois últimos. Desta forma, o *corpus* forneceu um recorte dentro do bloco maior considerado, os três meses, ficando com a seguinte configuração:

MÊS	FINAL DE SEMANA	MUNDO SUSTENTÁVEL	GUAÍBA ECOLOGIA
Fevereiro	1 ^o e 2 ^o	4 e 5 , 11 e 12	5 e 12
Março	3 ^o e 4 ^o	18 e 19 , 25 e 26	19 e 26
Abril	1 ^o e 2 ^o	1 ^o e 2 , 8 e 9	2 e 9

QUADRO 01: Edições selecionadas para a pesquisa

FONTE: Elaboração do autor

Relembro que o quadro *Mundo Sustentável*, da Rádio CBN, é dividido em duas edições (sábado e domingo) e para a realização da pesquisa optei por ter os dois programas de um final de semana contabilizados como apenas um. Por serem veiculados no mesmo final de semana, muitas vezes a temática ou a própria conversa entre o âncora e o comentarista remete ao programa do dia anterior.

De posse do material gravado, fiz a transcrição de toda a edição, respeitando as peculiaridades da linguagem oral. As edições também foram numeradas em seqüência para facilitar a identificação:

MÊS	DIA	IDENTIFICAÇÃO	DIA	IDENTIFICAÇÃO
Fevereiro	4 e 5	MS1	11 e 12	MS2
Março	18 e 19	MS3	25 e 26	MS4
Abril	1 ^o e 2	MS5	8 e 9	MS6

QUADRO 02: Identificação dos quadros *Mundo Sustentável*

FONTE: Elaboração do autor

MÊS	DIA	IDENTIFICAÇÃO	DIA	IDENTIFICAÇÃO
Fevereiro	5	GE1	12	GE2
Março	19	GE3	26	GE4
Abril	2	GE5	9	GE6

QUADRO 03: Identificação dos programas *Guaíba Ecologia*

FONTE: Elaboração do autor

Cada edição recebeu uma identificação com seus dados gerais, conforme o modelo:

Programa/Quadro:
Identificação:
Data:
Apresentação:
Tema(s):
Entrevistado(s):

A seguir, um exemplo de cada um dos programas:

Programa/Quadro: Mundo Sustentável
Identificação: MS6
Data: 9.4.2006
Apresentação: Rodrigo Simon (âncora) e André Trigueiro (comentários)
Tema(s):
 1) Reforma do Palácio da Alvorada poderia ter incluído soluções sustentáveis do Greenbuilding
Entrevistado(s): Não

Programa/Quadro: Guaíba Ecologia
Identificação: GE6
Data: 9.4.2006
Apresentação: João Garcia
Tema(s):
 1) Desertos Verdes – o plantio de árvores exóticas
Entrevistado(s): Kátia Vasconcelos, ecologista do Núcleo Amigos da Terra Brasil e Marcelo Calazans, representante da Rede Alerta Contra o Deserto Verde

Os procedimentos metodológicos foram iguais para todas as edições. Com o texto na sua íntegra, passei a observar cada uma delas a partir das FDs definidas anteriormente, a FD Ecotecnocrática e a FD Ecosocial. Inicialmente o trabalho se concentrou no mapeamento das marcas discursivas para chegar depois, na interpretação dos recortes feitos, às formações discursivas sobre sustentabilidade presentes no discurso de jornalistas e fontes. São as marcas que constroem o sentido e guiam a leitura para definição da filiação em uma ou outra corrente.

A pesquisa buscou os sentidos dos textos, no objetivo de elaborar, em cada edição, um mapeamento das filiações e dos sentidos construídos sobre a sustentabilidade a partir do tema abordado naquela edição. Cada edição do *Mundo Sustentável* e do *Guaíba Ecologia* está

analisada em separado e, ao final do conjunto de seis edições, traço um panorama do que foi observado em relação aos sentidos e a dominância e silenciamento dos discursos sobre sustentabilidade.

Do ponto de vista discursivo o trabalho caminha por um terreno no qual, no mesmo gesto de construção do *corpus*, desconstrói-se, pela análise do texto, da materialidade lingüística, a discursividade sobre a sustentabilidade que é observável no discurso jornalístico. O próximo capítulo, de número 6, é totalmente dedicado às análises de cada uma das edições e às considerações sobre os sentidos construídos em cada um dos programas radiojornalísticos. Ressalto, porém, que não há comparação entre ambos, pois este não foi o objetivo neste trabalho, mesmo porque tal intenção seria inviável em função das peculiaridades de formato de cada um deles.

6 OS SENTIDOS E AS FILIAÇÕES

Os procedimentos metodológicos descritos no capítulo anterior balizam, a partir deste capítulo, a observação do *corpus*, em específico a materialização do discurso jornalístico nas edições selecionadas para a análise. Nelas, depois de sucessivas leituras, busquei apreender o sentido construído em cada edição. Como referido na descrição do objeto, no quadro *Mundo Sustentável (MS)* e no programa *Guaíba Ecologia (GE)* os sentidos sobre a sustentabilidade e a incorporação deste discurso no discurso jornalístico se dá pela abordagem de determinado tema da pauta ambiental, sem muitas vezes serem empregados diretamente os termos e/ou conceitos de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade.

Os principais pontos que balizaram a análise estão recortados em 65 seqüências discursivas (SDs), sendo que 33 delas foram recortadas do *MS* e estão contempladas no subcapítulo 6.1 e seus itens. As demais 32 SDs foram extraídas das seis edições do programa *GE* que compõem o *corpus* e cujas análises formam o subcapítulo 6.2. Todas as SDs analisadas estão numeradas em ordem crescente, de 1 a 65. A partir das SDs, procurei localizar, em cada uma delas, as marcas que permitissem identificá-las com uma ou outra FD anteriormente definidas, a FD Ecotecnocrática e a FD Ecosocial. Estas marcas discursivas que aparecem no texto estão assinaladas em negrito e é o seu emprego que ajuda a construir um determinado sentido sobre a sustentabilidade.

6.1 Mundo Sustentável

O funcionamento do quadro *Mundo Sustentável (MS)* está fundamentalmente ancorado na experiência e nas opiniões do comentarista André Trigueiro. A ligação do jornalista com a temática ambiental aparece evidente no encaminhamento dos temas e na maneira como o âncora do programa Revista CBN sugere a importância da avaliação do comentarista sobre a

pauta do dia. André Trigueiro é integrante da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental e professor de Jornalismo Ambiental na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ. É preciso considerar que essa legitimidade, ou a experiência com a área específica, é requisito para que um jornalista seja o responsável por um quadro de opinião. No período investigado o papel de âncora do Revista CBN foi exercido em algumas edições pelo jornalista Rodrigo Simon e em outras pela jornalista Tânia Morales.

A função do âncora, além de situar o ouvinte, é a de encaminhar uma ou mais perguntas de abertura sobre a temática escolhida para o dia a André Trigueiro. Muitas vezes essa pergunta é substituída por algum tipo de informação sobre a pauta, seguida da solicitação da opinião de Trigueiro a respeito do assunto. A oralidade e o tom de diálogo entre os jornalistas (como comentei no capítulo dedicado ao Rádio) gera um envolvimento do ouvinte com o quadro. A veiculação ao vivo facilita essa aproximação com o público imaginado, a quem André Trigueiro se refere em vários momentos, na intenção de apresentar suas opiniões de maneira prática, próxima da realidade cotidiana, o que facilita o propósito de apresentar a compreensão defendida. Isto comprova o que foi referido sobre os efeitos de sentido que são buscados no discurso.

Na maioria dos quadros analisados André Trigueiro utiliza o maior tempo da edição, ficando a participação do âncora mais restrita à abertura e fechamento da edição. Como explicitado na descrição dos procedimentos metodológicos, os 12 quadros selecionados foram agrupados por final de semana (sábado e domingo) de veiculação, e identificados pela sigla MS seguida dos números 1 a 6, totalizando 6 edições. Em função da veiculação em dois dias, optei por denominar cada um destes espaços como “segmento”, ficando então caracterizados na análise como segmento do sábado e segmento do domingo.

No quadro *MS* o principal enfoque está em avaliar se determinada tecnologia, projeto ou prática é ou não sustentável, com base na visão do comentarista André Trigueiro. Sendo assim, seu discurso e as perspectivas de enunciação que ele assume, são os principais destaques das análises que envolvem o *MS*. Pelo fato de sua figura estar colada à identidade do programa, posto que ele só existe a partir do comentário do jornalista, o discurso de André Trigueiro e do *Mundo Sustentável* se confundem. A sua voz é a voz do programa e é desta forma que analiso o discurso jornalístico do *MS*.

No quadro a seguir estão listados os temas comentados por André Trigueiro pela ótica da sustentabilidade:

PROGRAMAS	TEMAS
MS1	1) O crescimento da demanda por álcool combustível e a necessidade de exploração sustentável 2) Exposição sobre recursos hídricos e livro sobre as árvores do Rio de Janeiro*
MS2	1) Pacote de incentivo à construção civil não é sustentável 2) Projeto regulamenta a concessão de florestas públicas
MS3	1) Retrocesso no Protocolo de Cartagena 2) Dia Mundial da Água Doce
MS4	1) Coletor solar feito de materiais recicláveis 2) Paraná regulamenta fiscalização da rotulagem de transgênicos
MS5	1) Avanços e retrocessos da COP-8 e MOP-3 2) 5º Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental
MS6	1) Lançamento de <i>site</i> sobre Educação Ambiental* 2) Reforma do Palácio da Alvorada poderia ter incluído soluções sustentáveis

QUADRO 4: Temas do quadro *Mundo Sustentável*

FONTE: Elaboração própria

Apesar de o *MS* ser um quadro de comentários, em dois segmentos ocorreram entrevistas, ambas conduzidas por André Trigueiro, com algumas interferências do âncora do Revista CBN. As entrevistas estiveram presentes em partes das edições MS2 e MS6. Os segmentos assinalados no Quadro 5 (*), número 2 do MS1 e número 1 do MS6, não forneceram elementos para análise por terem caráter apenas informativo, sem trabalhar com tema que pudesse ser atravessado pelo discurso da sustentabilidade. A seguir, as análises referentes aos sentidos sobre a sustentabilidade presentes no discurso do *MS*.

6.1.1 MS1 (veiculação: 4 e 5.2.2006)

Neste texto (MS1) o primeiro enfoque volta-se para o crescimento da demanda mundial de álcool etanol, o que poderia beneficiar o Brasil, produtor do combustível a partir do cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar. A discussão apontou para a necessidade de explorar de forma sustentável as vantagens da cana-de-açúcar na produção do álcool. A ancoragem do Revista CBN nesta edição foi de Rodrigo Simon e o comentário de André Trigueiro iniciou-se com uma recuperação da afirmação que havia sido feita naquela semana pelo presidente dos Estados Unidos sobre a necessidade de o país investir em *energias renováveis* e alternativas ao petróleo. O assunto foi, então, direcionado para a experiência brasileira com o álcool combustível, conforme mostra o recorte a seguir:

Rodrigo Simon: Pois é. Agora André, isso eh... você sabe que eu tava olhando uma notinha eh... a respeito a dessa declaração, dizia... e a notinha dizia que o Bush... ele eh eh... mesmo não falou nada a respeito do **Brasil e do álcool no, na utilização do álcool como combustível**, mas que um assessor dele teria comentado eh... feito uma declaração, justamente do álcool brasileiro, que **eles precisam olhar mais atentamente, atentamente esta experiência brasileira que parecia a ele bastante interessante, o que é, o que é muito interessante para a gente aqui, né, André?**

André Trigueiro: É. O Bush conhece essa experiência, até porque quando estive no Brasil, ah... num encontro reservado com o presidente Lula, entre trinta e cinco e quarenta minutos de conversa entre os dois, o tema foi justamente... ah... álcool etanol e **biocombustível**. O Bush conhece. Agora, você lembrou bem, ele não citou no discurso “Estado da União”, e... os jornais americanos não perderam a oportunidade de lembrar ao presidente Bush que... o que ele disse não estava batendo com as atitudes do governo Bush no que diz respeito à energia... ah... renovável e particularmente álcool combustível do Brasil. O New York Times em editorial citou **o Brasil como exemplo nesta área, ah... do... da produção de álcool e da tecnologia no uso do álcool em motores...** ah e pressionou o governo Bush a não impor barreiras ao álcool brasileiro e estimular o intercâmbio com **o Brasil que foi apresentado no editorial como um país bastante avançado ou o mais avançado no mundo no desenvolvimento desta tecnologia.** (*SDI, MSI*)

Os dois jornalistas destacaram a experiência brasileira na produção de combustíveis a partir da cultura da cana-de-açúcar como referência para outros países e uma alternativa à dependência do petróleo. É na seqüência do diálogo, no entanto, que a sustentabilidade aparece de forma mais evidente. André Trigueiro falou dos problemas gerados pelos cultivos em larga escala, problemas que seriam ampliados em função do crescimento da demanda por cana-de-açúcar para a produção de álcool:

André Trigueiro: Quais são os desafios que estão pela frente, amigo?... Primeiro: não repetir com a cana-de-açúcar o que a gente viu acontecer com a soja. O preço da saca da soja subiu lá fora, oh... muitos brasileiros começaram a plantar soja em qualquer lugar e de qualquer jeito de olho no dinheiro. Então a gente tem, eu coleciono fotos na Internet de gente que me manda pedindo ajuda pra denunciar o aparecimento de plantio de soja **em mata ciliar de rio, em área de nascente, em solo não apropriado** pro cultivo de soja... aparece erosão, aparece voçoroca... Avanço de plantio de soja sobre florestas, sobre área de reserva, sobre território indígena. Não podemos repetir o lado ruim da expansão da fronteira agrícola, no que diz respeito ao capítulo soja, com a cana-de-açúcar. Esse é um problema. **O outro desafio é, pra cada litro de álcool etanol produzido a gente deixa de resíduo...** treze litros de vinhoto. Vou repetir... pra cada litro de álcool produzido, a gente também produz treze litros de vinhoto, que é uma substância tóxica que precisa ser ah... destinada da forma adequada, **você precisa fazer bom uso do vinhoto, uma alternativa seria usar como fertilizante... agora não é todo tipo de solo que pode receber uma aplicação entre aspas de vinhoto, em qualquer medida e de qualquer jeito.** Há que se ter cuidado... na

primeira parte do... do pró-álcool, na década de setenta, o que mais se viu nesse país foi vinhoto sendo jogado direto nos rios. **Você exaure o oxigênio dos rios, mata o rio, mata os peixes...** se tiver alguém rio abaixo, ajusante, precisando da água do rio pra irrigação... pra captação de água pra abastecimento da cidade, vai se dar mal. **Não podemos cair nesta armadilha.** (SD2, MS1)

Agricultura é, por excelência, uma atividade que gera impacto e a industrialização, em tese, necessariamente gera resíduos. Ao buscar o sentido da sustentabilidade a primeira avaliação pode remeter à FD Ecotecnocrática, uma vez que, por esta FD, o aproveitamento de resíduos se daria via os chamados mecanismos de desenvolvimento limpo, o aproveitamento de todo resultado gerado para além do produto buscado, no caso o álcool combustível. Percebo na SD2, no entanto, uma construção a partir da FD Ecosocial, tendo em vista a preocupação com a ordem natural do ecossistema ao enfatizar o cuidado, como é observável nos trechos “**mata ciliar de rio, em área de nascente, em solo não apropriado**” e “**Você exaure oxigênio dos rios, mata o rio, mata os peixes...**”, definindo a manutenção do meio natural como fundamental. A adoção da expressão “**mata ciliar**” mostra a incorporação de um termo técnico hoje largamente difundido no campo ambiental e jurídico que se refere às áreas de margem de cursos d’água, legalmente protegidas e, desta forma, obrigando o respeito ao seu estado natural, sem interferência humana, o que também indica um sentido construído por intermédio da FD Ecosocial.

O componente tecnológico é marcadamente pensado numa ótica de simplicidade, de incorporação ou de reaproveitamento de um resíduo em finalidade diferente, não sendo, na ideologia que marca a FD Ecosocial, sinônimo apenas de equipamentos e técnicas sofisticadas, sentido que marca a recomendação de utilização do resíduo da produção de álcool, o “**vinhoto**”, como um “**fertilizante**” (SD2), evitando o seu depósito irregular no ambiente. A utilização de outro resíduo, o “**bagaço de cana**”, também é indicada como alternativa na geração de energia, como mostra a SD3:

André Trigueiro: Um outro desafio, Rodrigo e ouvinte, que tá colocado pra **gente é explorar todo potencial energético do bagaço de cana...** você vai lá, produz álcool etanol, produz açúcar refinado e o que você faz com o bagaço da cana?... boa parte das usinas hoje instaladas no Brasil, e tem mais de cento e quarenta aí em vias de serem instaladas no curto prazo, queimam o bagaço para produzir energia elétrica apenas internamente, na própria usina. **Nós temos um enorme potencial de geração de energia elétrica a partir da queima do bagaço de cana e isso precisa acontecer.** Muita gente tá falando, e a gente não vê da parte do governo federal nenhuma preocupação efetiva em transformar a potencial em energia de fato. Existe um estudo

ah... nas contas do Instituto Nacional de Eficiência Energética, isto está no livro da gente, Rodrigo, no Mundo Sustentável, página duzentos e vinte e um. **Pelas contas do Instituto o bagaço de cana poderia suprir até dez por cento do consumo de energia elétrica do Brasil.** E eu tô falando dos seis milhões de hectares de área plantada de cana. Se você dobrar a produção e a gente caminha pra isso, até o Bill Gates amigo, tá querendo virar senhor de engenho. Quando a gente chegar a esta escala, **a gente vai ter uma resolução muito bacana** de produção de energia elétrica a partir da queima do bagaço, mas o dever de casa tem que ser feito já. Tá dado o recado Rodrigo, **produzir cana hoje é um grande negócio, agora... tem que ser feito de forma sustentável.** (SD3, MS1)

Novamente o sentido construído se apóia na FD Ecosocial, uma vez que adotar a geração de energia nestes moldes, “**explorar todo potencial energético do bagaço de cana**” pressupõe também sua utilização no local, diminuindo o emprego de outras formas de energia que são, na maioria das vezes, transportadas de longas distâncias, tendo em vista que pela ótica dessa FD o sistema produtivo se auto-alimenta localmente, no micro.

A edição de 5.2.2006 teve caráter apenas informativo e abordou uma exposição itinerante sobre recursos hídricos e um livro sobre árvores plantadas na Cidade do Rio de Janeiro, não registrando comentários dos jornalistas pela ótica que interessa neste trabalho.

6.1.2 MS2 (veiculação: 11 e 12.2.2006)

A falta de visão sustentável no pacote de estímulo à construção lançado pelo governo federal foi o mote do texto MS2 que se refere ao quadro veiculado em 11.2.2006. O outro tema, do dia seguinte, 12.2.2006, foi o projeto que regulamenta concessão de florestas públicas e a sua aprovação no Congresso Nacional. Neste segmento houve a participação de um entrevistado.

No primeiro tema a discussão foi encaminhada com foco na preocupação do comentarista de que as medidas do governo poderiam estimular um aumento da construção civil, em especial na ocupação de áreas de proteção ambiental, transformadas, então, em áreas de moradia. Além disso, André Trigueiro lamentou a inexistência de mecanismos de incentivo, nesse pacote de medidas, para a adoção de produtos sustentáveis que reduzam o consumo de água e energia. Na abertura do programa (SD4) a âncora Tânia Morales

encaminhou o tema já sinalizando a percepção que seria adotada por Trigueiro ao avaliar o assunto.

Tânia Morales: Alô, André Trigueiro, muito boa tarde.

André Trigueiro: Tudo bem, Tânia?

Tânia Morales: Tudo em paz, e você?

André Trigueiro: Por aqui tudo bem, graças a Deus.

Tânia Morales: Muito bom. O governo anunciou recentemente um pacote de estímulo à construção civil e **parece que você não ficou lá muito satisfeito**, o que houve aí, André? (SD4, MS2)

Na resposta ao questionamento, André Trigueiro afirmou que o pacote veio em boa hora, haja vista que o déficit habitacional do país é de sete milhões de moradias. A opinião do jornalista, no entanto, é a de que os danos ambientais podem ser aumentados com o estímulo à construção. Seguindo o comentário, ele esclareceu que hoje há um grave problema de ocupação irregular de áreas que deveriam ser de proteção ambiental, mas que cederam lugar principalmente a favelas. Sem a resolução desta questão, segundo Trigueiro, a redução dos preços de materiais de construção estimula a continuidade dessas ocupações (SD5), pois o pacote tem como principal foco a população de baixa renda:

André Trigueiro: [...] você indiretamente pode tá agravando um problema que já é grave no Brasil de **ocupação irregular, de uso irregular do solo**, de áreas de invasão e de avanço de favelas sobre áreas verdes. Então é um problema. Aumenta, Tânia e ouvintes, **a pressão na direção da construção irregular sobre áreas que já estão bastante depreciadas, pressionadas, áreas verdes remanescentes, principalmente nos grandes centros urbanos**. Isso é um problema. (SD5, MS2)

Ao expor a preocupação com “**áreas verdes remanescentes**” novamente torna-se evidente uma filiação à FD Ecosocial, o que é visualizado também na SD6, principalmente ao defender mecanismos que favoreçam produtos “**que impactem menos**” o ambiente:

André Trigueiro: O outro problema, Tânia, é o seguinte: reduziu-se a alíquota de vários materiais de construção ou materiais de acabamento. Vamos lá... de cinco por cento para zero por cento, ou seja, não há mais alíquota para tubos e conexões de plástico, caixas d'água, janelas de madeira, portas de madeira, vergalhão pra concreto fio-máquina para concreto. Esses produtos que eu acabei de listar, não tem mais alíquota, não têm mais imposto incidindo. Ah... a alíquota que foi reduzida pela metade de dez por cento pra cinco por cento incide sobre tintas, vernizes, argamassa, azulejos cerâmicos para piso ou revestimento, vidro, vasos sanitários de porcelana ou outra cerâmica. Aí, Tânia e ouvintes, realmente me causou uma certa aflição ver que

os burocratas de Brasília **não perceberam aí uma excelente ferramenta pra você através de uma política fiscal, premiar o que seja sustentável**. Quer dizer, de alguma maneira você sinalizar pro consumidor... que você pode ah... e deve ah... privilegiar a compra de **produtos que impactem menos o meio ambiente e os recursos naturais**. (SD6, MS2)

Na abertura do programa a âncora Tânia Morales registrou a insatisfação do comentarista com as medidas. Este ponto é retomado no final da edição, quando o jornalista dá exemplos de medidas que poderiam estar contidas no pacote. Constrói os sentidos apoiado na FD Ecosocial ao defender o menor impacto humano no ambiente, principalmente na economia do uso de água e energia, como fica evidente nas SDs 7 e 8, mostradas a seguir:

André Trigueiro: Uma água cada vez mais cara que a gente ainda usa pra descarga. Custava, Tânia, custava, nesse momento, no meio do pacote, você sinalizar pro consumidor brasileiro, de baixa renda, de renda mais alta, não importa... todos nós precisamos de vaso sanitário... você incluir aí as válvulas eh... e com alíquota zero, as **válvulas econômicas**, os equipamentos econômicos, pode ser válvula ou pode ser aquela caixa acoplada ao vaso sanitário, que você já encontra no mercado, consumindo aproximadamente seis litros por vez, o que é uma... um avanço.

Tânia Morales: Trigueiro, mas esse material todo aí pra... falando pra um público de baixa renda, ainda não é acessível, né? Ou é?

André Trigueiro: Se você reduz imposto, você cria um fato econômico importante e relevante pra facilitar a oferta de certos produtos. Então esse é um caminho que o governo ignorou. Essa era, esse era o momento de começar na hora de **listar produto que tem isenção fiscal ou houve redução de alíquota, colocar ali o que é sustentável** e não é só vaso sanitário acoplado à caixa coletora ou válvula que ficou de fora desta listagem, mas poderia ter entrado as válvulas econômicas. Meu Deus do céu, **coletor solar pra aquecer água do banho... é um problema nacional chuveiro elétrico...** aproximadamente sete por cento de toda energia produzida neste país tem como destino o chuveiro elétrico que promove o aquecimento imediato da água fria pra água quente, consome muita energia e pune o usuário. Quem... quem usa o chuveiro elétrico sabe o que eu tô falando. (SD7, MS2)

O uso de coletores solares, gerando energia através da luz solar, abundante no Brasil, é estimulado adiante, mostrando que este seria um comportamento sustentável. O “**uso dos recursos**” aparece na ótica de aproveitamento do próprio sistema natural, sem alterações significativas no ambiente, de uma fonte que já está disponível e que diminuiria a necessidade de intervenção humana para geração de energia mediante de outras modalidades, como a hidroelétrica, a mais utilizada no país. A ótica da FD Ecosocial dirige esta interpretação na opção que Trigueiro fez por pensar a organização pela observação e aproveitamento dos próprios elementos naturais (sol e água), conforme a SD8:

André Trigueiro: É outra coisa que o governo poderia tá muito mais atento do que está hoje ah... no sentido de você **privilegiar o uso dos recursos**. A gente fica aí fazendo conta pra ver até quando teremos autonomia de energia, até quando o Brasil tem energia, ou não tem risco de apagão. Num país que tem quase sete por cento da sua energia produzida destinada pra chuveiro elétrico, **um país tropical, com incidência de sol acima da média em relação a outros países e não usar isso como fonte de energia pra aquecer a água do banho... é um absurdo.**

[...]

Água da chuva, acabamos aqui de falar da água que é cada vez mais cara porque os mananciais estão cada vez mais exauridos, poluídos, então o custo do tratamento da água aumenta e a água da chuva torna-se uma opção para fins não nobres, não pra beber, não para tomar banho, pra lavagens de pisos, de janelas, regas de jardim, desentupir bueiro, lavagem de rua... **Muito bem, custava você nesse pacote lembrar que existem equipamentos, que servem pra coletar, armazenar e disponibilizar a água da chuva?** (SD8, MS2)

Na conclusão desta edição a insatisfação do jornalista com as medidas de estímulo à construção civil e a falta de sustentabilidade das medidas remete a uma sustentabilidade pensada pela ótica do ecológico. A avaliação negativa é resumida na expressão “**falta de olhar ecológico**” (SD9), empregada pela âncora do programa no fechamento da edição. A FD Ecosocial valoriza o cuidado com medidas que parecem de menor significado, mencionadas no programa como “**pequenos gestos, com grande impacto**” (SD8), uma vez que a sua multiplicação, como propõe o próprio movimento ambientalista, gera um resultado interessante:

André Trigueiro: [...] o governo tem poder, não para fazer tudo, mas pra estimular inúmeros processos nessa direção do que os europeus e os americanos chamam de **Greenbuilding que é construção sustentável**. Outra coisa, na lista de alíquota zero, nesse pacote do governo, aparece janelas de madeira e portas de madeira. Nenhuma distinção de madeira certificada e não-certificada. Ou seja, a gente vive num país em que ah, o **desmatamento é uma realidade nacional** de muitos anos e nos constrange perante o mundo, agrava nossa situação no que diz respeito à perda de riqueza através da destruição da biodiversidade e o maior consumo de madeira ilegal se registra justamente na cidade de São Paulo. Isso aí já foi amplamente documentado, rastreado, mapeado, etc. Quando você baixa um pacote que diz janela de madeira, porta de madeira não tem mais imposto, pra incentivar a construção civil e **por que que não exigiu ah... madeira certificada ou não premiou com uma alíquota ah... mais generosa a madeira certificada** e deixou com alguma alíquota ainda incidindo a madeira não-certificada? **São pequenos gestos, com grande impacto** principalmente sobre mudanças de postura do consumidor **na direção da sustentabilidade. Nesse sentido eu acho que o pacote deixou a desejar**, Tânia e ouvintes.

Tânia Morales: É, faltou um **olhar ecológico**. (SD9, MS2)

No segmento veiculado no domingo (12.2.2006) a discussão recaiu sobre o projeto que regulamenta concessão de florestas públicas. O comentarista respaldou-se na opinião de uma fonte especializada no tema para a entrevista veiculada no quadro. De comentarista, Trigueiro passou a entrevistador e fez três perguntas ao representante do movimento ambientalista convidado. A fonte estava diretamente envolvida no debate da legislação aprovada. Mário Mantovani foi apresentado como representante da Organização Não-Governamental (ONG) SOS Mata Atlântica, a maior ONG do Brasil, com 100 mil associados. Na contextualização da temática, a FD Ecosocial está presente, uma vez que o discurso do jornalista aponta para uma situação de degradação ambiental que ocorre pela falta de regulação da intervenção humana (SD10):

André Trigueiro: Temos uma boa notícia, especialmente para quem vem acompanhando nos últimos quatorze anos uma disputa voraz que ocorre no Congresso Nacional em Brasília, envolvendo o projeto de lei que a quatorze anos o então deputado Fábio Felldmann apresentou com o objetivo de proteger 7,3% de Mata Atlântica remanescentes no Brasil. Quatorze anos de tramitação, de gaveta... de *lobby*... uma incrível dificuldade de discutir um projeto que é ah... estratégico no sentido de **proteger uma área onde há uma incrível pressão negativa eh... acelerando os processos de desaparecimento dessas ilhas verdes que ocorrem em áreas aonde a densidade populacional é grande no Brasil...** (SD10, MS2)

A escolha da fonte foi justificada por Trigueiro no início da SD11 em função do trabalho da ONG, qual seja, de ressaltar a importância da Mata Atlântica, na contramão da exploração relatada na abertura do quadro (SD10). A filiação ao discurso da sustentabilidade é percebida nos recortes a seguir, em que se ressaltou a “**importância do bioma**” (SD11), dando valor aos elementos em seu estado natural, na construção de um instrumento que regulasse o uso (**projeto e legislação** - SD11) e leve em conta os interesses que pequenos proprietários e moradores da área (SD12) e não apenas os interesses de grandes setores, enfatizando o “**usar e proteger**”, sentidos construídos na filiação à FD Ecosocial.

André Trigueiro: Vamos ouvir a opinião de quem tá acompanhando com muito interesse esse debate, que é o Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica, a maior Organização Não-Governamental do Brasil, com mais de cem mil associados, e que vem desenvolvendo um trabalho muito sério, muito consistente de mapeamento de produção de diagnóstico e **revelando pra sociedade a importância desse bioma.**

Mário Mantovani: André, nós chegamos num termo onde todas as partes foram contempladas. Mesmo o interesse dos ruralistas, o interesse dos ambientalistas, dos pequenos proprietários, de todos aqueles que se envolveram nesse **projeto** estão garantidos né... nessa **legislação** que agora chega no Senado. (SD11, MS2)

Mário Mantovani: E aí surge aquele fato gerado do Decreto 750, que está em validade até hoje, que proibia tudo na Mata Atlântica, por isso nós tivemos uma luta muito mais difícil, quase desigual, porque as pessoas diziam “você quer continuar impedindo o desenvolvimento”. E quando você vê o *caput* do artigo desse, da, da... nossa lei, ela diz o seguinte: **como se usar e proteger os... os remanescentes que restam... de floresta.** E aí foi a chave da negociação, **o que é que interessa pro pequeno,** e sabe o que é que eu gosto mais nessa linha? (SD12, MS2)

Da mesma forma, via FD Ecosocial, constato uma remissão à integração homem/natureza, típica desta FD, na qual a sociedade, o ser humano em específico, é mais um elemento no ecossistema e o respeito às demais formas de vida é pressuposto para esta convivência, ressaltada principalmente ao falar em “**aprender a viver**” com a floresta (SD13):

Mário Mantovani: [...] estamos falando da floresta de maior biodiversidade do planeta e a floresta mais ameaçada, talvez, só perdendo pra de Madagascar.

[...]

Eu acho que assim, nós vamos levar para a COP-8 **a vontade da sociedade que vai aprender a viver com essa floresta** onde vivem sessenta por cento da população brasileira, em 3.400 municípios dos 5.500 municípios em 17 Estados e mostrar que nós podemos **reverter esse quadro de degradação** com quanto mais informação e mais participação tivermos da sociedade. (SD13, MS2)

O discurso do entrevistado, enunciado a partir da FD Ecosocial, também se volta para os benefícios pela ótica do próprio ecossistema (SD14). Por esta concepção, os benefícios para o ambiente derivam, por consequência, para o ser humano também, tendo em vista que o homem está inserido neste mesmo meio. A regulação da utilização das florestas, enquanto definição de caráter público e político, é ressaltada ao final da entrevista, sendo sugerida a necessidade de pensar no todo, na totalidade do ambiente:

Mário Mantovani: Câmara dos Deputados também legisla sobre **interesses coletivos,** sobre ganhos pra toda sociedade, que **pensa na água, que pensa no solo, que pensa na questão do clima e eu acho que a chance que essa legislação tá dando vai ajudar muito.** (SD14, MS2)

6.1.3 MS3 (veiculação: 18 e 19.3.2006)

Em 18.3.2006 o tema predominante no quadro foi a necessidade de redução das emissões de gases poluentes na atmosfera. O ponto de partida foi um artigo escrito pelo jornalista André Trigueiro, intitulado “Não basta ser flex” (numa referência aos automóveis que podem rodar utilizando álcool ou gasolina), publicado no jornal “O Globo”, pertencente, assim como a Rádio CBN, às Organizações Globo de Comunicação. O âncora enfatiza o caráter tecnológico do tema ao abrir a conversa, assumindo a perspectiva da FD Ecotecnocrática:

Rodrigo Simon: André, eu queria falar com você hoje também sobre o artigo que você escreveu eh... nessa semana, falando do... chamado “Não basta ser flex”, assunto que a gente já tratou aqui no revista CBN muitas vezes, enfim, da **importância eh... enfim dessa tecnologia**, mas parece que só isso não basta, né, André?

André Trigueiro: Pois é! A gente ... no artigo publicado no jornal “O Globo” que a gente tá sugerindo aqui como reflexão para todos nós consumidores, montadoras de veículos e governo, é a necessidade das montadoras no Brasil, que ostentaram recordes de venda interna no Brasil e externa para outros países no ano de 2005, com lucros crescentes também no ano de 2006 eh... **ser alvo de uma regulamentação que vise otimizar a eficiência dos motores de forma progressiva**, tal como já acontece no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, que somente neste estado da Califórnia circulam 23 milhões de veículos ah... e já existe portanto uma regulamentação para que até o ano de 2016 haja uma redução de até 30% nas emissões de gases de efeito estufa. Portanto os Estados Unidos que não ratificaram o Tratado de Kioto, já possuem uma legislação interna no estado americano que mais tem veículos automotores, para que a tecnologia desses motores seja aprimorada no sentido de reduzir as emissões “gases estufa”. No Brasil existe uma legislação eh... é uma resolução Conama do ano de 2002 com força de lei, pra quem quiser fazer a pesquisa é a resolução número 315. O que que ela determina: **que haja também uma maior eficiência dos motores de forma ah... progressiva, mas para poluentes, não para gases estufa.** (SD15, MS3)

O melhoramento tecnológico, conforme apresentado na SD15 está, adscrito à FD Ecotecnocrática porque, na visão antagônica, a FD Ecosocial, a redução do uso de automóveis seria ponto a ser sugerido, bem como o aumento da utilização do transporte coletivo ou outras formas, o que só aparecerá com uma pequena menção no final do comentário, como mostrarei adiante. A seqüência do comentário volta a enfatizar a dimensão tecnológica e repete o caso exposto anteriormente.

André Trigueiro: Então a maior fonte de **gases de efeito estufa que agrava o aquecimento global são os carros**, apesar da mistura do álcool com a gasolina, apesar

da multiplicação de veículos a gás, portanto **o GNV tá se disseminando na matriz energética**, apesar de tudo isso, **os veículos automotores são os maiores vilões no Brasil do aquecimento global**. E o que que a gente tá fazendo em relação a isso no que diz respeito às montadoras? – Nada! O que que as montadoras historicamente sempre pleitearam junto ao governo: redução de IPI pra... porque não tá vendendo, a venda empacou, se não houver um estímulo do governo vai haver desemprego... aquele discurso que a gente conhece. Estão surfando em lucros maravilhosos. Esse é o momento da... do governo, através do Conama, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, a parte do governo que tem assento no Conama, apresentar uma sugestão de **resolução que enquadre as montadoras com medidas progressivas de redução de gases estufa**. Rodrigo e ouvintes, eu não tenho dúvida de que isso pode eh, eh... implicar em lucros ainda maiores pras montadoras porque o consumidor vai entrar, vai querer fazer a diferença comprando veículo que tem essa tecnologia [...] (SD16, MS2)

A novidade fica por conta da menção ao uso do chamado GNV, o Gás Natural Veicular, apontado como diversificador da matriz energética. Ele, porém, é ligado ao petróleo e, portanto, uma fonte não-renovável, apesar de ter baixo potencial poluidor se comparado aos combustíveis mais usados, como gasolina e diesel. Atravessado pela FD Ecotecnocrática, é perceptível, ao final do recorte apresentado na SD16, o caráter econômico que pode assumir a adequação aos mecanismos ambientais, sugerindo carros que, em tese, poluem menos. Apenas no final é feita menção à adoção de outras formas de locomoção, citando a bicicleta, mas sem desenvolver no comentário o caráter ambiental que a atitude traz consigo. Além disso a bicicleta é, neste caso, uma solução cultural, de mudança de atitude.

Rodrigo Simon: Não viu André, até porque só to andando de bicicleta, viu?

André Trigueiro: Eu fiz essa pergunta pra você dizer de público, que você tá **andando de bicicleta** em São Paulo, que eu **achei um barato** essa história e eu quero seguir o teu exemplo no Rio, viu?

Rodrigo Simon: É uma boa, viu. É... sou ainda iniciante, mas cada vez andando mais, **fazendo cada vez mais coisas de bicicleta** e pra essa semana agora prometo começar a ir pra rádio trabalhar de bicicleta também. (SD17, MS2)

No segmento do dia seguinte, 19.3.2006, o *Mundo Sustentável* teve como mote o Dia Mundial da Água Doce, que foi lembrado em todo o planeta em 22.3.2006. A temática apareceu nas avaliações de André Trigueiro sob o enfoque do mau uso da água que é feito no Brasil, segundo o jornalista. As estatísticas revelam que 70% do consumo de água é feito na agricultura e que o sistema de irrigação de lavouras brasileiras é esbanjador. Neste discurso a perspectiva da FDs Ecotecnocrática propõe inicialmente uma ênfase maior na tecnologia e na necessidade de aprimorar o sistema para o uso da água (SD18):

André Trigueiro: A agricultura já consome 70% de toda a água doce do mundo e isso **se não for sustentável, se você não prover de tecnologias sustentáveis de irrigação**, os agricultores eh... **vai colapsar o sistema**. O Brasil, por exemplo, aparece nos relatórios produzidos por instituições com muita credibilidade científica, como a Universidade de São Paulo, como **um país que ainda faz uso não perdulário e não sustentável da água nas irrigações**. A gente é mestre em usar **técnicas ultrapassadas**, defasadas e que gastam muita água como inundação, com arroz você usa muito isso, aqueles alagados todos pra fazer cultura de ah... arroz eh... pivô central e aspersores, **existem técnicas alternativas que a gente poderia tá usando**. (SD18, MS03)

As técnicas alternativas referidas não são citadas, o que não permite perceber se haveria algum deslizamento de sentido com a FD Ecosocial. No prosseguimento continuação do comentário aparece a indicação da necessidade de transferência dessas tecnologias avançadas de irrigação para nações mais pobres (SD18). A globalização, que está fortemente ligada ao pensamento econômico e à incorporação tecnológica uniformizada, não ocorrendo nesses países, os deixou em situação de escassez de água (**mapa da sede**).

André Trigueiro: Ser humano não tem pátria, humanos **somos todos nós que vivemos num mesmo planeta e precisamos da mesma água**. Então nesse sentido seria interessante criar uma agência internacional que pudesse regulamentar a gestão, **o uso da água e a disponibilização das tecnologias** que eventualmente são mais caras e não estão ao alcance dos países pobres e de alguns países em desenvolvimento. A **África subsaariana**, onde vivem 600 milhões de pessoas, **vive uma situação hoje crítica**, a África já tá no **mapa da fome** Rodrigo, mas tá no **mapa da sede e é o lugar do mundo aonde esse cenário é caótico**. As pessoas que vivem na África nos países que estão à margem da globalização eh... são **países marginais ao processo de globalização**, foram esquecidos e a água lá some, desaparece rapidamente, a água doce, a água limpa, a água potável. (SD19, MS2)

Pensar o uso dos elementos naturais na ótica do desenvolvimento não aponta, à primeira vista, necessariamente a filiação discursiva. Ela emerge mais claramente na seqüência a seguir:

André Trigueiro: Agora a expectativa, Rodrigo, é que a gente avance ah... na direção de resoluções que precisam existir no sentido de ah... **o valor que se atribui à biodiversidade** não seja só da boca pra fora ou no papel, que existam **mecanismos de proteção às áreas remanescentes, grandes concentradoras de biodiversidade no mundo**, que esse **recurso possa ser explorado** com inteligência e justiça. Inteligência ah... procurando **desenvolver através da biotecnologia todo o aparato científico-tecnológico** para que a gente acelere a descoberta de novos medicamentos, novos remédios a partir do conhecimento daquilo que a gente hoje ah... não entende como

estratégico – semente, casca de árvore, raízes, folhas, ah... substâncias secretadas por certos répteis, certos animais – não valoramos e estamos destruindo antes de conhecer. (SD20, MS3)

Ao tratar do uso da biodiversidade, a riqueza constituída e construída naturalmente, detecto um deslizamento de sentido, pois a análise revela uma concepção desenvolvida via FD Ecotecnocrática: “**recurso possa ser explorado**”, “**desenvolver através da biotecnologia todo o aparato científico-tecnológico**”. A FD Ecossocial atribui um valor intrínseco à natureza tal como ela se manifesta e a sua preservação é essencial, devendo ser utilizada (e não explorada) com cautela. O fato de poder ser “**explorado com inteligência**” comprova o que coloquei no capítulo 05, na caracterização da FD Ecotecnocrática, ou seja, a incorporação de valores e bandeiras do movimento ecológico neste discurso. Uma diferença básica das duas FDs, baseando-me nas duas correntes sobre sustentabilidade, é o modo como a natureza é vista por cada uma dessas perspectivas.

Na SD a seguir o uso econômico (FD Ecotecnocrática) é ressaltado, sugerindo inclusive que, via “**aparato científico-tecnológico**”, como dito na SD 19, se promova a exploração dos recursos naturais, desenvolvendo mecanismos de mercado (**pagamento de royalties**) para as chamadas comunidades tradicionais, que vivem no local a ser explorado e conhecem a sua dinâmica e seus elementos naturais.

André Trigueiro: [...] **Assegurar aos povos originais, aos povos ancestrais, às comunidades indígenas**, principalmente, o direito a um percentual de *royalties* sobre as **descobertas feitas pelas grandes indústrias farmacêuticas** que recorrem à biopirataria pra descobrir quais são os princípios medicamentosos que as **tradições dessas comunidades vêm desenvolvendo e vêm aprimorando e vêm repassando ah por várias e várias gerações** e que se entrega de mão beijada ao primeiro mundo, que economiza bilhões de dólares em pesquisa pra lançar no mercado um medicamento que já é usado de forma rudimentar por essas comunidades. (SD21, MS3)

Ao se referir à biopirataria, o jornalista pressupõe que já ocorre esta exploração e é possível e necessário mantê-la, porém via mecanismos de regulação e respeitando o direito dos povos tradicionais. A noção de justiça que o pagamento de *royalties* gera para os integrantes da ponta dessa cadeia não está diretamente ligada à FD Ecossocial, uma vez que, dentro desta FD, as imperfeições do mercado poderiam ser corrigidas com uma regulação que delimitasse o uso destes elementos naturais e impedisse a exploração em larga escala, o que

não é referido aqui. Pela ótica da FD Ecosocial, estas questões são geralmente pensadas pela proposta de sistemas locais de produção, não dando ênfase à exploração em larga escala. Aqui o sentido se dá via FD Ecotecnocrática com um deslizamento de sentido pela FD Ecosocial na referência aos povos tradicionais.

6.1.4 MS4 (veiculação: 25 e 26.3.2006)

Na edição identificada como MS4, que compreende os quadros de 25 e 26.3.2006, André Trigueiro explora a reutilização dos chamados resíduos recicláveis, encontrados principalmente no lixo doméstico. A intenção é discutir a construção de coletores solares feitos de materiais recicláveis a partir da invenção de um morador da cidade de Tubarão, Santa Catarina, e que já havia sido assunto no quadro *MS* no ano anterior, inclusive em reportagem para o canal de TV paga *Globo News*, no qual André Trigueiro também é apresentador do *Jornal das Dez*. Nesta edição há uma peculiaridade, mostrada por meio dos recortes a seguir:

André Trigueiro: [...] inventou **uma tecnologia** de aquecer a água do banho ah... com a radiação solar através dos recicláveis, ele bolou **um coletor solar à base de garrafas pet, PVC e caixa Tetra Pak, essas de leite, virada ao avesso** com aquele material... parece papel alumínio, tudo isso ah... de acordo com a invenção do José Alano. Testou e **conseguiu ver resultado, pôde substituir o chuveiro elétrico à altura, sem gastar energia**. Ah... e isso eh... essa invenção do José Alano foi assuntada numa entrevista com ele ao vivo aqui na CBN, isso já tem 1 ano, 1 ano e meio, ele venceu o Prêmio Superecologia 2004 oferecido pela revista Super Interessante. (SD22, MS4)

André Trigueiro: Não, não é uma idéia excêntrica, **é um projeto sustentável, chuveiro elétrico consome 7% de toda energia produzida no Brasil, em comunidade de baixa renda a energia do chuveiro elétrico é responsável por 30% da conta de luz**, não é pouca coisa e a gente precisa descobrir um substituto pra essa **praga, essa espécie invasora...** da eletricidade de que é o chuveiro elétrico. Num país tropical onde a intensidade da radiação solar é grande, mais faz sol... do que não faz no Brasil, a gente precisa eh... dar força e visibilidade a essa experiência. Já está portanto em Santa Catarina aprovadíssimo o projeto do coletor solar feito com garrafa Pet, com caixa Tetra Pak e com PVC. (SD23, MS4)

Na SD22, assim como na SD23, André Trigueiro constrói seus sentidos numa filiação à FD Ecotecnocrática, havendo, nestes dois casos, um deslizamento de sentido pois há um elo com questões filiadas à FD Ecosocial. O deslizamento de sentido está em construir um discurso sobre reciclagem e reaproveitamento dos resíduos citados – **“garrafas pet, PVC e caixa Tetra Pak”**, SD22 – o que é caracterizado como um **“um projeto sustentável”**. Essas embalagens têm seu uso condenado pelo movimento ambientalista em função do potencial poluidor e do prolongado período em que estes produtos, depois de descartados, ficam dispostos no ambiente até se decomporem, causando degradação ambiental. O encadeamento do ciclo, ou seja, o reaproveitamento dos resíduos, pode remeter à FD Ecosocial e há, na SD23 inclusive a remissão à necessidade de economia de energia (**“sem gastar energia”**), aproveitando a luz solar. É pela FD Ecotecnocrática, no entanto, que se desenvolve este discurso, posto que, ao incentivar o aproveitamento das embalagens **“garrafas pet, PVC e caixa Tetra Pak”** justifica o seu uso e a continuidade da sua fabricação.

No segmento do domingo, 26.3.2006, a falta de fiscalização para rotulagem de transgênicos no país foi pauta do comentário de André Trigueiro. Percebo, neste tema, a construção de sentidos a partir da filiação à FD Ecosocial, uma vez que o jornalista enfatiza o Princípio da Precaução em relação aos transgênicos, ou seja, a completa verificação do seu impacto no ambiente, antes do emprego em larga escala. Na contextualização do assunto ele adverte que há antagonismos na visão sobre os organismos geneticamente modificados, pois se de um lado há a sugestão de cautela e precaução em relação ao consumo de transgênicos, por outro lado existem relatórios afirmando categoricamente o contrário. O mote da discussão está no fato de haver no Brasil legislação específica sobre a obrigatoriedade de informação, no rótulo dos produtos, quando os mesmos tiverem mais de 1% de material transgênico em sua formulação. A normatização não vinha sendo cumprida e o estado do Paraná resolveu fiscalizar, gerando o comentário no quadro. Sobre a precaução, trago a SD23 como exemplo. Nela, o jornalista se ampara em uma fonte com credibilidade para comentar o tema, incorporando nos comentários as considerações feitas pela fonte citada e conferindo a ela o grau de autoridade: **“uma pessoa que tem credenciais”**.

André Trigueiro: Hoje, Tânia e ouvintes, na Folha de São Paulo está publicado um artigo que eu recomendo a leitura, do grego Stavros Dimas. Ele vem a ser o comissário europeu para o meio ambiente, ele foi ministro da Agricultura na Grécia, também lá, naquele país foi ministro do Comércio e em outro governo ministro da Ciência e Tecnologia, portanto é uma pessoa que tem credenciais para escrever um artigo

intitulado “Em nome da **biodiversidade**”. Nesse artigo ele dá uma boa notícia que eu quero compartilhar com vocês de que a União Européia está consolidando uma rede de **áreas protegidas** que inclui 20.000 unidades de conservação. Que que isso significa: 18% do bloco europeu, do continente europeu, são de **áreas protegidas e interligadas**. É uma boa notícia. No andamento do artigo, em dado momento ele diz o seguinte: que o bloco europeu apóia a **agricultura orgânica** e, abre aspas “o **uso controlado** de organismos geneticamente modificados de forma a não colocar em perigo a saúde das pessoas ou o meio ambiente”. Então a gente tá vendo aqui a maior autoridade em meio ambiente do bloco europeu manifestar o quê... **cautela em relação ao uso de transgênico**. (SD24, MS4)

Todo enfoque volta-se para o campo dos alimentos e da agricultura. Pela filiação à FD Ecosocial temos apresentado, aqui, o sentido do respeito ao sistema natural e à manutenção da biodiversidade. Isso porque a adoção desenfreada de transgênicos na produção de alimentos diminui a biodiversidade, uma vez que uniformiza a produção e, no intercâmbio com espécies tradicionais, interfere na composição genética destas culturas tradicionais, gerando perdas na diversidade biológica caso o uso não seja mantido sob controle, como é sugerido no comentário. A FD Ecosocial ainda defende a agricultura orgânica, sem a interferência de elementos artificiais, sendo baseada nos modelos naturais.

6.1.5 MS5 (veiculação: 1º e 2.4.2006)

Dois eventos do cenário ambiental internacional, realizados no Brasil em março de 2006 foram pauta da primeira edição do Mundo Sustentável em abril, logo depois do encerramento dos encontros realizados em Curitiba, Paraná. São eles: (1) a COP-8, a Conferência das Partes, órgão decisório da Convenção Sobre Diversidade Biológica e que se reúne a cada dois anos em sistema de rodízio entre os continentes, congregando 188 membros da Convenção, representantes de 187 países e um bloco regional; e (2) a MOP-3, cuja sigla vem de *Meething of Parties*, criada para designar a reunião dos países membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e no qual seus integrantes tomam as decisões necessárias para pôr em prática o cumprimento do Protocolo³⁷.

André Trigueiro: Resultado concreto da COP-8: até 2010, portanto nos próximos quatro anos, uma comissão está encarregada de elaborar as **regras** internacionais que

³⁷ Informações retiradas do site oficial dos eventos no Brasil. Disponível em www.cdb.gov.br. Acesso em 24 dez. 2006.

promovam a chamada **repartição de benefícios**, ou seja, a remuneração, o repasse de recursos, dos *royalties*, que os países ricos em biodiversidade passarão a dispor em **função da exploração dos desses recursos genéticos por parte dos laboratórios e empresas**, do primeiro mundo, dos países ricos, que hoje, mediante a biopirataria coletam estes **tesouros**, levam para os países de origem, processam isso de forma a produzir a... disponibilizar no mercado remédios e medicamentos de toda a ordem, sem nenhuma **repartição de recursos**, de benefícios para os países em desenvolvimento, países pobres, aonde houve esta descoberta. Os governos, em particular o governo do Brasil, **considerou isso um avanço**. (SD25, MS5)

Assim como na próxima SD percebo a presença da FD Ecosocial, pois há uma situação instalada, a “**biopirataria**” e que necessita de um controle, promovendo benefícios igualmente distribuídos (“**regras**”, “**repartição de benefícios**”) para os países com grande diversidade biológica que são fonte para pesquisas científicas. Ordenar uma situação já estabelecida também é o foco central do recorte a seguir:

André Trigueiro: É... é a briga de foice no escuro. E o *lobby* dos transgênicos no Brasil, se não estou enganado, a Bungee entrou com esta primeira liminar querendo derrubar esta proibição do carregamento de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá. É claro que tem gente perdendo dinheiro com esta proibição. Eu fico feliz de neste momento da guerra, pelo menos a última batalha ter como vitorioso o grupo que defende que o Paraná continue sendo aos olhos dos mercados internacionais um lugar aonde se saiba que a soja embarcada é orgânica. Esta **identificação** não é uma questão ambiental, mas de defesa do consumidor saber o que se está transportando pelo mundo nos navios graneleiros e o que está sendo servido como ração animal ou no prato da gente é uma questão de cidadania. **Precisamos ter acesso à informação** e o *lobby* dos transgênicos se beneficia de uma ausência de clareza nesta informação. Olha, Rodrigo, a briga continua e **a gente está aqui endossando um pedido, uma causa, uma campanha para o Instituto de Defesa do Consumidor, associada a tantas outras organizações da sociedade civil que pedem apenas o direito a informação**. Isto vale também para Paranaguá. (SD26, MS5)

Na SD26 o discurso de André Trigueiro apóia-se na FD Ecosocial. Isso porque o discurso favorável aos transgênicos está filiado à FD Ecotecnocrática, que encara o desenvolvimento industrial da biotecnologia e dos organismos geneticamente modificados como fatores de sustentabilidade, mesmo com seus efeitos no ambiente ainda sendo considerados uma incógnita. É via FD Ecosocial que André Trigueiro defende a necessidade de “**identificação**” dos transgênicos na disputa estabelecida em função da necessidade de rotulagem dos alimentos que contêm transgênicos. As referências ao “**direito à informação**” e à “**liminar proibindo o carregamento**” de transgênicos são tentativas de controle e imposição de limites a uma situação estabelecida, mesmo o jornalista não fazendo,

diretamente, nenhuma referência a uma posição contrária aos transgênicos. A aceitação sem mecanismos de controle remeteriam à filiação à FD Ecotecnocrática.

No segmento veiculado no dia 2.04.2006l a ênfase ocorreu no debate sobre a ligação entre educação ambiental e desenvolvimento sustentável, em decorrência da realização do 5º Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental em Joinville, Santa Catarina. O enfoque do comentário parte do tema-chave do Congresso, que aconteceu pela primeira vez no Brasil, definido como “A Contribuição da Educação Ambiental para a Sustentabilidade Planetária”, vinculado à definição das Nações Unidas que estabeleceu, a partir do ano de 2002, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A seguir, o recorte que indica a construção que guia o comentário de André Trigueiro, filiado, pela minha análise, à FD Ecosocial pela afirmação da amplitude e complexidade do conceito de sustentabilidade:

André Trigueiro: Essa Década para o desenvolvimento sustentável despertou uma certa alergia num segmento da sociedade civil organizada que **não achou apropriado você misturar educação com desenvolvimento sustentável.** É o caso, por exemplo, ah... da Patrícia Mousinho, educadora, coordenadora da Rede Brasileira de Educação Ambiental, que vai estar em Joinville, e que tem uma visão diferente de como a ONU **poderia se apropriar do assunto sustentabilidade e vincular desenvolvimento.** É certo que desenvolvimento sustentável é um tema importante, estratégico, mas há dúvidas de que isso devia ser, digamos, o mote, para você mobilizar educadores, **porque... vai além do desenvolvimento a discussão sobre sustentabilidade,** percebe, Rodrigo? (SD27, MS5)

Com a manifestação positiva do âncora Rodrigo Simon, André Trigueiro segue sua argumentação e deixa transparecer de forma nítida a opção que faz ao falar, naquele momento, de sustentabilidade:

André Trigueiro: Quer dizer, é uma discussão mobilizadora na formação do cidadão. **Antes de você pensar se determinada atividade gera lucro, sem prejuízo para o meio ambiente e conservando os recursos naturais, o que seria, digamos, o... o... bom resumo, o criminoso resumo do que seria desenvolvimento sustentável,** a discussão na escola, na universidade, em cursos de extensão, enfim, sobre sustentabilidade vai além da questão do desenvolvimento. **Sustentabilidade é uma postura de vida, existe uma ética, uma filosofia, uma forma de você viver no planeta** onde os recursos são finitos, e onde a sua preocupação enquanto habitante deste planeta, enquanto ser consciente, **vai além do problema do desenvolvimento.** (SD28, MS5)

O sentido da sustentabilidade como “**postura de vida**” estabelece com clareza a filiação à FD Ecosocial, ótica pela qual desenvolvimento só existe se for equitativo e sem prejuízos ao sistema natural. Nesta FD a sustentabilidade é balizadora das ações cotidianas e a inspiração nos próprios sistemas naturais origina a compreensão de como o homem deve operar no ambiente. O recurso da negação da outra visão (FD Ecotecnocrática) aparece ao qualificar de “**criminoso**” outro pensamento, que não este referido, de sustentabilidade. A diferenciação também se revela na adoção do termo “sustentabilidade”, que, quando usado desta maneira, remete à FD Ecosocial, e desenvolvimento sustentável, da mesma forma, sendo reflexo, neste contexto, da FD Ecotecnocrática. Este entendimento é perceptível na utilização, em todos os programas do termo “sustentável”, em detrimento da expressão desenvolvimento sustentável. Também remete à FD Ecosocial o sentido de cidadania impresso na visão de Trigueiro sobre sustentabilidade, como é possível observar no próximo segmento:

André Trigueiro: [...] levar adiante essa questão da educação ambiental também associada a um projeto de desenvolvimento, mas não vinculada de forma arbitrária. Repetindo: **sustentabilidade vai além**. A gente não deve se preocupar em promover educação ambiental focando apenas desenvolvimento. **O foco, a meu ver, principal, é a formação do cidadão, é a cidadania ecológica planetária**, meu amigo. (SD29, MS5)

6.1.6 MS6 (veiculação: 8 e 9.4.2006)

Nas últimas edições do *MS* analisadas a questão da sustentabilidade é perceptível em apenas uma (9.4.2006). Isso porque no segmento do sábado, 8.4.2006, o quadro *Mundo Sustentável* teve o espaço dedicado ao lançamento de um *site* sobre educação ambiental, não fornecendo, pelo seu caráter estritamente informativo e de serviço, recortes passíveis de análise. O foco está na edição do domingo, dedicada a debater as possibilidades de soluções sustentáveis que deixaram de ser instituídas na reforma do Palácio da Alvorada, em Brasília, residência oficial do presidente da República. Segundo comentário de Trigueiro, a reforma poderia ter sido realizada dentro dos preceitos do *Greenbuilding*, ou Construção Verde, numa tradução livre, mas entendida, de fato, como construção sustentável, gerando o menor impacto ambiental possível.

O primeiro tema do comentário, no entanto, é a troca de geladeiras de famílias pobres dos Estados da Bahia e Pernambuco, por intermédio de mecanismos do setor elétrico brasileiro que reservam recursos das companhias de eletricidade para aplicação em projetos de eficiência energética:

André Trigueiro: Primeiro porque geladeira velha, Rodrigo, **consome muita energia. É um problema.** Mais de 100 kilowatts/hora por mês. Em comunidade de baixa renda o usuário que não tem chuveiro elétrico em casa, que é o grande dreno de energia, pra quem tem geladeira velha, mas não tem chuveiro elétrico em casa, isso representa, esse equipamento velho, 70% da conta de luz. Não é pouca coisa. Com a geladeira nova eh... **você tem uma redução de 75 por cento no consumo e aí você tem,** indiretamente pela substituição da geladeira velha pela geladeira nova, pela economia de energia que isso vai representar, um ganho de renda. Pequeno, pra boa parte das pessoas, pra maioria das pessoas, mas 10 reais por mês de economia na conta de luz pra muita gente nesse país não é pouca coisa não. E de quebra, **geladeira velha ainda tem o gás CFC, aquele gás que permite a refrigeração.** Ah... o gás CFC, que é a sigla para clorofluorcarbono, é um gás banido no mundo por ser um **gás que agride a camada de ozônio,** mas muitos equipamentos no mundo, na escala do milhão, ainda usam CFC pra refrigerar os alimentos, na geladeira, por exemplo. Quando você substituir o aparelho velho pelo novo, o novo traz o gás hidrocarboneto que **não é um gás que agrida a camada de ozônio e também não é um gás tão agressor do efeito estufa.**

[...]

Nos Estados Unidos, por exemplo, baniu-se o CFC, então ficou em paz com a camada de ozônio, mas utiliza outro gases como o HFC e o HCFC, que são gases estufa, então os americanos não estão agredindo a camada de ozônio, mas continuam castigando, na fabricação das geladeiras, o aquecimento global. Esse gás, que alimenta as 11 mil e quinhentas geladeiras que serão trocadas na Bahia e Pernambuco, o aparelho novo pelo aparelho velho, usam hidrocarboneto, então você está **gerando um benefício ambiental, tá gerando um benefício social** porque geladeira nova, quem não quer, quem não gosta, de um aparelho novo em casa, que já não faça tanto barulho, não gaste tanta energia e não **agride o meio ambiente,** Rodrigo. (SD30, MS6)

Constato aqui um efeito de sentido que aponta para a filiação à FD Ecosocial, uma vez que a preocupação aparece com a necessidade de gerar menos poluição (**não é um gás que agrida a camada de ozônio e também não é um gás tão agressor do efeito estufa**) e consumir menos energia, economizando na produção desse bem. A ênfase em “**benefício ambiental**” e “**um benefício social**” remete, indiretamente, aos preceitos de igualdade e respeito aos sistemas naturais que o ligam à perspectiva de enunciação via FD Ecosocial.

O comentário então se encaminha para o tema central desta edição, a reforma do Palácio da Alvorada. Como uma residência, seu funcionamento é pensado pelo jornalista

André Trigueiro a partir da ótica de uma casa e de como ela pode operar dentro dos preceitos da sustentabilidade. Na opinião do profissional percebo seu discurso construído pelo que denominei aqui de FD Ecosocial:

André Trigueiro: Então se você precisa instalar ar-condicionado, que é um grande dreno de energia, **ar-condicionado consome muita energia, custava você usar ah... uma outra fonte de energia que seja sustentável?** A meu ver não seria nada excêntrico, nada exótico, o presidente tomar a iniciativa de dizer, olha, meus apoiadores, muito obrigado por vocês terem interesse em fazer essa reforma, vamos inaugurar uma plaquinha com o nome de todas as empresas que apoiaram essa iniciativa, agora nós queremos um **projeto sustentável, eu quero sol pra gerar energia para o ar condicionado do Alvorada, eu quero sol pra aquecer a água do banho que eu vou tomar no final do dia**, eu não preciso de energia, eu não preciso de gás, eu quero sol. Eu quero um **biodigestor** na cozinha e nos banheiros do Alvorada para gerar o **biogás** dentro do Palácio, eu quero dar o exemplo. Eu estou aqui de passagem e já que no meu governo estão fazendo essa reforma, que ela seja feita de acordo com as premissas da **construção sustentável**, do *Greenbuilding*. Tô exagerando, Rodrigo? (SD31, MS6)

Na SD31 a economia de energia é enfatizada tendo como pano de fundo o uso racional dos elementos naturais e a adoção de soluções inspiradas no próprio funcionamento da natureza, com o aproveitamento da luz solar (que gera energia) e a transformação dos resíduos em gás, como ocorre já de forma natural no ambiente, só que aqui, pela instalação de tecnologias simples (biodigestor) e a canalização desse gás (biogás), é possível aproveitá-lo na própria da residência. A própria expressão Greenbuilding traz consigo uma carga de significado, no qual o “verde” muitas vezes é utilizado socialmente como sinônimo de ecológico, empregado aqui como adjetivador de uma construção que respeita os princípios da sustentabilidade.

No fechamento do comentário outro assunto acaba entrando na conversa, pois o âncora desta edição, Rodrigo Simon afirma que a reforma do Palácio da Alvorada, seguindo os preceitos da sustentabilidade, geraria também vantagens de ordem financeira (FD Ecotecnocrática):

Rodrigo Simon – Bem eh... Eu acho que além da questão simbólica, seria também uma demonstração de cuidado com o dinheiro público, afinal de contas, essas mudanças representariam também uma economia no final das contas, não? (SD32, MS6)

Com a referência à questão econômica o comentarista André Trigueiro destaca que a boa aplicação do dinheiro público também seria necessária nos projetos que são financiados pelo governo, principalmente pelos bancos estatais, e cita os financiamentos agrícolas para lavouras, que também deveriam ser trabalhados dentro do conceito de sustentabilidade.

André Trigueiro – Seria muito importante que o governo federal só ajudasse numa situação dessa, ou só liberasse crédito agrícola para quem faz **uso sustentável da água nas irrigações, e do solo.**

[...]

Aonde houve plantio, por exemplo, de soja em cabeceira de rio, em mata ciliar, aonde houve, ah..., **uso inadequado do solo exaurindo os nutrientes da terra**, acelerando a lixiviação, o **assoreamento dos rios**, aonde houve **projetos equivocados de irrigação ou de aterro sobre área de rio** pra aumentar a área de plantio, não pode dar dinheiro público pra esse povo. Não pode liberar recursos do orçamento, recursos que são exíguos, que são pequenos para investimento, **na mão de quem depreda os recursos naturais fundamentais para a atividade agrícola.** Meu amigo, **ser sustentável não é pra discurso, é pra atitude.** (SD33, MS6)

A SD33, a última dos recortes feitos a partir dos textos extraídos do *Mundo Sustentável*, mostra igualmente a sua vinculação à FD dominante no discurso do quadro. Ao declarar que “**ser sustentável não é pra discurso, é pra atitude**”, André Trigueiro enfatiza a postura cultural e comportamental inerentes ao comportamento humano na visão da FD Ecosocial, prevendo a adoção do conceito de sustentabilidade como balizadora das práticas e não apenas como elemento qualificador de discursos, o que pode ser entendido como uma crítica ao uso do termo em situações antagônicas às que são significadas pela perspectiva da FD Ecosocial.

6.1.7 Síntese sobre o quadro *Mundo Sustentável*

Do ponto de vista numérico há no MS a predominância de sentidos instituídos pela ótica da FD Ecosocial, sendo esta a filiação predominante do discurso do quadro. Os sentidos são, na grande maioria, fruto do discurso do próprio jornalista André Trigueiro, enquanto comentarista responsável pelo espaço. A contagem das filiações, encontradas nos recortes selecionados nas seis edições do MS, pode ser resumido assim:

TABELA 1: FDs presentes no discurso do *Mundo Sustentável*

SDs	%	FD ECOTECNOCRÁTICA	%	FD ECOSSOCIAL	%
33	100	10	31	23	69

FONTE: Elaboração própria

A análise demonstrou uma maior filiação à FD Ecosocial, sendo o discurso em alguns momentos atravessado por marcas que trazem consigo um sentido relacionado à FD antagônica, exemplificando que um discurso nunca é totalmente puro, como propõe teoricamente a Análise do Discurso. A presença também de recortes marcadamente filiados à FD Ecotecnocrática demonstra a heterogeneidade do discurso do programa, assumida a partir do tema escolhido para o comentário. Aspectos mais próximos da vida cotidiana (muitas vezes das grandes cidades) ganham mais contornos da FD Ecotecnocrática enquanto práticas da agricultura foram predominantemente abordadas em construções de sentido via FD Ecosocial.

O papel de André Trigueiro também ficou evidente, sendo possível perceber que é a partir dele e da sua experiência que o enquadramento é construído no quadro *Mundo Sustentável*.

6.2 Guaíba Ecologia

No programa *GE* os sentidos sobre a sustentabilidade muitas vezes não se mostram tão evidentes numa primeira análise. Por ser um programa de entrevistas, há uma construção estabelecida também na seleção dos entrevistados para debater a pauta do dia, o que, sem dúvida, desenha o sentido proposto ao público. Os enquadramentos, mesmo sinalizados pelo apresentador, jornalista João Garcia, podem ser aceitos ou negados, conforme a posição que assume o entrevistado, a partir das suas perspectivas de enunciação. Pela tarefa de comandar o programa e escolher seus entrevistados, o discurso de ambos, jornalista e fonte, assume a posição ofertada pelo programa, enquanto espaço construído. Os sentidos da sustentabilidade em *GE* revelam-se principalmente na avaliação de práticas sociais feitas pelos entrevistados do programa.

A estrutura do programa é marcada, quase em sua totalidade, pelas entrevistas. A meia-hora de duração é dividida em uma abertura, na qual o jornalista apresenta o tema do dia e os convidados, e chama um bloco de notícias, em média composto por três, lidas por um outro jornalista da emissora. É após esse bloco de notícias que tem início a entrevista. Transcorridos cerca de 15 minutos de programa é feito um intervalo para os comerciais. Esta parada também possibilita a troca de assunto quando o programa tem duas pautas, como por exemplo, na primeira edição analisada. Ao final, o apresentador chama a “Agenda”, geralmente composta por uma nota apenas, informando sobre algum evento da área ambiental no Rio Grande do Sul ou país. Da mesma forma que no bloco de notícias, esta informação é dada por uma outra voz.

Optei por observar apenas as entrevistas, uma vez que os demais momentos do programa não carregam em si questões passíveis de análise ou marcas que remetam a um sentido sobre sustentabilidade. Como explicitado na descrição dos procedimentos metodológicos, as seis edições selecionadas para observação foram identificadas pela sigla GE, seguida dos números 1 a 6. Assim, como já feito nos recortes que envolvem o *Mundo Sustentável*, identifiquei nos textos a seguir as marcas discursivas que ajudam a construir um determinado sentido sobre a sustentabilidade.

No Quadro 5 estão os temas de cada uma das edições analisadas:

PROGRAMA	TEMA
GE1	1) Resíduos Industriais 2) Resíduos Domésticos
GE2	Plano Nacional de Recursos Hídricos
GE3	Educação e Gestão Ambiental na Ótica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente
GE4	Lei de Gestão das Florestas
GE5	Congresso de Jornalismo Ambiental do Rio Grande do Sul
GE6	Desertos Verdes e o plantio de árvores exóticas

QUADRO 5: Temas do *programa Guaíba Ecologia*

FONTE: Elaboração própria

As referências ao conceito de sustentabilidade no discurso do programa são apreendidas na análise das construções feitas sobre determinadas práticas ou problemáticas.

Levei em consideração que o programa contempla em sua proposta a sustentabilidade e, por meio destes aspectos, é que as perspectivas de enunciação foram buscadas no discurso do *Guaíba Ecologia*. Na seqüência apresento as análises sobre os sentidos presentes nas edições do *GE* analisadas.

6.2.1 GE1 (veiculação: 5.2.2006)

A destinação final de resíduos é o tema central do GE1 e a pauta foi dividida em duas partes. A primeira esteve focada nos resíduos industriais, tendo como ponto de partida a realização da 9ª Conferência sobre Gestão de Resíduos Industriais que seria realizada em alguns dias, em São Paulo. O convidado foi o coordenador da Conferência, Roberto Abílio. Na seqüência o programa abordou o destino final dos resíduos domésticos produzidos pela população de Porto Alegre e Região Metropolitana e pautou a discussão com o diretor-substituto do DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre –, Geraldo Luis Felipe.

Na primeira parte do programa a pergunta inicial de João Garcia solicitava ao entrevistado um panorama geral sobre a questão de resíduos industriais e o descarte de efluentes no Brasil. A resposta:

Roberto Abílio: Bom... João... o que tem, o que tem acontecido que a gente tem percebido junto ao mercado, aos profissionais da área de meio ambiente, é justamente que este assunto tem se tornado a cada dia mais importante, né. **Uma preocupação maior por parte do empresariado e também com maior regulamentação, o que tem, tem gerado aí maior procura por tratamento de resíduos e de efluentes.** Então, isso tem crescido assim como a **preocupação ambiental**, tanto no Brasil como no mundo. (SD34, GE1)

A importância da regulamentação e da intervenção dos governos mediante incentivos fiscais para o reaproveitamento de resíduos aparece na seqüência, em questionamento encaminhado pelo jornalista, enfatizando a importância desses incentivos. O entrevistado concorda:

Roberto Abílio: É, ah... a idéia desse Projeto de Lei é justamente ter um incentivo por parte do governo para que as empresas possam realmente investir num tratamento e na forma de aproveitar esses resíduos. **Há quem defenda a idéia de que todo resíduo**

possa ser reaproveitado e mexer no bolso mesmo né, das empresas. Isso realmente pode fomentar a reciclagem no Brasil, de uma forma bem ampla e representativa. (SD35, GE1)

João Garcia: Hoje, em termos de reciclagem do lixo doméstico, nós temos um bom aproveitamento da questão das latas de, de refrigerante e cerveja né?

Roberto Abílio: Sem dúvida, sem dúvida. Se eu não me engano o Brasil é um... referência tanto na recupera..., na reciclagem de latas, tanto de pets também. (SD 36, GE1)

A consciência entre o setor industrial brasileiro é questionada pelo apresentador ao indagar se existe o entendimento de que a reciclagem de resíduos precisa ser feita. Para o entrevistado, somente as grandes empresas fazem e, para as demais, é necessário algum tipo de incentivo, como já havia sido abordado anteriormente. A entrevista entra na discussão sobre tecnologias de reaproveitamento, que poderiam ser difundidas via incentivos governamentais na área fiscal para as empresas que adotarem a reciclagem dos resíduos.

Roberto Abílio: Eu acho que ela existe, mas de certa maneira só grandes empresas ou empresas que se preocupam realmente com **responsabilidade ambiental e social** que fazem efetivamente o trabalho sério e... e... e... correto né, desse, pra esse tipo de descarte. Outras empresas têm um processo muito, muito inicial, e talvez por faltar alguns incentivos como esse que, que do projeto de Lei do senhor Valdec Ornelas, isso pode incentivar bastante a reciclagem e investimentos né, em tecnologia também pra área de meio ambiente. (SD 37, GE1)

João Garcia: Eh, a idéia é... é que também seja, de alguma forma, rentável?

Roberto Abílio: Sem dúvida. Tem que ser, né? E muito. E tem empresas que realmente estão ganhando dinheiro com isto. Não gastam o que gastavam antes com tratamento de resíduos e ainda conseguem eh, gerar renda com isso, capital. Por isso é tão interessante. Mas e... e... exige um investimento inicial e aí, aí muitos empresários acabam deixando de lado por esse motivo. (SD 38, GE1)

Nas razões para a adoção de mecanismos de tratamento dos resíduos industriais, a “preocupação ambiental” referida na SD34 é substituída depois, na análise do entrevistado, pelas razões econômicas, como é possível perceber na SD38: “**João Garcia:** [...] seja, de alguma forma, rentável? **Roberto Abílio:** Sem dúvida, tem que ser” e “**conseguem gerar renda com isso**”. A abordagem sobre a necessidade de incentivos pela Lei citada leva a pensar que a reciclagem é um processo com altos custos ou que só é adotado por empresas que tenham algum benefício com isso, seja pela redução de impostos, seja pelo lucro obtido com os materiais reciclados e que podem ser vendidos ou reaproveitados, não sendo a

consciência ambiental o fator que levaria a essa sustentabilidade, o que indica, desta forma, a filiação à FD Ecotecnocrática.

O prosseguimento da entrevista é pautado pela necessidade de investimentos em tecnologias para empreender o processo de reciclagem. O entrevistador pergunta sobre a necessidade de se importar tecnologia para reaproveitar resíduos, ao que o entrevistado esclarece que há tecnologias estrangeiras, mas existem também alternativas brasileiras. A seguir o jornalista sugere que a reciclagem de resíduos seria importante para reduzir a degradação dos recursos hídricos. A afirmação vem depois de o entrevistado afirmar que a maior quantidade de resíduos industriais gerados é em forma de “lodo”, depositado no ambiente sem tratamento. A necessidade de preocupação com a sustentabilidade nas atividades industriais é retomada pelo entrevistador pelo viés da FD Ecosocial, mas a resposta do convidado filia-se à FD antagônica:

João Garcia: O Brasil até, há quem ache que o Brasil, pelo menos alguns estrangeiros, acham que o Brasil não deveria estar preocupado com isso. O Japão, por exemplo, faz isso com muita, e a Europa, fazem isso com muita seriedade, esse, o, aproveitamento desses resíduos, especialmente os resíduos industriais. Mas **o grau de comprometimento nosso, dos nossos cursos d'água, das nossas reservas de água estão sendo atingidos.**

Roberto Abílio: Sem dúvida. Acho que, como te falei, acho que a preocupação ainda, ainda, é crescente aqui no Brasil. **Mas gente ainda está muito atrás de países como o Japão, principalmente a Alemanha também, que tem tecnologias bem avançadas nesse... nesse sentido.** Daí eu acredito que um evento como esse pode incentivar ainda mais o **investimento do empresariado nessas tecnologias na reciclagem de resíduos.** (SD 39, GE1)

Pela ênfase dada às “**tecnologias**”, adjetivadas como “**bem avançadas**”, há aqui uma filiação à FD Ecotecnocrática, uma vez que, mesmo o entrevistador tendo apontado por destacar a degradação ambiental como fator importante a ser observado (“**grau de comprometimento nosso, dos nossos cursos d'água, das nossas reservas de água**”), sinaliza para os interlocutores a necessidade de investimento em tecnologias de tratamento de resíduos.

A segunda parte do programa trata também de resíduos, abordando a destinação do lixo urbano da Cidade de Porto Alegre. O assunto é debatido com o diretor substituto do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, o DMLU, Geraldo Luis Felipe. Se na primeira

parte do programa o foco estava na polêmica sobre o reaproveitamento dos resíduos industriais, a discussão caminha, na segunda parte, para a deposição e destinação final do lixo doméstico. A problemática está no fechamento do aterro que vinha sendo usado pela prefeitura de Porto Alegre, gerando a necessidade de um novo local. Após a explicação do problema, o entrevistador pergunta sobre a poluição gerada pelos “**depósitos**”, citando o gás metano. Apesar da indicação de que este gás poderia ser aproveitado, não foi levantada a possibilidade de aproveitamento destes resíduos, da sua reciclagem, nem da necessidade de diminuição da geração de resíduos. A referência ao gás metano é motivada pelo uso econômico deste resíduo, via FD Ecotecnocrática:

João Garcia: Pois é, mas agora Geraldo me diga. A gente sabe que... que **alguns desses depósitos produzem... produzem gás metano**. Eh... já há uma **exploração** eh... pelo menos inicial desse **gás produzido por esses depósitos, ou não?**

Geraldo Luis Felipe: Sim, os **aterros sanitários** produzem ah... metano que, com a queima mais apropriada até podem **gerar créditos de carbono**. Hoje Porto Alegre ah... no Aterro Norte, no aterro da Zona Norte, não tem previsão de... de queima de gás ainda, que se possa se fazer algum comércio disso e no Aterro de Extrema **nós estamos ultimando inclusive os procedimentos pra fazer uma licitação ah... pra melhoria da queima desse gás, fazendo com que isso provocasse uma diminuição do efeito estufa**. Ah... na SIL, que é um aterro terceirizado né, que pertence ao próprio, ao próprio empreendedor. E em Santa Tecla, onde a gente eh... depositava o material eh... **no município de Gravataí, estamos também trabalhando nessa melhoria da... da queima de gás**, conjuntamente com os demais municípios que pertencem ao conjunto. (*SD 40, GE1*)

O jornalista incorpora ao seu discurso uma espécie de consciência coletiva (“**a gente sabe**”) dos problemas ambientais gerados pela deposição de resíduos em aterros, evidenciando que essa poluição é um fato. Produz seu discurso, portanto, a partir de questões anteriores já levantadas por outros discursos sobre o tema. O posicionamento adotado tem reflexo na resposta dada na seqüência, na qual mais uma vez detecto a remissão à questão ambiental, uma vez que o entrevistado elabora sua argumentação em cima da preocupação apresentada por seu interlocutor direto que relacionou o reaproveitamento do resíduo com a diminuição do efeito estufa, pelo fato deste gás poder ser aproveitado como gerador de energia. A motivação econômica é retomada no sentido estabelecido para o reaproveitamento do gás metano e possibilidade de vantagens financeiras a partir de marcos regulatórios, como o Protocolo de Kyoto (“**gerar créditos de carbono**” - *SD40*). Neste caso, a utilização do gás gerado impede a ação dele como potencializador do efeito estufa e, adotando este processo dentro dos mecanismos do Protocolo, países que não conseguirem reduzir suas emissões de

gases podem contabilizar as reduções feitas em outros países, desde que incentivem financeiramente essas ações. A percepção do lixo como negócio está presente também neste ponto:

Geraldo Luis Felipe: O empreendedor, o que é que tem de **vantagem**? Ele tem, ele **explora isso como negócio**, ele deposita, ele tem o local apropriado, tem que investir, ele recebe todo esse resíduo, tem que **dar o tratamento devido pra manutenção do resíduo** e hoje, em cima do **Protocolo de Kyoto, ele acaba tendo vantagens** né, de... na melhoria da queima do metano, **ele pode comercializar esses créditos de carbono** e vir a ser **remunerado** por essa ação. *(SD 41, GE1)*

A necessidade de regulação de empreendimentos para tratar de resíduos domésticos ainda aparece em outro trecho da entrevista, quando o entrevistado é questionado novamente sobre qual será, afinal, o destino do lixo produzido na cidade de Porto Alegre. A utilização de áreas degradadas para esta deposição, como “cavas de pedreiras”, é citada pelo jornalista. O entrevistado argumenta que, para isso, o licenciamento é necessário, em função do impacto que um empreendimento de deposição de lixo gera. Mais uma vez a variável empresarial está presente no discurso (“**empreendedores**” e “**mercado**”) quando o assunto é resíduos urbanos:

Geraldo Luis Felipe: Olha, cada... esses... esses empreendimentos né, tem áreas que são licenciadas pela Fepam, né, a Fepam, nem toda pedreira pode virar um aterro, né, isso depende muito da formação do próprio solo, da permeabilidade dele, das condições que tem no entorno desses locais. Então não necessariamente uma pedreira pode virar um aterro. Isso faz com que os **empreendedores ah... conhecedores desse mercado, conhecedores desse tipo de empreendimento**, faz ah... procurem a Fepam e em cima disso, **se existe viabilidade a Fepam ah... faz o licenciamento da área**. *(SD42, GE1)*

Como sentido geral estabelecido constato que é preponderante a filiação à FD Ecotecnocrática, pois, além da ênfase conferida aos processos tecnológicos na primeira parte e da necessidade de deposição do lixo em algum local na segunda metade do programa, em nenhum momento jornalista e fontes abordaram a necessidade de diminuição do volume de resíduos gerados, uma vez que as quantidades estão diretamente ligadas a padrões culturais e de consumo que, pelo seu impacto e dimensão podem exaurir os elementos naturais e alterar o equilíbrio ecológico. A necessidade de reduzir a quantidade de efluentes e de resíduos domésticos seria um ponto importante nesta abordagem. Os sentidos presentes nos recortes selecionados não estabelecem a negação às práticas estabelecidas e avalizam, por exemplo, a geração de lixo urbano desde que haja local para sua deposição.

6.2.2 GE2 (veiculação: 12.2.2006)

O secretário nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Serra, é o entrevistado deste programa. A edição está centrada na apresentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. A apresentação do tema ocorreu da seguinte forma:

João Garcia: O Brasil é o primeiro país da América Latina a possuir um Plano Nacional de Recursos Hídricos sob a ótica da gestão integrada. O documento foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e traz um conjunto de **diretrizes, metas e programas para garantir o uso racional da água no Brasil até 2020.** (SD43, GE2)

O “uso racional” dos elementos naturais é um dos pressupostos da sustentabilidade. O que leva a entender o sentido construído pela filiação à FD Ecosocial é que este uso racional está previsto nesta legislação visando a manter o “**padrão**”, a qualidade e distribuição das águas no Brasil:

João Garcia: Pois é, o Brasil tem aí 12 por cento das reservas de água doce. Por algum tempo se pensou que elas eram infinitas. **Hoje se sabe que elas são finitas, se não forem cuidadas. O Plano tem especial dedicação a que consigamos manter esse nosso padrão de, diria de... estabilidade nas nossas águas.** Não é?

João Bosco Serra: É exatamente isso. O Brasil, apesar né, temos aí 12 por cento das águas, que representam um oitavo da água doce do planeta. Ah... Dividimos a água aí do planeta em oito né, uma parte toda só tá no Brasil. **É uma riqueza e também uma grande responsabilidade, preservar essas águas, porque elas fazem parte, não são só importantes para o Brasil, mas para o planeta como um todo.** E essa água, ela também se dispõe em nosso território de maneira diversa. Enquanto nós temos quase 60 por cento dessa água na região amazônica, temos outras regiões né, como a região do nordeste brasileiro e do semi-árido em que você tem uma disponibilidade menor. E em outras regiões você tem uma disponibilidade maior em quantidade, mas a qualidade está comprometida. Isso faz com que a gente tenha que ter um **olhar para o país a partir dessa diversidade toda que temos** e... e a partir dessa perspectiva que o plano foi elaborado. A partir de uma perspectiva eh... a partir das **bacias hidrográficas, com a sua diversidade**, eh, é, e dá um diagnóstico muito bem elaborado, com a participação da sociedade civil, do setor de usuários, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos governos estaduais, eh, que podemos trabalhar com esta perspectiva: como eh, ter **uma política** para um país tão diverso, né, eh, de forma que a **gente possa ir recuperando o que precisa ser recuperado e preservando o que precisa ser preservado até 2020, que é o período do nosso Plano. Uma gestão que leve o país a ter um desenvolvimento sustentável.** (SD44, GE2)

Neste recorte, no segmento que se refere ao entrevistado, fica evidente uma enunciação pela perspectiva Ecosocial quando João Bosco Serra refere-se à normatização do

Plano das Águas para manutenção dos recursos hídricos: “**recuperado e preservando o que precisa ser preservado**”. Faz aqui o uso da expressão “**desenvolvimento sustentável**”, estabelecendo que este conceito é sinônimo do uso racional e da preservação dos “**padrões**” existentes. Na perspectiva da FD Ecosocial, o respeito à diversidade está presente, com esse ponto sendo também referido no discurso do convidado. O estabelecimento de parâmetros de sustentabilidade a partir da ótica de manutenção do próprio sistema natural adverte para a necessidade de conservação do ambiente para atingir o desenvolvimento. Pela ótica da FD Ecosocial percebo, ainda, a referência à conscientização ambiental (“**questão de educação e cultural**” e “**nova cultura das águas**”) como condição para caminhar rumo a sustentabilidade, conforme o recorte seguinte:

João Garcia: Secretário João Bosco Serra, o, a água é uma **questão de educação e cultura** para nós brasileiros?

João Bosco Serra: Sem dúvida. Eu acho que o grande desafio né, que **temos, é construir uma nova cultura da água, onde as pessoas tenham essa visão de que a água, se não cuidarmos, ela acaba**, né, a água doce, né, a água que, que vai servir, que traz para a saúde. Podemos ter, as águas, elas não acabam né, mas perdem a sua qualidade né. Elas, eh, vão escassear, vão mudar de lugar, né. Se a gente pavimenta, desmata, queima, eh, pavimenta todas as áreas urbanas, ela vai cair e não vai infiltrar, vai rapidamente correr pro mar. E na época da estiagem, na época que não tem chuva, vai faltar pra essas regiões. Então ela vai, as pessoas que estão no entorno dessas regiões vão sofrer com as enchentes porque, devido ao desmatamento, à impermeabilização do solo, faz com que o impacto da chuva seja cada vez pior e vai sofrer na época da estiagem porque essa água não infiltrou no solo, não vai alimentar as nascentes, não vai ser disponível, estar disponível para a população. Então, é, essa gestão é que é fundamental. **É assegurar, é manter, né, um processo de desenvolvimento que assegure esse equilíbrio, né, de recebermos essa água que vem na época das chuvas, captá-la, por um processo natural e de preferência, sempre natural, para que a gente possa fazer a recarga dos nossos aquíferos e que possa ter aí, alimentar essas áreas, que vão assegurar que na época de estiagem a gente tenha água disponível**, não só em quantidade, mas em qualidade, por isso que o programa de despoluição é fundamental e o Plano Nacional também aponta nesse sentido. (SD45, GE2)

Neste último recorte visualizo uma negação dos parâmetros atuais de uso das águas, pois são citados problemas causados por sistemas produtivos como indústrias, mineração, agricultura e pela forma de ocupação dos solos nos espaços urbanos. A responsabilização da sociedade aponta para a importância do todo no processo de busca da sustentabilidade (“**instrumentos de gestão**” – “**participação da sociedade**” – “**compartilhamento de responsabilidade**”):

João Garcia: É e nós estivemos aqui com os seus companheiros aí do Ministério conversando exatamente a respeito disso quando foi entregue ao governador Germano Rigotto o Plano Estadual aqui. E agora eu queria saber, eh, quais, **onde estão os principais focos de preocupação com relação à preservação dos nossos recursos hídricos?**

João Bosco Serra: Olha, eh. O primeiro foco é com a gestão... **consolidar o processo definido pela Lei das Águas, os instrumentos de gestão definidos com a participação da sociedade né,** aí através dos Comitês de Bacia, nos conselhos, de forma que a gente tenha esse **compartilhamento de responsabilidade entre todos para distribuímos água em quantidade e qualidade para todos.** Esse é um aspecto. **Outro aspecto é a questão tecnológica.** E nós precisamos **avançar aí no desenvolvimento tecnológico pra reduzir perdas nos sistemas, ter um uso mais racional da água, é, junto aos produtores né, junto à, ao setor industrial, todos os setores poderemos tá aí, eh, intercambiando esse conhecimento fundamental.** Outro é o aspecto efetivo da qualidade das águas, né. Precisamos avançar em programas, na questão do tratamento dos esgotos, seja ele, eh, públicos, esgoto devido, a ..., a ..., de produção humana, né, mas, também, os esgotos, por exemplo, de efluentes, eh, de animais, por exemplo. Temos aí algumas regiões do país onde você tem uma concentração de produção de suínos, de aves, etc, que é muito intensa e que esse **resíduo é lançado nos corpos d'água e que tem causado problemas de contaminação.** Temos também que **avançar no processo de descontaminação, de despoluição, provocado ainda por muitas indústrias, né, no país e também o setor de mineração, etc, que dizer, são vários setores que a gente precisa avançar. A poluição difusa, a também causada, em muitas, em algumas regiões, do ponto de vista do lançamento de agrotóxicos,** ela também tem comprometido muito a qualidade das águas. Então essas são, aí, os focos principais pra combater o tema da poluição e que o Plano aponta nesse sentido. (SD46, GE2)

Na SD 46 está destacada uma prática cultural equivocada. Ao falar em “**resíduo é lançado nos corpos d'água e que tem causado problemas de contaminação**” há a predominância da FD Ecosocial, uma vez que o entrevistado está falando numa perspectiva de crítica a um determinado tipo de comportamento/prática nociva ao ambiente. Na seqüência, porém, é perceptível um desvio de sentido pelo atravessamento da FD Ecotecnocrática quando o locutor aponta, em sua fala, para o uso de tecnologias para despoluição, uma solução mercadológica e tecnicista.

6.2.3 GE3 (veiculação: 19.3.2006)

As ações da secretaria estadual de Meio Ambiente foram abordadas nesta edição. A pauta foi motivada pela escolha do novo secretário da pasta, Mauro Sparta. A parte inicial do programa serviu para a apresentação de números da secretaria, como o número de municípios aptos a realizarem o licenciamento de atividades de impacto ambiental local. O tema que

forneceu seqüências para análise foi o plantio de árvores exóticas no Rio Grande do Sul para a produção de celulose. Este assunto foi pautado em três edições incluídas no *corpus* do trabalho. Na GE3 o discurso do programa em relação à temática assume sentido diferente das outras duas nas quais o assunto foi abordado, a GE5 e GE6.

João Garcia: Secretário, tem causado... tem causado uma **crise** entre Uruguai e Argentina, o senhor tem conhecimento, aquela questão da fábrica de celulose nas margens do Rio Uruguai. Os **argentinos se revelaram contra** e virou um acidente diplomático. Nós **temos aqui um investimento muito grande preparado** que é esse da Votorantin e da Aracruz, preparado para o plantio de eucalipto. Nós já em outra oportunidade falamos nisso... **não corremos o risco de uma ONG ou uma instituição dessas de defesa do meio ambiente contestar esse investimento?**

Mauro Sparta: Primeiro nós temos que analisar os fatos mais profundamente. Nós **tínhamos no passado um conceito de preservação ambiental diferente do que temos hoje, baseado na intocabilidade.**

João Garcia: Sim...

Mauro Sparta: Determinada área não podia ser tocada... os recursos naturais. **Hoje, já com a nova legislação, já que ela é uma legislação mais rígida, mais exigente, antigamente não tinha legislação,** era oito ou oitenta. Hoje não... **E isso foi substituído por um modelo que condiciona a preservação a um desenvolvimento sustentável e harmônico. Quer dizer, regrado este desenvolvimento.** Esse novo conceito ele foi definido da **Eco-92**, onde mais de 160, 150 países referendaram, alguns não, tipo os Estados Unidos, foi a questão da agenda 21. E esse processo começou. (*SD47, GE3*)

O discurso desta edição está calcado na filiação à da FD Ecotecnocrática. Jornalista e fonte assumem a defesa dos empreendimentos de celulose e o fazem pelo viés econômico, conforme demonstram as marcas assinaladas. A presença destas empresas é significada como sinônimo de desenvolvimento (“**um investimento muito grande preparado**”) que pode, contudo, ser ameaçado por entidades ambientalistas que, por “**contestar esse investimento**”, poderiam “atrapalhar” esse “desenvolvimento”. Na construção feita pelo convidado a ação destas organizações ecológicas é taxada de *atrasada*, pois, segundo Mauro Sparta, hoje a defesa do ambiente não está na “**intocabilidade**”, fazendo uma referência clara a um dos principais argumentos do discurso que busca alertar para a instalação das empresas e dos plantios extensivos de árvores exóticas, o de que estes plantios geram um desequilíbrio das características do ecossistema que os recebeu. A sustentabilidade destes projetos estaria, pela ótica do entrevistado, garantida por “**uma legislação mais rígida, mais exigente**”, “**regrado este desenvolvimento**”. Na SD48 o vocabulário ambiental é utilizado na qualificação dos plantios de árvores exóticas que, por serem arranjos feitos pelo homem e utilizando uma única espécie (*pinnus* ou eucalipto geralmente) não contêm a heterogeneidade e o princípio da

diversidade que caracterizam uma mata ou floresta. No recorte a seguir a sustentabilidade defendida é, na verdade, a sustentabilidade econômica:

Mauro Sparta: Na questão do **reflorestamento**, na questão florestal do estado, nas **matas** exóticas utilizadas para a indústria moveleira, para celulose, nós tínhamos no Estado até 2002 corte anual de aproximadamente 30 mil hectares de *pinnus*, é o que nós necessitávamos e nós plantávamos 12 mil hectares, quando necessitaríamos de 30 mil para abastecer a demanda. Então o **Rio Grande do Sul era um estado importador de madeira, nós mandávamos recursos, dinheiro prá fora prá buscar madeira**, pois não era suficiente o que tínhamos aqui... a nossa indústria moveleira... De 2003 prá cá o governador Rigotto, o governo Rigotto iniciou um **grande projeto** chamado projeto **Floresta Indústria**, que fez um grande somatório com Associação Gaúcha de Florestas, com a indústria moveleira e com a iniciativa privada na perspectiva de que nós tivéssemos aqui os instrumentos necessários para que a nossa **indústria florestal** tivesse a possibilidade de não mais colocar dinheiro fora, prá buscar a madeira. E nós começamos a plantar e houve um incentivo principalmente em relação à Zona Sul, que era uma **área muito empobrecida** do estado e que alguns **estudos** mostravam **que aquele tipo de terreno seria fértil para esta atividade**. (SD48, GE3)

O sentido alicerçado na FD Ecotecnocrática enfatiza a justificativa econômica para a implantação dos empreendimentos de celulose em determinada área do Estado do Rio Grande do Sul, aqui referida como Zona Sul e nos outros programas onde o tema também foi abordado, denominada de Metade Sul. O “reflorestamento” citado anteriormente tem o objetivo de atender a demanda das empresas de celulose e as que utilizam madeira, como a indústria moveleira. Os projetos já enfrentaram vários protestos no Rio Grande do Sul, entre eles a ocupação de um viveiro de mudas da empresa Aracruz Celulose, em março de 2006, por manifestantes dos movimentos Via Campesina e Sem-Terra que, ao destruírem centenas de mudas de eucalipto, buscaram chamar a atenção para o grande volume de recursos públicos que estava sendo colocado à disposição das empresas de celulose, a utilização de grandes áreas de terra por estas empresas para os plantios, e os prejuízos ambientais pelo grande consumo de água das culturas exóticas, bem como a perda de biodiversidade nos locais onde há monocultura destas árvores (não nativas daquele local). A posição do governo estadual continuou sendo de apoio aos projetos das empresas de celulose, defendidos sob o argumento do volume de investimentos que viriam ao Estado. Neste próximo recorte há referência a um protesto feito na fronteira entre Argentina e Uruguai no qual um grupo de argentinos ocupa, desde fevereiro de 2006, a ponte que faz a ligação entre os dois países, buscando impedir a

instalação de uma fábrica de celulose nas margens do Rio Uruguai e chamar atenção para o potencial poluidor do empreendimento:

Mauro Sparta: Nós ficamos num primeiro momento impressionados com o grande movimento que houve na fronteira. Mas depois disso, nos aprofundamos, ouvimos os técnicos.

[...]

Há **estudos** da Universidade de Santa Maria comprovando que o solo da floresta plantada ele tem um p.h. menor, mais ácido, que o da floresta nativa, então isso aí não produziria e que poderia, no longo prazo, **desertificar a área...**

João Garcia: Chama-se **Desertos Verdes**

Mauro Sparta: Nesse sentido os cientistas, os pesquisadores têm estudado e nós temos essas comprovações, agora, nós temos que continuar discutindo. Esse é um **assunto para ser discutido, revisado e deve continuar**. Hoje nós não temos assim um risco eminente.

João Garcia: Certo...

Mauro Sparta: E até por outro lado **nós estamos sentido um desenvolvimento daquela área do estado**, que era um problema que angustiava, que preocupava os governantes, não só os governantes mas todo mundo. (SD49, GE3)

O entrevistado se apóia na busca por informações e cita inclusive um estudo que comprova as alterações provocadas pelos plantios extensivos. No entanto, é o aspecto econômico que recebe maior crédito em função das necessidades que Mauro Sparta visualiza para a Zona Sul do Estado: “**nós estamos sentido um desenvolvimento daquela área**”. Na parte final do programa João Garcia pergunta sobre a instalação de um empreendimento maior no Rio Grande do Sul, a operação de uma fábrica de celulose em solo gaúcho. Com a afirmação do secretário de que é meta do governo, a seqüência do diálogo acaba por construir um sentido de sustentabilidade “ecológica” destes projetos:

João Garcia: O senhor tem tido contato com estes **empresários**, eles tem **consciência ecológica, mudou a consciência deles com relação ao planeta?**

Mauro Sparta: Olha, isso é **uma mudança que aconteceu em toda a classe da indústria**, setor econômico, porque hoje se está vendo que nós estamos sofrendo conseqüências muito fortes do que aconteceu no passado.

[...]

Eu estou agora para fazer uma visita numa dessas empresas, **mega empresas** que virão aqui, a Votorantin, e lá **segundo** foram **nossos técnicos, há um trabalho muito conceituado no que se refere ao plantio de árvores nativas e árvores exóticas**. (SD50, GE3)

Ao perguntar se “**mudou**” a consciência dos “**empresários**” em relação ao ambiente o jornalista pressupõe que antes esta era menor ou inexistente. Os “empresários” referidos aqui

são justamente os empreendedores do mercado de celulose, em função do indicativo de instalação de uma fábrica no Rio Grande do Sul. O convidado mais uma vez atesta a sua confiança nestes empreendimentos ao dizer que os problemas ecológicos atuais seriam a razão desta “**consciência**”. A pergunta “**O senhor tem tido contato...?**” é respondida mais diretamente quando o entrevistado faz uma construção buscando atestar a força dos seus argumentos ao dizer que as empresas têm “**um trabalho muito conceituado**”, verificado por técnicos da secretaria e que será também aferido por ele, em visita, o que traria uma legitimidade ao seu discurso (o efeito de verificar *in loco*).

6.2.4 GE4 (veiculação: 26.3.2006)

Na discussão sobre a Lei de Gestão de Florestas a sustentabilidade baliza o debate na hora de pensar o uso das florestas brasileiras. João Garcia entrevistou sobre o tema o diretor da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Roberto Esmeraldi. O enfoque, conforme apontado na abertura do programa, concentrava-se na avaliação da entidade sobre a nova legislação e qual seu significado para os ambientalistas. O mapeamento das marcas levou-me à FD Ecosocial como perspectiva de enunciação presente nesta edição. Nas três seqüências analisadas verifico a construção de um sentido apoiado no aspecto vivo do ambiente (**cuidar**), na concepção do valor intrínseco que carregam em si os elementos naturais (**patrimônio natural**) e no respeito aos usos tradicionais que se faz da floresta em atividades de reduzido impacto (**populações tradicionais, nossos índios, nossos ribeirinhos, nossos caboclos, que dependem disso pra comer, pra viver, pra caçar, pra pescar**).

Roberto Esmeraldi: [...] uma lei para **cuidar** de algo que corresponde aproximadamente a um terço de seu território nacional. Parece incrível mas até agora, a rigor, corresponde a um terço do território nacional e não tinha uma norma para dizer o que fazer com isso. É óbvio que, ao não saber o que fazer com isso, a tendência é a aquela que a gente sempre viu, como se diz... de grilar né... essas terras... para uso particular, para tentar obter uma titulação e em geral para botar abaixo aquilo, para acabar rapidamente com o **recurso** que tiver em cima dessa terra, algumas árvores mais valiosas e depois botar aquilo pra pasto, sem nenhum compromisso com a **manutenção** porque, **quando não é seu, você não cuida, você tira o que você puder tirar** e depois é a viúva que paga a conta. E em função disso, nós fomos perdendo parcelas expressivas do **nosso patrimônio ambiental, mas é também o patrimônio econômico** de porte que nenhum país do mundo tem nessa dimensão, nesse tamanho e nessa diversidade. (SD51, GE4)

O emprego da palavra “**recurso**” é aqui destacado sempre como uma marca que remete a um sentido construído via FD Ecotecnocrática, mesmo sendo predominante neste discurso a filiação à FD Ecosocial. Por outro lado, identifiquei marcas como “**patrimônio ambiental**” e “**patrimônio econômico**” que apontam para um sentido construído a partir da idéia de que os elementos naturais têm um valor próprio apenas por existirem, sendo, assim, um patrimônio. Há um aspecto cultural presente aqui também (*SD51*), quando o entrevistado se refere à prática de utilização da terra e demais elementos a partir da significação atribuída a este uso pelo próprio ser humano: “**quando não é seu, você não cuida, você tira o que você puder tirar**”.

João Garcia: Caro jornalista Roberto Esmeraldi, fazendo às vezes aqui do outro lado, há os que defendem não tocar na floresta, deixar ela recuperar-se, retirar de lá toda exploração econômica e cobrar os créditos carbono eh... por essa recuperação e pela floresta amazônica. Como é que o senhor vê essa posição?

Roberto Esmeraldi: Acho que... embora seja importantíssimo cobrar os créditos de carbono pela recuperação e isso acho que nós não devemos deixar de fazer, era uma... o governo brasileiro tinha muita relutância até ano passado, independentemente desse governo ou dos outros, mas era uma posição geral do governo brasileiro, de achar que isso era perigoso, está mudando essa posição, então espero que logo poderemos cobrar créditos de carbono pra isso, mas eu **não concordo com a premissa de que nós temos que não ter exploração... não ter uso da floresta**. Ao menos temos que permitir aquele uso que ah... sempre prevaleceu e... e... ocorreu. Mas se nós não tivermos uso da floresta, se não tivermos ninguém ganhando dinheiro, empregando, gerando renda, **dependendo da floresta para a sua sobrevivência**, nós estaremos dando o melhor presente possível para aqueles que defendem a idéia de converter as florestas para outras coisas que não é floresta, plantação de soja, de milho, de arroz, de cana, agora biodiesel, não sei o que... então... tem uma fome por novas áreas de... de expansão da agricultura porque qualquer um vai dizer: mais rentável botar lá uma vaca por hectare do que ah... ah... ter... e... ah... e... esse, dessa maneira quem tem esse raciocínio sempre vai ganhar porque o interesse econômico tende ah... no final do dia, a levar a melhor. Então, ou **nós temos alguém que depende da floresta em pé, como dependem da floresta em pé nossas populações tradicionais, nossos índios, nossos ribeirinhos, nossos caboclos, que dependem disso pra comer, pra viver, pra caçar, pra pescar...** é como **dependem da floresta** aqueles extrativistas, aqueles seringueiros, aqueles castanheiros, que hoje geram cooperativas e empregam gente localmente, exportam e... e... e... produzem óleos, palmito certificado, uma variedade de produtos que hoje **a nossa floresta produz e temos que aumentar isso, aumentar isso porque aí nós teremos defensores da floresta instalados na floresta** e quando chega o madeireiro ilegal, quando chega o sojeiro, quando chega o... tem alguém que diz: olha senhor, aqui não, aqui... isso é a minha fábrica, né... **fonte de sobrevivência** para mim e para a minha família. Caso contrário, nós teremos como sempre terras de ninguém né, devolutas se diz no jargão jurídico, né. (*SD52, GE4*)

Aqui é preponderante uma construção filiada à FD Ecosocial, mesmo tendo o entrevistado se utilizado da expressão “exploração”, que traz consigo um sentido de uso desenfreado. Esta opção é logo substituída por outra, aí sim, ligada a sua perspectiva predominante de enunciação. Isso é perceptível no trecho “**não ter exploração... não ter uso da floresta**”, no qual as reticências (...) representam graficamente um breve momento de hesitação no uso da linguagem oral, ou de busca por outro termo para melhor estabelecer o significado pretendido. *Usar* a floresta obriga a mantê-la em pé e é nesta perspectiva que o convidado constrói seu discurso aqui, procurando atribuir significado (inclusive econômico) à manutenção da flora. Seu conceito de sustentabilidade apóia-se na possibilidade de “uso” e não exploração nos modelos tradicionais: “**populações tradicionais, nossos índios, nossos ribeirinhos, nossos caboclos**”, que da sobrevivência da floresta dependem para continuarem a existir. A filiação à FD Ecosocial revela ainda que estes usos respeitam o sistema natural e o mantêm vivo (“**teremos defensores da floresta instalados na floresta**”). Assim sendo estas práticas sustentáveis, as demais, por conseguinte, não o são.

João Garcia: É... Roberto... mas, por exemplo... essa Lei não parece assim a lei do efeito dos males o menor?

Roberto Esmeraldi: Eu não acho que empregar gente ah... gerar recursos para a economia nacional e ter gente localmente empenhada na defesa contra os incêndios, das queimadas, dessas coisas, porque quer **preservar o patrimônio nacional**, eu não acho que seja um mal menor, porque acho que não seja um mal, acho que seja um bem. Ou seja, nosso entendimento do **recurso, não só do recurso natural**, que acho que é uma coisa um pouco limitada a gente normalmente... recursos naturais, petróleo... coi... mas não... do **capital natural**, porque é mais do que isso, é um capital e nossa... nossa... nossa leitura é de que em geral, para ser conservado ele precisa ser usado. Então não acho um mal menor, acho um bem. Agora, isso significa, aquela coisa, quer dizer, se nós temos atividades que são realizadas de maneira errada, a solução não é proibir a atividade, a solução é **mudar a maneira em que ela ocorre**. (SD53, GE4)

Neste último recorte referente ao GE4 percebe-se uma ressignificação do termo “**recurso**” ao estabelecer a sua ligação com a expressão “**capital natural**”. Ao fazer esta construção, desenvolvida via FD Ecosocial, insere na expressão “capital natural” o sentido de uma riqueza que necessita ser respeitada pelas práticas do homem.

6.2.5 GE5 (veiculação: 2.4.2006)

Nesta edição o tema central do GE foi o 1º Congresso de Jornalismo Ambiental do Rio Grande do Sul, que seria realizado em maio de 2006. Depois de uma série de informações sobre o evento, o entrevistado, jornalista Juarez Tosi, um dos diretores do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, foi convidado a debater sobre alguns assuntos da área ambiental. Este ponto corresponde à segunda parte, da qual foram retirados os recortes para análise. A entrevista teve início com a pergunta encaminhada pelo apresentador do GE, João Garcia, sobre a situação ambiental do Rio Grande do Sul. Na resposta do entrevistado percebo uma construção filiada à complexidade natural do ambiente, à inter-relação entre os fenômenos, uma vez que ele constrói seu discurso a partir da FD Ecosocial, como comprovam as marcas em destaque:

Juarez Tosi: Eu... **eu não diria só o Estado, eu diria de uma forma geral** o país... ainda tem muitos problemas. Nós acreditamos que começa haver uma consciência cada vez maior em relação a estes problemas... ambientais. Hoje eu sou assessor de imprensa de um órgão público, mas durante dez anos trabalhei como repórter e trabalhando como repórter eu tive a oportunidade de viajar muito, principalmente na década de oitenta, começo da década de 90 e nós víamos o esforço que havia em escolas para tentar mobilizar os estudantes ah... ah... pra práticas ambientais já naquela época. E os professores... alguns professores, já naquela época, porque não eram todos... se esforçavam, tentavam levar a discussão para o aluno. Agora, hoje, nós vemos que a questão avançou... claro ainda tem muito a melhorar, têm **problemas seríssimos na área ambiental...** temos **problemas da camada de ozônio** que ainda não se resolveu, tem a questão do efeito estufa, o aquecimento global... geleiras estão derretendo nos pólos. **Mas é um processo acumulado, não é um processo que vem só de agora, um processo que vem de muitos anos, né.** Então existe **a necessidade da reversão desse processo e é um processo** que se... **que não ocorre de uma hora para outra, tem que ir fazendo, trabalhando.** Porque, como custou para aparecer a camada de ozônio, para a camada de ozônio foi um longo tempo, praticamente no último século aumentou a degradação, a redução também vai ser um processo lento, mas se não começarmos imediatamente, se não iniciarmos imediatamente esse processo de restauração, não conseguiremos reverter. Tem uma outra questão séria que se discutiu muito agora em Curitiba... durante praticamente um mês no encontro sobre a questão da **biodiversidade...** que nós vivemos hoje... um dos mais... segundo os pesquisadores, não é opinião minha, **um dos grandes processos de destruição da biodiversidade, talvez o maior processo de destruição desde a época dos dinossauros**, da destruição, da morte dos dinossauros, né. Então, esse **é um processo que se manifesta de diversas formas, né?** Como o desaparecimento de espécies, que até hoje não foram pesquisadas, como a questão do aquecimento global, derretimento das geleiras como falei há pouco. Então... eh... são **uma série de fatores que somam, que acumulam**, e com isso **geram problemas drásticos** para o meio ambiente, para o clima, para a humanidade em geral. Né... então **nós vivemos um período de transição perigoso e precisamos começar um processo rápido e reversão.** (SD54, GE5)

O ambiente e os problemas a ele referentes devem ser compreendidos, na ótica do entrevistado, dentro da sua complexidade (“**é um processo que se manifesta de diversas formas**”). É perceptível a enumeração de problemas que afetam o planeta como um todo e a sua solução, que foi pautada logo adiante, está interligada numa trama de atitudes individuais à qual se referirão os dois locutores.

João Garcia: Mas Juarez, **nós estávamos falando sobre que pode estar tão longe**, mas como o mar chega até nós e **acaba ficando perto de nós**, tivemos aí essas notícias de degelo das geleiras com aumento do nível do mar em até um metro né... coisa que não se esperava para já e já está acontecendo. Por isso que você acha que **nós devemos dar um choque de gestão ambiental no planeta e começando, cada um em casa, por exemplo, não é, Juarez?**

Juarez Tosi: É... e existem **medidas bastante práticas, fáceis de se fazer em casa**, que é... uma que é bastante comum em Porto Alegre, que é a **separação do lixo**, com isso evita o consumo de matéria prima, vidro, plástico, papel. Então eu acho que **todo cidadão pode e deve fazer atividades no seu quintal, na sua casa, no dia-a-dia, em favor do meio-ambiente.**

João Garcia: E **ensinar** as crianças desde cedo... (SD55, GE5)

As marcas encontradas na SD55 apontam para a FD Ecosocial pela via do entendimento do papel de cada cidadão na vida em sociedade e no impacto positivo da sua parcela de contribuição para a redução de problemas ambientais, mesmo em escala global. Valoriza o *micro* e o protagonismo de cada componente (neste caso cada ser humano) no todo. O “ensinar” ainda remete ao aspecto cultural que propõe a sustentabilidade como modelo a ser adotado na prática cotidiana.

No encerramento do programa foi possível pinçar mais um recorte no qual o sentido sobre sustentabilidade permeia o discurso dos locutores. Nas duas seqüências a seguir o impacto da atividade humana no sistema natural é mostrado como produto direto da alteração de condições naturais, o que via FD Ecotecnocrática não caracteriza a insustentabilidade de uma prática ou projeto. É por sua filiação à FD Ecosocial que ambos produzem o sentido de não respeito à lógica natural aos projetos de plantios de árvores exóticas (espécies não características daquele local) para a produção de celulose e papel, tema bastante polêmico nos debates ambientais no Rio Grande do Sul e no restante do país:

João Garcia: Pois é... e quando se abre o Pampa para o **plantio de eucalipto**, não há uma **contradição** nisso?

Juarez Tosi: **Exatamente** essa é a questão... o que tá se vendo é exatamente uma grande aquisição de áreas hoje... se a gente **olhar o Pampa** assim, ah... é uma área, são campos, não tem grandes florestas... Mas é **uma área específica e que se desenvolveu durante milhões e milhões de anos e que ela tem a sua forma de... e que é necessária para o meio ambiente como ela foi constituída...**

João Garcia: ...assim como ela está...

Juarez Tosi: Como ela está...

João Garcia: **Não precisa plantar...**

Juarez Tosi: **Ao contrário, se plantar, pode alterar toda a situação climática, toda situação da região**, né? Então o grande problema que existe na... nessa região do Pampa gaúcho, que... são... que tem ajudado na degradação, no último século talvez, é a questão da agricultura, a colocação de capim exótico, que vai destruindo nosso capim nativo e que **vai destruindo e que altera também a fauna, a flora da região** e agora essa grande discussão da floresta exótica, né. É uma polêmica e não está solucionada, ao contrário... e o grupo de trabalho que foi criado, que é um grupo da maior importância criado pelo Ministério do Meio Ambiente, ele visa exatamente a discutir e achar fórmulas de evitar que essa destruição persista... e continue, né... (SD56, GE5)

Apesar de não haver uma citação direta do discurso antagônico à perspectiva adotada pelos jornalistas, percebo a construção de um argumento que se apóia em um ponto que é levantado (ou pode sê-lo) para a defesa do plantio de árvores destinadas à produção de celulose, que é a falsa idéia de que o Pampa é pobre em biodiversidade por não apresentar grandes extensões de florestas quando, na verdade, ele tem a sua singularidade e, pela ótica da sustentabilidade, ela deve ser preservada: **“uma área específica e que se desenvolveu durante milhões e milhões de anos e que ela tem a sua forma de... e que é necessária para o meio ambiente como ela foi constituída...”**. A menção à sustentabilidade pelo viés da FD Ecosocial está impresso na necessidade de não impactar o bioma³⁸, inserindo, no local, elementos que não fazem parte da sua constituição natural (**“Ao contrário, se plantar, pode alterar toda a situação climática, toda situação da região”**) o que alteraria suas características. O discurso antagônico constitui aqui o “não-dizer” e é posto em xeque, negando seus argumentos.

A complexidade do ambiente e a necessidade de respeito as suas características intrínsecas voltam a ser abordadas nas últimas intervenções dos locutores. Referindo-se à

³⁸ Bioma: Unidade ecológica de grande extensão de área modelada pela interação entre os climas, seres vivos e solo de uma determinada região. Os biomas possuem fisionomia homogênea e um tipo de formação vegetal predominante, sendo facilmente identificáveis (MOUSINHO, 2003, p. 338). Em 2006 o Pampa Gaúcho foi reconhecido como um bioma pelo Ministério do Meio Ambiente e ganhou um grupo de trabalho específico naquela pasta para fazer frente à ameaça de grandes impactos previstos pelos projetos de plantio de árvores exóticas para produção de celulose. O Ministério foi acusado, pelos defensores destes projetos, de estar impedindo o desenvolvimento da região chamada de Metade Sul aqui no Rio Grande do Sul. O tema das árvores exóticas foi pauta do GE 6, o próximo programa a ser analisado.

exploração da Amazônia João Garcia adverte que a problemática precisa ser vista de forma ampliada, aspecto presente também na fala de Juarez Tosi:

João Garcia: É importante dizer aos nossos ouvintes que **não se trata só de exploração da madeira**. Aí o sujeito enxerga as toras. **Há toda a parte de vegetação daquelas regiões...**

Juarez Tosi: E da fauna...

João Garcia: E da fauna também, tem...

Juarez Tosi: Fauna também, a **microfauna...** é muito complexa a questão do meio ambiente... (SD57, GE5)

6.2.6 GE6 (veiculação: 9.4.2006)

Nesta edição o Guaíba Ecologia pôs em pauta os chamados “desertos verdes”, as grandes extensões de terras cultivadas com árvores exóticas no Rio Grande do Sul. O tema volta aqui em uma abordagem diferente do que foi verificado na edição GE3, quando o entrevistado foi o secretário de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. A própria adoção da expressão “desertos verdes” já constrói uma significação contrária ao cultivo das árvores exóticas, tratados como “**problema**” pelo jornalista João Garcia:

João Garcia: Bom dia ouvintes. Estamos começando mais um programa Guaíba Ecologia. Neste domingo vamos abordar a questão dos chamados **Desertos Verdes**. Isso acontece quando são realizadas **monoculturas de árvores exóticas em determinada região causando a redução da água disponível e a extinção de algumas espécies nativas**.

[...]

João Garcia: O Rio Grande do Sul vai passar por um **largo processo de plantio de árvores exóticas** *pinnus*, eucalipto e acácia negra. **Problema** que o Uruguai passou e que está causando **protestos**. Lá inclusive uma passeata lá, reunindo mais de 40 mil pessoas. Já seria um número grande no Brasil, no Uruguai, com a população menor, muito mais expressivo ainda. Kátia, você poderia nos dizer qual é a posição do Núcleo Amigos da Terra Brasil com relação, em seguida nós perguntamos o mesmo ao Marcelo Calazans, qual é a posição de vocês com relação a estas árvores exóticas? (SD58, GE6)

Se feito com a participação de fontes com posição antagônica, este programa mostraria um forte debate na disputa de sentidos, uma vez que o plantio dessas árvores poderia sugerir que as florestas naturais não precisariam ser derrubadas e que por isso haveria sustentabilidade neste tipo de projeto, o que na minha avaliação se daria numa perspectiva de

enunciação via FD Ecotecnocrátia, ao passo que, filiado na FD Ecosocial, o outro convidado construiria seu discurso procurando denunciar a perda de biodiversidade e os impactos sociais naturais do plantio em larga escala. Os entrevistados desta edição foram a ecologista Kátia Vasconcelos, do Núcleo Amigos da Terra Brasil – Rio Grande do Sul, e Marcelo Calazans, representante da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. O início da entrevista se dá com a solicitação da posição dos convidados, falando pelas suas entidades, sobre os desertos verdes:

Kátia Vasconcelos: E proposta pro Rio Grande do Sul é pior ainda porque a proposta é colocar uma floresta, uma **pseudofloresta**, não dá para chamar de floresta, ah... num local onde nunca tivemos floresta. Isso gera um **impacto ambiental e social** que não tá sendo considerado, como se o nosso pampa, o nosso campo nativo não tivesse importância nenhuma, não tivesse **biodiversidade nenhuma a ser conservada e a ser preservada.** (SD59, GE6)

Ao considerar os impactos ambientais aliados aos sociais, o discurso da entrevistada assume sua filiação à FD Ecosocial, o mesmo acontecendo na primeira manifestação do outro convidado:

Marcelo Calazans: Nós não somos contra, *a priori*, ao eucalipto e *pinnus* ou outra árvore, pode ser até uma alternativa para que o **pequeno produtor** tenha madeira para o seu consumo próprio né, pra fazer cerca, enfim pro uso na sua casa. O problema do eucalipto é a monocultura e a larga escala, tal como está se propondo a entrar pelo Rio Grande, já depois de ter atravessado o Espírito Santo, Minas Gerais, também na região norte do Rio, também crescendo muito pelo sul da Bahia. Olha, a experiência que nós temos é que onde tem eucalipto temos **péssimos indicadores, seja de ambientais, seja de desenvolvimento humano**, valendo como exemplo o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, como por exemplo Conceição da Barra, um município do Espírito Santo, cerca de 70% do município, de toda área, é coberta de eucalipto e se eucalipto trouxesse desenvolvimento Conceição da Barra não estaria entre os piores municípios em diversos indicadores do Estado do Espírito Santo. E também o famoso vale do Jequitinhonha, famoso pelo mapa da fome, famoso pela devastação social e ambiental né, ali na região do Vale do Jequitinhonha, ali na região do norte mineiro, tem pra mais de 2 milhões de eucalipto plantado, é uma área do tamanho da Bélgica. Você imagina... Nós não somos *a priori* contra o eucalipto como **uma economia de madeira, uma economia necessária, de subsistência.** Nós somos **contra a monocultura em larga escala** e como disse Kátia, **sobrepondo a outros ecossistemas, a outras culturas que vivem neste mesmo território.** (SD60, GE6)

O aspecto socioambiental é destaque neste recorte, pois pela argumentação do entrevistado, a monocultura em larga escala não respeita (“**sobrepondo**”) a própria organização do sistema natural daquele local, incluindo as populações que nele residem (“**culturas que vivem neste mesmo território**”). Interessante perceber que o foco central do

programa, conforme a abertura do jornalista João Garcia, está no problema dos desertos verdes do Rio Grande do Sul. A participação do convidado Marcelo Calazans ocorre justamente para produzir uma avaliação a partir do que ele, como testemunha, tem observado no Estado do Espírito Santo, onde estes plantios em larga escala vêm de muito tempo. Analisando as perguntas encaminhadas ao entrevistado Marcelo Calazans, constato que a credibilidade depositada nele pelo jornalista está justamente neste fato de poder relatar uma experiência que já está sendo vivida em outro Estado, como no recorte a seguir:

João Garcia: Ô Marcelo Calazans, que **efeito econômico trouxe para estas regiões** que você citou aí... Vale do Jequitinhonha, Conceição da Barra, que **efeito econômico trouxe o plantio dessas florestas**, entre aspas, ah... exóticas?

Marcelo Calazans: Bem, a experiência que nos é narrada aqui, pelas populações tradicionais, pelos indígenas tupiniquins e guaranis, pelas populações quilombolas do norte do Estado é de uma **desconstrução das condições ambientais em que eles viviam**, inúmeros rios secos, inúmeros córregos desapareceram. E também não só o **problema da monocultura, a escala**, mas também do ciclo, o ciclo do eucalipto, cada vez mais curto. (SD61, GE6)

Marcelo Calazans: E tamos preocupados com o encurtamento cada vez maior destes ciclos, porque você imagina a larga escala associada ao ciclo cada vez mais curto, né? **A experiência econômica do eucalipto para a região é de que realmente o eucalipto ele traz muito recurso mas... é um recurso concentrado na mão de pouquíssimas pessoas** porque, na verdade, por trás do debate do eucalipto, por trás dessas grandes empresas de celulose, da Aracruz, da Suzano, estão outras empresas ainda maiores, essas sim... nórdicas né, norueguesas, finlandesas, alemãs, que exportam maquinário pras indústrias dessas empresas. Só um exemplo... por exemplo a terceira fábrica da Aracruz custa cerca 250 milhões de dólares, desses valores, cerca de dois terços é pra comprar maquinário, e são máquinas gigantes, máquinas que exigem que o seu entorno inteiro seja destruído para a sua produção. São máquinas, por exemplo, que exigem uma uniformidade tal da fibra, essa uniformidade da fibra, na verdade acaba determinando também uma **uniformidade da paisagem**. Que que eu quero dizer... para que o europeu lá fora possa usar uma toalha de papel ou um lenço descartável ou um papel sanitário, mais de 55 por cento da exportação da Aracruz é para papéis descartáveis, mas para que esse europeu possa usar um papel uniforme, claro, de fibras exatamente idênticas entre si, é necessário que **o território aqui seja um território uniformizado, quer dizer, quanto índio, quilombola, camponês, pescador, pequeno agricultor, sem-terra, quanto mais diverso o território, mais complexo para esse afã por uniformidade que requer a máquina da celulose**. (SD62, GE6)

O questionamento do jornalista sobre “**efeito econômico**” centra-se justamente num dos principais argumentos que são usados para justificar o plantio de árvores exóticas na chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, tida como a região mais empobrecida do Estado.

O sentido construído neste recorte anterior (SD62) está justamente na negação deste discurso, uma vez que, pela ótica da FD Ecosocial, desenvolvimento supõe um processo igualitário de melhoria das condições de vida sem prejuízos ambientais, o que o entrevistado busca provar que não ocorre: **“desconstrução das condições ambientais”** e **“recurso concentrado na mão de pouquíssimas pessoas”**. Na compreensão apoiada na FD Ecosocial a diversidade da paisagem deve ser mantida, uma vez que a sustentabilidade se dá justamente pelo respeito à organização natural do ambiente, sendo que, segundo Marcelo Calazans, a produção em larga escala e as exigências do mercado consumidor de papel impõem a eliminação de uma barreira: **“quanto mais diverso o território, mais complexo para esse afã por uniformidade que requer a máquina da celulose”**. Assim, quanto mais diverso, mais complexo o ambiente, maiores os empecilhos para alcançar a qualidade de papel exigida pelo mercado europeu. Está contida na prática das empresas a necessidade de uniformizar, simplificar, homogeneizar, um sistema produtivo que prejudica a vida das populações tradicionais, em suma, a diversidade cultural da região na qual elas se instalam. O respeito à diversidade e à lógica natural aparece também no próximo recorte, quando a entrevistada se volta para a inviabilidade dos cultivos de árvores exóticas na chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul:

Kátia Vasconcelos: É, eu acho que o Marcelo colocou bem. O **problema é a escala**. Claro que plantar meia dúzia de eucaliptos, meia dúzia de pés de *pinnus* para consumo na propriedade não traz impacto significativo. O problema é a escala. Nós estamos com uma **proposta de plantio de milhares de hectares de eucalipto na Metade Sul do nosso Estado, que é a região mais seca, é a região que já enfrenta a falta de água para abastecimento, nós temos já municípios no nosso estado já com falta de água e é nessa região que querem colocar os eucaliptos**. Nós temos problemas também com o *pinnus* que é uma espécie invasora, ela se multiplica sozinha, isso tanto na região sul quanto nos Campos de Cima da Serra, quanto no nosso litoral, isso tem causado **sérios problemas de biodiversidade; afeta todos os ecossistemas**.

João Garcia: E a acácia?

Kátia Vasconcelos: A acácia negra também é um problema. Os problemas são menos conhecidos assim do grande público, mas como **toda monocultura em grande escala gera perda de biodiversidade** como qualquer outra monocultura, uma grande monocultura de arroz, um grande cultivo de soja, gera perda. E quanto maior o vegetal, digamos assim, maior a espécie, maior o impacto, né? E o plantio de árvores ele tá associado ao **impacto sobre fauna, perda de espécies ameaçadas, questão de água, questão de microclima, isso sem falar na questão da propriedade de terra**. Isso na Metade Sul também é uma grande preocupação nossa é a questão cultural né. A proposta de **colocar árvore numa região onde tradicionalmente é campo, onde tá baseada toda cultura do gaúcho, no campo, com a criação extensiva de gado, com o cavalo, com o vento, com o frio, isso tudo tende a se perder** com a expansão desses grandes cultivos na Metade Sul. (SD63, GE6)

O posicionamento contrário aos plantios também emergiu na continuação da entrevista, quando novamente a convidada destaca a importância do aspecto cultural da região a ser atingida e a necessidade de manutenção das atividades que lá são tradicionalmente desenvolvidas:

Kátia Vasconcelos: Nós temos um potencial econômico que tem que... ser... incentivado pelo governo do Estado... que é criação de gado. **Foi através da criação de gado que se manteve a biodiversidade do pampa, que é uma biodiversidade considerável, tanto em termos de fauna quanto de flora.** Nós entendemos que tem que haver um movimento por parte dos governos pra incentivar esse tipo de atividade econômica, como uma forma de preservação do nosso ecossistema. (SD64, GE6)

Em raros momentos, em todas as edições analisadas, a construção dos sentidos sobre a sustentabilidade se pautou numa referência a todos os pontos da cadeia da atividade que estava em análise. Na parte final da entrevista o convidado sugere mudanças nos comportamentos de consumo, principalmente dos grupos sociais que são atendidos pela produção de papel gerada pela celulose extraída destes grandes plantios. O alto consumo no presente inviabiliza ou degrada o ambiente para as gerações futuras, não só na ótica da possibilidade de consumo, mas, como analisado na configuração da FD Ecosocial, na manutenção de um ambiente equilibrado pela própria função natural que ele tem, dentro dos princípios da interligação entre os fenômenos:

Marcelo Calazans: Agora, não adianta as populações rurais se mobilizarem se o **consumo** de papel descartável, lenço de papel, toalha de papel no norte continuar a crescer no norte na escala que crescem. Então as **resistências** elas têm que ser articuladas com disputas no norte e também nos nossos Nortes aqui no Brasil. Quando a gente fala norte, gente... a Barra da Tijuca é um norte aqui no Brasil, Pinheiros em São Paulo é um norte, a Camburí aqui em Vitória é norte, onde o consumo de papel é muito elevado, né? Então, primeira disputa seria nas **áreas rurais articuladas a uma disputa nas áreas urbanas** pela **redução do consumo** e o boicote a produtos produzidos por empresas como a Aracruz Celulose, como a Baiçu Celulose, que baseiam sua produção eh... num deserto verde. (SD65, GE6)

6.1.7 Síntese sobre o programa *Guaíba Ecologia*

A maior parte dos sentidos construídos no programa está fixada nas falas dos entrevistados do programa, pois muitas vezes o papel do apresentador do *GE*, jornalista João Garcia, está focado em questionamentos mais genéricos sobre os temas, abrindo a possibilidade do entrevistado conduzir alguns enquadramentos. Ao contrário do observado em alguns recortes do *Mundo Sustentável*, não houve aqui deslizamentos de sentido, com uma filiação mais fiel às FDs estabelecidas como balizadoras da análise. Em proporções, as análises revelaram a predominância da FD Ecosocial:

TABELA 2: FDs presentes no discurso do *Guaíba Ecologia*

SDs	%	FD ECOTECNOCRÁTICA	%	FD ECOSSOCIAL	%
32	100	12	37,8	20	62,2

FONTE: Elaboração própria

Um ponto significativo revelado na observação foi a posição assumida pelo jornalista em seu discurso na abordagem sobre os plantios de árvores exóticas, tema presente em três edições do programa. Como mostrado nas análises, na entrevista com o secretário estadual de Meio Ambiente, toda construção de sentido no programa (GE3) foi feita pelo viés da FD Ecotecnocrática, enquadrando os empreendimentos a partir de seu aspecto econômico e de que o plantio de árvores exóticas para a produção de celulose, o que também seria sustentável para a indústria moveleira do Estado do Rio Grande do Sul, que teria em seu próprio território a matéria prima necessária. Já os sentidos presentes nas duas últimas edições analisadas, a GE5, com a participação do jornalista Juarez Tosi e a GE6, que entrevistou a ecologista Kátia Vasconcelos e o jornalista Marcelo Calazans, permitiu uma abordagem totalmente antagônica, construída numa filiação à FD Ecosocial e mostrando que este “desenvolvimento” que é argumentado na justificativa dos empreendimentos de celulose não é igualitário e ainda tem ainda reflexos ambientais.

Esta variação de perspectiva de enunciação demonstra o que apontei no referencial teórico acerca do discurso e remete diretamente ao conceito de formação discursiva, pensada na ótica do que pode e deve ser dito em detrimento do que não pode e não deve ser dito em determinada circunstância. Mostrou ainda a construção que é feita pelo Jornalismo na abordagem dos assuntos e a força exercida pela fonte, capaz de também influenciar no enquadramento escolhido pelo jornalista naquela situação, como fica claro no comparativo dos recortes dos três programas. E se por um lado, pode sugerir a possibilidade de circulação

de ambos discursos sobre o tema no programa, por outro não fornece elementos iguais para compreensão do público, que teria que acompanhar os três programas, levados ao ar em momentos distintos (19.3, 2 e 9.4).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série de debates anteriores não permite ter a Rio-92 como marco inicial da adoção do conceito de sustentabilidade no Brasil. Pela recuperação histórica feita no segundo capítulo, contudo, é possível afirmar que foi a partir dessa Conferência que a temática passou a espalhar mais as suas raízes, crescendo a ponto de muitos buscarem abrigar, sob sua sombra, várias práticas sociais que, em seus entendimentos, eram sustentáveis. A vastidão do conceito, entretanto, não é uma porta aberta para sua apropriação pelos mais diversos discursos.

Estabelecer uma definição do que seria o discurso da sustentabilidade e que variáveis concorrem para seu entendimento foi o objetivo do primeiro capítulo, no qual procurei, via recuperação histórica, pinçar pontos importantes que influenciam as concepções de mundo que até hoje se fazem presentes e que surgiram, ao final daquele ponto, desdobradas em duas correntes antagônicas sobre o que é sustentabilidade e desenvolvimento. As correntes Ecotecnocrática e Ecosocial carregam em si uma concepção filosófica de natureza, da própria organização do planeta e dos limites do homem em relação à vida.

A categorização tomada emprestada aqui foi muito útil para poder lançar um olhar ao discurso da sustentabilidade. As duas correntes demonstram claramente que há caminhos diferentes para se pensar o conceito que se mostra verdadeiro a partir dos sentidos que esta sustentabilidade assume também para cada um, pelas suas filiações discursivas e perspectivas de enunciação. Buscar observar este cenário é importante porque a onda do “verde” é usada também para ocultar uma série de interesses que, pelo discurso, podem ou não ser legitimados.

A recuperação das visões sobre a relação homem/natureza mostrou que, ao situar o ser humano como elemento central e soberano, a prática/discurso social elimina as chances de direitos iguais aos demais seres. Pensar o homem como um ser da natureza e na interação com os demais elementos é, na verdade, o caminho para o desenvolvimento que se almeja. Isso

porque a concepção antropocêntrica levada ao extremo acaba, por si só, gerando efeitos contrários. O homem se autodestrói na medida em que suas vontades tiverem um peso maior do que aquele que o sistema possa suportar, levando ao desequilíbrio da balança.

A Análise do Discurso certamente é muito útil no estudo destas concepções, pois cada palavra traz em si uma carga de sentidos e, dependendo da maneira com que for empregada, imprime um tom diferente ao que se diz. Com a multiplicação de organizações e entidades ambientalistas, com os sucessivos eventos internacionais dedicados à temática ambiental, os conceitos do campo ecológico, científico e outros, foram sendo compartilhados para consumo de todos. Sustentabilidade virou palavra fácil, seu uso se disseminou e a comunicação teve, sem dúvida, papel preponderante nesse sentido.

Os dois programas analisados aqui são exemplos deste processo de levar a sustentabilidade para as manchetes. O *Guaíba Ecologia* está no ar desde 1999 e o *Mundo Sustentável*, desde 2003. São dezenas de edições que serviram para popularizar o debate ecológico e também tiveram seu papel, enquanto produto midiático, no que se refere aos sentidos construídos sobre a temática da sustentabilidade.

A teia de relações que compõe um discurso metaforicamente simboliza o efeito que ele tem enquanto produtor de sentidos. Aceitar o embate com o texto (escrito, falado, uma imagem) é buscar entendê-lo enquanto um objeto lingüístico-histórico e de como ele realiza a discursividade que o constitui. Investigar que sentidos são produzidos pelo discurso jornalístico sobre sustentabilidade e as relações de silenciamento e dominância de discursos sobre o tema no quadro *Mundo Sustentável* e no programa *Guaíba Ecologia* foi o objetivo desta pesquisa. Cumprir este desafio exigiu a clareza das opções feitas para operar a análise proposta. Por esta razão, desde o primeiro capítulo procurei deixar explícitos quais foram os marcos teóricos que sustentaram as escolhas aqui feitas.

Este é um debate carregado de elementos simbólicos e de disputas de sentido e é por esta razão que a midiaticização dele é elemento central. Sua discussão pode se dar nas mais diferentes esferas, mas, certamente, a importância da mídia nos processos sociais contemporâneos de maneira nenhuma pode ficar fora de uma análise mais apurada, pois esta mesma centralidade tem função preponderante no desenho da concepção de mundo que é

compartilhada pelas pessoas. E o Jornalismo, enquanto um campo em constante interação com as demais áreas do conhecimento, é espaço propício para esta observação.

Nos produtos ofertados todos os dias pelo Jornalismo, está presente uma cartela de sentidos que podem ser assimilados, refutados ou até mesmo ressignificados pelo público. Como procurei demonstrar, cada circunstância imprime nos discursos alguns limites ou exigências. Nas concepções teóricas sobre discurso e Jornalismo, busquei chamar a atenção para a historicidade do discurso da sustentabilidade e da influência das condições de produção, aliadas aos componentes do discurso jornalístico radiofônico (o ao vivo, o público imaginário, o interlocutor direto, o tom de diálogo) que fornecem cores diferenciadas em cada momento ao que é dito e ao que é silenciado.

O discurso “sobre” sustentabilidade remete às escolhas feitas pelos jornalistas e suas fontes na construção dos sentidos que buscam ofertar. Eles, enquanto sujeitos, também carregam em si elementos que lhes permitem (ou autorizam) falar sobre o tema, como sua credibilidade perante o público e a legitimidade que o “outro” (seu interlocutor, a emissora) lhe concede. As fontes de informação, ao buscarem espaço, estão justamente almejando esta credibilidade que o Jornalismo carrega em si. Abrir o microfone, no radiojornalismo, é autorizar o discurso do outro, imprimir nele uma dose de confiança. O discurso de ambos, jornalista e fonte, se molda nesses pormenores, nessa proximidade. Cada palavra toma forma, ainda, levando em conta quem os ouve, um público presente/ausente, a quem imaginariamente, mas ao mesmo tempo tão especialmente, cada sentido é estendido.

Esta sutil relação de ouvir/falar é carregada de simbologias que emprestam ao rádio a dita “magia”, intrínseca ao meio, tão particular e tão amplo, ecoando em um solitário ouvido ou em milhares, tudo ao mesmo tempo. O rádio enquanto, instrumento de valorização da linguagem oral, adaptou para suas necessidades os diversos formatos possíveis de jornalismo, imprimindo neles marcadamente a um colorido diferente, adjetivado pelo “ao vivo”, como foi possível verificar nos dois espaços jornalísticos que foram centrais aqui, seja no comentário dialogado de André Trigueiro, seja nas conversas e escolhas das fontes feitas por João Garcia. A utilização dos formatos desenvolvidos pelo radiojornalismo ampliam a capacidade de “leitura” do mundo proporcionada pelo rádio. Esta característica, aliada à popularidade do meio, imprime importância na escolha de espaços de jornalismo no rádio como objeto de análise.

Desde o início a intenção foi elaborar um trabalho inserido na perspectiva teórica dos estudos de processos de comunicação e produção de sentido, lançando um olhar sobre a produção jornalística pela ótica da notícia enquanto construção e a partir da visão de que o poder do Jornalismo não reside apenas na projeção social dos assuntos, mas igualmente no enquadramento dado e na produção de significados. Considerar que a informação se constrói implica ter presente que toda informação contém um ponto de vista, um lugar a partir do qual um fato da realidade se transforma em uma proposta comunicacional.

E foi justamente para falar sobre o sentido ofertado pelo quadro *Mundo Sustentável* e pelo programa *Guaíba Ecologia* que a pesquisa se apoiou em três eixos, o Jornalismo, a sustentabilidade e o discurso. Incorporei a divisão do pensamento sobre sustentabilidade em duas correntes e estabeleci meu caminho metodológico pela transformação delas em perspectivas de enunciação do discurso sobre o tema, caracterizadas no capítulo 5 como Formações Discursivas. A partir delas interpretei o processo de identificação e filiação ideológica e de produção de sentido nos dois espaços.

Defini a FD Ecotecnocrática como a que institui o sentido da sustentabilidade na constante relação com o desenvolvimento e o pensamento econômico, analisando os problemas sócio-econômicos e ecológicos a partir do binômio tecnologia e ambiente. Como foi possível comprovar no próprio discurso materializado, a ênfase na tecnológica é ponto central nesta perspectiva. A enunciação por esta via propõe o desenvolvimento sustentável pela universalização de práticas, homogeneização de processo e a adoção de mecanismos de mercado para controle e fiscalização da efetividade de suas propostas, como a cobrança de taxas pela utilização de recursos naturais. Ao pensar o uso dos elementos naturais, este discurso enfatiza seu potencial econômico e a possibilidade de utilização para atender as demandas de mercado.

A perspectiva antagônica foi definida como FD Ecosocial, essencialmente ligada à noção de sustentabilidade pelas práticas que respeitem as diferentes formas de vida pelas dimensões diacrônica (as futuras gerações) e sincrônica (em relação às gerações presentes). De cunho culturalista, a relação homem/natureza assume contornos filosóficos a partir dos quais a sustentabilidade passa a ser balizadora do modo de vida do ser humano, atento às diferentes culturas, à preservação da biodiversidade e das características locais dos

ecossistemas. O caráter orgânico e vivo do planeta é uma importante característica desta perspectiva, uma vez que são condenados os sistemas homogeneizados e que não respeitem a própria organização natural, concebendo o desenvolvimento como um processo igualitário e não danoso ao ambiente.

Com estas definições clareadas, observei as seis edições do quadro *Mundo Sustentável* e as seis edições do programa *Guaíba Ecologia*. No total, elas forneceram 65 seqüências discursivas (SDs) para análise, 33 delas extraídas do *MS* e 32 do *GE*. Aos ouvintes, ambos os espaços oferecem as duas perspectivas de enunciação do discurso da sustentabilidade e a definição por uma delas é marcadamente um processo de construção, a partir da filiação que assume, naquele momento, o discurso de jornalistas e fontes.

Num panorama geral sobre o corpus, de todas as 65 SDs analisadas, 66% delas demonstraram filiação à FD Ecosocial, como explicita a tabela a seguir:

TABELA 3: FDs presentes em todo *corpus* da pesquisa

SDs	%	FD ECOTECNOCRÁTICA	%	FD ECOSSOCIAL	%
65	100	22	34	43	66

FONTE: Elaboração própria

Esta síntese demonstra que em ambos, quadro e programa, o discurso não é construído a partir de uma única perspectiva de enunciação e certamente uma série de fatores contribuem para as escolhas feitas. Até mesmo os enquadramentos ofertados em outros espaços, formais e informais, podem influenciar as opções, uma vez que todos fazem parte dos sentidos socialmente construídos e moldam, obrigatoriamente, o próprio interdiscurso da sustentabilidade, de onde, via FDs, o sujeito recorta dizeres que compõe o “seu” discurso .

No quadro *MS* observei a predominância da filiação à FD Ecosocial, já que 69% das SDs analisadas continham marcas que instituíam sentido a partir dessa FD. Entretanto, a presença da FD Ecotecnocrática e os deslizamentos de sentido encontrados em alguns recortes do quadro demonstram que há uma heterogeneidade no discurso do *MS*. O sujeito do discurso do programa, o jornalista André Trigueiro, enuncia a partir das duas perspectivas definidas nesta pesquisa como Formações Discursivas. Verifiquei, ainda, que os temas mais ligados à da vida cotidiana (geralmente típicos das grandes cidades) têm seu sentido desenvolvido pela

filiação à FD Ecotecnocrática, ao passo que a FD Ecosocial se fez mais presente enquanto perspectiva de enunciação em temas voltados para práticas como agricultura, utilização e conservação dos recursos naturais e na própria definição do entendimento do jornalista sobre o conceito de sustentabilidade.

No quadro *MS* ficou evidente que são as perspectivas de enunciação do jornalista André Trigueiro que ditam os rumos do sentido construído nas avaliações sobre a sustentabilidade de determinadas práticas sociais, como foi demonstrado no decorrer do texto. O discurso do jornalista e do quadro se fundem e se confundem, pois é o comentário em si que dá vida à proposta do espaço. Fica evidenciada a sua ligação mais estreita com o pensamento ecológico, o que é possível comprovar olhando-se para aspectos exteriores ao programa como a publicação de dois livros sobre a temática meio ambiente e comunicação e a filiação de André Trigueiro à Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, uma organização que funciona na internet no formato de lista de discussão on-line e congrega profissionais de todos os estados brasileiros (e alguns do exterior) e diferentes meios.

Esta mesma vinculação estreita com a área ambiental não é observada no perfil profissional do apresentador do *Guaíba Ecologia*, o que talvez se revele no modo de posicionamento do programa, deixando espaço livre para o entrevistado conduzir o caminho da construção dos sentidos sobre o tema em debate. Mesmo sendo um espaço de entrevistas, haveria espaço para mais intervenções e questionamentos, tendo em vista que muitas vezes apenas um entrevistado é convidado a falar sobre o tema e acaba ditando o rumo da conversa. A observação das edições selecionadas do programa *Guaíba Ecologia* também demonstrou a predominância da filiação à FD Ecosocial, com 62,2% das SDs analisadas apresentando marcas ligadas à esta FD. Foi possível averiguar, ainda, que a maior filiação à FD Ecosocial deve-se aos sentidos instituídos pela fala dos entrevistados e não do apresentador. Vale destacar, por exemplo, o último dos programas analisados, o GE6, que teve como tema central os grandes empreendimentos para o plantio de árvores exóticas para a produção de celulose, cuja construção se deu completamente filiada à FD Ecosocial e em via totalmente oposta do sentido ofertado ao público na edição GE3, quando o secretário estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul na época foi o entrevistado e falou sobre o mesmo tema. Como já destacado na síntese sobre as análises do *GE*, a filiação do jornalista João Garcia, apresentador do programa também foi diversa. No GE3, o mesmo construiu seu discurso

filiado à FD Ecotecnocrática, como também o fez o convidado. Na edição do GE6, aconteceu o inverso, acompanhando as perspectivas do discurso dos convidados, ambos ecologistas.

Pelas diferentes posições assumidas nas filiações construídas ora a partir de uma FD, ora a partir de outra, ficou marcada a construção feita a partir da perspectiva que marca o discurso dos convidados. Por ser um programa de entrevistas, em todas as edições houve obrigatoriamente a participação de entrevistados. Não ficou evidente em nenhuma delas, no entanto, disputas de sentido. Isso demonstra que a escolha do sentido desejado se dá de diversas formas e a principal delas, no programa GE, está na escolha de quem terá direito à palavra. A perspectiva do discurso de quem estava autorizado a usar o microfone nas edições analisadas foi o sentido que prevaleceu, sendo incorporado inclusive pelo apresentador.

Falar na opção por uma ou outra FD é estar se referindo ao silenciamento e negação da outra. O discurso é constituído pelo que é dito e pelo que é negado nestas escolhas. Particularmente, penso que a maior opção pela filiação à FD Ecosocial parece denotar a busca por uma significação mais completa do conceito de sustentabilidade. Como dito pelo jornalista André Trigueiro na edição MS6, sustentabilidade não é para discurso e sim para atitude, chamando atenção para a importância da temática frente a um cenário hoje já caracterizado como de crise ambiental, fruto da alta interferência do ser humano no ambiente, rompendo com os elos da “teia da vida”.

Seja pela via Ecotecnocrática, seja pela via Ecosocial, há um sentido presente ao se falar em sustentabilidade. Como demonstrado, porém, a abrangência do leque de cada uma revela claramente até que ponto nenhum dos “nós” da rede está sendo desconsiderado ao assumir uma prática e pensar os reflexos dela no ambiente. Dessa forma, é pela corrente Ecosocial que entendo estar-se considerando a complexidade natural, na qual toda forma de vida, independentemente da sua posição na perspectiva de quem olha, merece e exige respeito.

A pesquisa ainda comprovou que a sustentabilidade é hoje matriz dos discursos mais recorrentes na expressão do pensamento ecológico. Por isso, também, é objeto de usos variados, seja pelo caráter político que pode assumir a “preocupação com o futuro do planeta” ou pelo amplo uso social que a expressão ganhou. Foi possível perceber, a partir dos temas dos programas e quadros analisados, que vários campos concorrem para a construção do

discurso sobre sustentabilidade: o ambiental, o científico, o empresarial, o político e o jornalístico. Estes campos também constroem seus sentidos por meio do Jornalismo, pois os seus discursos estão contidos no discurso jornalístico, uma vez que, como demonstrado, este se desenha na constante relação com as demais áreas do conhecimento.

Estes apontamentos, findado o trabalho, mais do que encerrar uma pesquisa, apontam para a relevância do debate sobre o Jornalismo e a necessidade de, ao analisar seu discurso, procurar apreender o que nele está colado, ou seja, os sentidos que cada palavra, notícia e programa assumem. E a importância, igualmente necessária, de um olhar científico sobre as construções em torno da temática ambiental e da sustentabilidade, tão em voga atualmente e, por isso, sempre carregadas de singularidades que necessariamente precisam vir à tona para que se saiba de que sustentabilidade e de que ambiente se está falando.

Por fim, peço licença para um encerramento pessoal, destacando que o objetivo que guiou esta pesquisa de Mestrado é resultado de muitas coisas, principalmente do que foi me constituindo ao longo da trajetória acadêmica e profissional. A investigação envolvendo o binômio jornalismo – ambiente tornou-se uma opção de vida e é por esta razão que este ponto ao final da linha encerra apenas mais uma etapa.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. Um processo sem sujeito nem fim. In: *Posições – 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins, 1986 (Coleção Ensino Superior).
- BEACCO, Jean-Claude e MOIRAND, Sophie. Autor des discours de transmission des connaissances. In *Languages 117*, Paris, Larousse, março 1995.
- BELTRÃO, Luiz. *Iniciação à Filosofia do Jornalismo – 2.ed – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Com Arte, 1992 (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 50).*
- BENJAMIN, Walter. Dois tipos de popularidade – observações básicas sobre uma radiopeça. In: *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. Seleção e apresentação Welli Bolle. Tradução Ceste H.M. Ribeiro de Sousa et al. São Paulo: Cultrix; Editora da USP, 1986.
- BERGANZA, Rosa. O contributo da Escola de Chicago para o Jornalismo contemporâneo. As reflexões de Robert E. Park sobre notícia. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo 2000*. Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Relógios D' Água, 2000.
- BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BOFF, Leonardo. Ética e Ecologia. In *Barbarói: Revista do Departamento de Ciências Humanas / Unisc*. N. 3 (set 1995). – Santa Cruz do Sul: Unisc, 1995.
- _____. Ecologia e Espiritualidade. In: TRIGUEIRO, André (org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- _____. *Ecologia, Mundialização e Espiritualidade*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 8. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

BRECHT, Bertolt. Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (org). *Teorias do Rádio – textos e contextos*. vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Emater/RS, *Revista Extensão Rural*, v.1, n.1, jan./mar.2000.

_____. *Agroecologia e Sustentabilidade: Base Conceptual Para Uma Nova Extensão Rural*. Disponível em <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf>>. Acesso em 1º dez. 2006.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. *O ponto de mutação*. São Paulo; Cultrix, 1982.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v.1. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura)

_____. *O poder da identidade*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. v.2. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura). Tradução de Klauss Brandini Gehardt.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução Fabiana Komesu (coord.). São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Problemas de Análises das Mídias. In: MEDITSCH, Eduardo (org). *Teorias do Rádio – textos e contextos*. vol 1. Florianópolis: Insular, 2005.

DEL BIANCO, Nélia R.; MOREIRA, Sonia Virgínia (org.). *Rádio perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed UERJ; Brasília: UNB, 1999.

DESCARTES, René. *O discurso do método*. Lisboa: Edições 70, 2000.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. *Ecología Política*, Barcelona: Icaria, n.9, 1995.

FAUSTO NETO, Antonio. *Comunicação e mídia impressa: um estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hackers, 1999.

FAUSTO NETO, Antonio. *Mortes em derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1991.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*. Vol.24, n.4 (96) outubro-dezembro 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: Jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOLDEMBERG, José. O caminho até Joanesburgo. In: TRIGUEIRO, André (org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *A concepção dialética da história*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.

HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e Política: tempos de Vargas e Perón*. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001 (Coleção Comunicação, 9).

IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: 2002.

INDURSKY, Freda. A evolução da noção de sujeito em análise do discurso. Congresso Nacional da Abralín, 2. *Anais*. Florianópolis, 2000. CD-ROM.

LAUXEN, Ademar Antônio. *Desconsiderações das questões ambientais no ensino formal de ciências: o caso das escolas de Ibirubá*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2002. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Série dissertações de Mestrado; 4).

LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

MACHADO, Márcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. *Intexto*, 2006/01. Disponível em <<http://www.intexto.ufrgs.br>>. Acesso em: 30 ago. 2006.

MACHADO, Márcia Benetti, JACKS, Nilda. *O discurso jornalístico*. Brasília, Compós, 2001. Disponível em <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf>. Acesso em 15 jan. 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1993.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa - Os Comunistas no Imaginário dos Jornais 1922-1989*. Campinas: SP. Unicamp, 1998.

_____. A Revolução de 30. in INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1995.

MEDITSCH, Eduardo. *A nova era do Rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico*. In: BOCC - Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 1997b. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 30 jun. 2005.

_____. *O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento?* In: BOCC - Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 1997a. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 30 jun. 2005.

_____. *O Rádio na era da informação – teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis : Insular, Ed. da UFSC, 2001.

MELLER, Cléria. *Educação Ambiental como possibilidade para superação da fragmentação do trabalho escolar*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1997. (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Dissertação de Mestrado).

_____. *Compensação Florestal: eixo articulador de ações em Educação Ambiental*. Ijuí, RS: Unijuí, 2002.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo Brasileiro*. 3 ed. revista e ampliada – Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. O Jornalismo como sistema perito. *Tempo Social; Ver. Sociol.* São Paulo: USP, 1999.

MOLOTCH, Harbey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Lisboa, Vega, 1993.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: Meio Ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2. ed. Rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Jornalismo de Rádio no Brasil: instantes precursores da prática e do ensino. *Conexão – comunicação e cultura*, v.2, n.3 (2003). Caxias do Sul: Educs, 2003.

MORIN, Edgar. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da Notícia e Imaginário. In: ADGHIRNI, Zélia Leal e RIBEIRO, Lavina Madeira. *Comunicação e Espaço Público*. Brasília: Pós-graduação Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2001.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A psicanálise do texto: a mídia e a reprodução do mito na sociedade contemporânea. In: *Encontro da Compós*, IX, 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2000.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. *Globalização e Soberania: o Brasil e a biodiversidade amazônica*. Brasília: Fund. Milton Campos : Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed., Campinas, SP: Pontes, 1996a.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. (Coleção Passando a Limpo).

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996b.

ORTRIWANO, Gisela. *Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação de conteúdos*. São Paulo: Summus, 1995.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org). *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PEDROSO, Rosa Nívea. *Considerações sobre produção, discurso e análise em jornalismo* Sala de Prensa, nº 78, ano VII, vol.3, abril 2005. Disponível em <<http://www.saladeprensa.org/art601.htm>>. Acesso em 24 jun. 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PELIZZOLI, M. L. *A emergência do paradigma ecológico: Reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: Linhas de Análise do Discurso Jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

PRADO, Emílio. *Estrutura da Informação Radiofônica*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1989.

PRATA, Nair. Charaudeau e o discurso radiofônico. In: MEDITSCH, Eduardo (org). *Teorias do Rádio – textos e contextos*. vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

RUSCHEINSKY, Aloísio. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: ____ (org.). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política. In: ABRAMOVAY, R. et al. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001.

SILVEIRA, Miguel Ângelo da. Comunicação rural e sustentabilidade agrícola. In: DENKER, Ada de Freitas Maneti et al. *Comunicação e Meio Ambiente*. São Bernardo do Campo: Intercom, 1996.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 1999. Tradução Milton Camargo Mota.

SOARES, André Geraldo. *A Natureza, a Cultura e Eu: Ambientalismo e Transformação Social*. Blumenau: Edifurb; Itajaí: Editora da Univali, 2003.

SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. 2a. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos do Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

TAMBOSI, Orlando. Elementos para uma epistemologia do jornalismo. *Revista Intercom*, 2003.

TAVARES, Reynaldo. *Histórias que o Rádio não Contou*. 2ª ed. São Paulo, Habra, 1999.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do Jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.

_____. *Teorias do Jornalismo - porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

TRIGUEIRO, André (org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. *Mundo Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.

TUCHMAN, Gaye. Contando histórias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo, questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993.

VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso do Desenvolvimento Sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?*. 3.ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamound, 2005.

WOLF, Mauro. *Teorias das Comunicações de Massa*. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.